

2017

RELATÓRIO & CONTAS



◀ O QUE FAZEMOS
PELOS OUTROS
DIZ MUITO
SOBRE NÓS ▶



Associação Mutualista

Montepio

Juntos por todos

01

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS 6

02

MENSAGEM
DO PRESIDENTE 8

03

ENQUADRAMENTO
DAS ATIVIDADES 12

04

FACTOS RELEVANTES E
INDICADORES GLOBAIS 20



05

MISSÃO, VISÃO
E ESTRATÉGIA

24

06

RESPONSABILIDADE
SOCIAL

28

07

COOPERAÇÃO E DIFUSÃO
DO MUTUALISMO

32

08

COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA
E DA OFERTA MUTUALISTA

36

09

BASE DE ASSOCIADOS,
MODALIDADES E BENEFÍCIOS

46

10

REDE DE GESTORES
MUTUALISTAS

54

11

POLÍTICA DE INVESTIMENTO
E GESTÃO DE RISCOS

56

12

EVOLUÇÃO DO BALANÇO
E RESULTADOS

60

13

PROPOSTAS

74

14

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS
EMPRESAS DO GRUPO
MONTEPIO

83

15

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS

88

16

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

172

17

ANEXOS

180

17.1 Relatório Atuarial das Modalidades Associativas
e das Rendas

181

17.2 Imputação de Custos Administrativos
pelas Modalidades Associativas e Rendas

197

17.3 Demonstração de Resultados das Modalidades
Associativas, Rendas e Outros Fundos

200

17.4 Carteira de Imóveis

210

17.5 Carteira de Títulos

210

17.6 Contas das Fundações

211

01 ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2016-2018 e que iniciaram funções no dia 6 de janeiro de 2016 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES

Jurista

Associado n.º 33 151-5

1.º SECRETÁRIO

ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO

Advogado

Associado n.º 31 560-9

2.º SECRETÁRIO

ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA

Economista

Associado n.º 45 139-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

ANTÓNIO TOMÁS CORREIA

Jurista

Associado n.º 38 670-6

VOGAIS

CARLOS VICENTE MORAIS BEATO

Gestor

Associado n.º 44 857-6

FERNANDO LOPES RIBEIRO MENDES

Economista

Associado n.º 191 752-7

VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA

Gestor

Associado n.º 32 309-9

MIGUEL ALEXANDRE TEIXEIRA COELHO

Economista

Associado n.º 375 571-6

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

MANUEL RUI DOS SANTOS CASEIRÃO (*)
Mestre em Finanças Empresariais
Associado n.º 132 285-3

VOGAIS

ISABEL CIDRAIS GUIMARÃES
Gestora
Associada n.º 44 194-2

ANTÓNIO MENDES DE ALMEIDA
Diretor do Montepio na situação de Reforma
Associado n.º 29 877-1

JOSÉ DE ALMEIDA SERRA
Economista

Associado n.º 28 745-2

VIRIATO MONTEIRO DA SILVA
Economista

Associado n.º 397 063-0

ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA
Economista

Associado n.º 44 630-3

ALFREDO JORGE ALVES GOMES DE SÁ
Gestor

Associado n.º 636 752-5

ANTÓNIO GUIMARÃES PIMENTA
Diretor do Montepio na situação de Reforma
Associado n.º 28 223-7

MARGARIDA MARIA SIMÕES CHAGAS LOPES
Doutorada em Economia

Associada n.º 105 360-1

MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS (**)
Diretor do Montepio na situação de Reforma
Associado n.º 28 346-9

CARLOS MANUEL MELO GOMES AREAL
Trabalhador Bancário

Associado n.º 35 170-2

MARIA EDUARDA DA SILVA SOARES RIBEIRO
Economista

Associada n.º 620 974-8

CONSELHO GERAL

EFETIVOS

MARIA MANUELA DA SILVA
Economista
Associada n.º 71 464-0

ANTÓNIO GONÇALVES RIBEIRO
General
Associado n.º 30 988-0

AMADEU FERREIRA DE PAIVA
Economista
Associado n.º 39 124-1

(*) Por renúncia do Associado n.º 627 331-8, Joaquim Mourão Lopes Dias, tomou posse, em 13 de julho de 2016, como vogal, o Associado n.º 29 877-1, António Mendes de Almeida, assumindo a Presidência, na mesma data, o Associado n.º 132 285-3, Manuel Rui dos Santos Caseirão.

(**) O Associado n.º 28 346-9, Manuel Duarte Cardoso Martins, tomou posse em 21 de julho de 2016, na sequência da renúncia do Associado n.º 37 305-2, José Carlos Correia Mota Andrade.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao fazer uma retrospectiva do ano de 2017, sobre os resultados obtidos e as perspetivas para 2018, não posso deixar de sublinhar, logo em primeiro lugar, com elevado reconhecimento, admiração e orgulho, o capital de confiança e de relação que esta grande instituição possui junto dos seus associados, dos trabalhadores e dos dirigentes, que nela sempre acreditaram, por ela se bateram e com ela têm contado ao longo das suas vidas.

Foi um ano especialmente exigente, não obstante a melhoria das condições envolventes e dos resultados alcançados. Paradoxalmente, as principais dificuldades decorreram de imponderáveis fatores exógenos, com origem numa mediatização de leituras tendencialmente distorcidas, por parte de agentes e setores menos esclarecidos sobre o modelo de atividade e de funcionamento das associações mutualistas e da economia social em geral. Só com uma extraordinária capacidade de resiliência e a união de todos aqueles que conhecem a natureza, a missão e as finalidades desta instituição, tem sido possível contrariar os respetivos impactos e riscos, mantendo o rumo traçado e conseguindo as concretizações que se descrevem neste relatório.

São de destacar, em 2017, a dinâmica da atividade, tanto na gestão da relação com os associados, que contou com a atuação da rede especializada de gestores mutualistas, como na oferta de modalidades e de benefícios complementares, a qual foi alargada aos benefícios de saúde, com o cartão Montepio Saúde, a que se juntaram as ações de comunicação associativa, as campanhas de divulgação da oferta, o lançamento do Programa de Experiências (AMMe) e a realização de diversas outras iniciativas culturais, formativas e desportivas, orientadas para a promoção do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos associados e das suas famílias.

Todo este esforço notável permitiu captar, em 2017, mais de 38 mil novos associados e mais de 119 mil novas subscrições de modalidades, número superior, em 25%, ao de 2016, mantendo-se o número total de subscrições de modalidades

existentes em mais de um milhão. O ano de 2017 registou um decréscimo de praticamente 7 mil associados. Este fenómeno está significativamente influenciado pela redução da carteira de clientes da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) mutuários de crédito à habitação com modalidades mutualistas de proteção associadas. Ainda assim, terminámos o ano com um total de 625 419 associados e com um volume de poupanças captadas, em receitas associativas, de 711 milhões de euros, que representam um significativo crescimento, de quase 50%, face ao ano anterior. O MGAM deu, assim, em 2017, mais um apreciável contributo para fomentar a poupança orientada para o médio e longo prazos, para finalidades de poupança, de proteção e de previdência e para o desenvolvimento do mutualismo.

Com este intento, o MGAM prosseguiu, ainda, em 2017, a sua política ativa de difusão e desenvolvimento do mutualismo e da economia social, que desde sempre tem empreendido, tanto no apoio prestado a diversas instituições como nas ações de cooperação com outras entidades e no desenvolvimento de parcerias, em prol do reforço da economia social no nosso país.

Noutra vertente, são de realçar, em 2017, os trabalhos de desenvolvimento tecnológico e digital do MGAM, com o lançamento da *app* e a reformulação do *website*, que permitiram alargar as capacidades de relacionamento com os associados, bem como o desenvolvimento das bases de dados e das aplicações e ferramentas de processamento e de gestão interna.

Com vista à melhoria da eficiência do serviço e dos processos de gestão, promoveu-se, em 2017, uma reorganização interna das estruturas do MGAM, que sinalizou o reforço do processo de controlo interno, seguindo as melhores práticas, como definido no plano estratégico, considerando a dimensão e a diversidade de atividades do Grupo Montepio.

Neste domínio, equacionou-se a conformidade dos diversos processos e abordagens com a regulamentação vigente

**“SÓ COM UMA
EXTRAORDINÁRIA
CAPACIDADE DE
RESILIÊNCIA E A UNIÃO
DE TODOS AQUELES
QUE CONHECEM A
NATUREZA, A MISSÃO E
AS FINALIDADES DESTA
INSTITUIÇÃO, TEM SIDO
POSSÍVEL CONTRARIAR
OS RESPECTIVOS IMPACTOS
E RISCOS, MANTENDO
O RUMO TRAÇADO
E CONSEGUINDO AS
CONCRETIZAÇÕES QUE
SE DESCREVEM NESTE
RELATÓRIO”**



e respetivas alterações, considerando a eminente publicação de um novo Código das Associações Mutualistas, que deverá introduzir maior exigência prudencial e de controlo interno às instituições de maior dimensão.

O rigor e transparência que pautam a conduta da gestão do MGAM levaram à determinação de um pedido de informação vinculativa à Autoridade Tributária, de modo a clarificar a situação fiscal da Associação. Tendo sido solicitados os devidos esclarecimentos junto da autoridade fiscal, o MGAM viu alterado o seu estatuto fiscal em 2017, em sede de IRC. Como se explica, de forma detalhada, nas notas anexas às contas deste relatório, tendo por base as políticas e normas contabilísticas aplicáveis e os trabalhos técnicos desenvolvidos neste domínio, o MGAM reconheceu impostos diferidos ativos de 808 milhões de euros, em conformidade com as normas e a legislação aplicáveis.

Cumprindo, de forma leal e irrepreensível, a legislação em vigor, e para que não haja qualquer dúvida sobre matéria fiscal, já depois do plano de fecho de contas, o MGAM decidiu solicitar uma inspeção tributária voluntária com o objetivo de fazer reproduzir no seu controlo interno todas as conclusões e determinações que se venham a apurar.

Incluindo o efeito do reconhecimento de ativos por impostos diferidos, o *cash-flow* do exercício de 2017 atingiu 818 milhões de euros, comportando um resultado operacional positivo de 9 milhões de euros e incorporando um reforço de imparidades e provisões de 230 milhões de euros. Este reforço resultou da adoção de uma política prudente e conservadora de constituição de imparidades para as participações de capital na caixa económica bancária e no setor segurador.

Embora a instituição e o seu grupo tenham sofrido, neste passado recente, os impactos negativos, diretos e colaterais, do período de grave crise financeira e económica que o país atravessou, a sua resiliência e a preservação de políticas conservadoras, combinadas com uma dose de ambição ajustada à concretização da visão de desenvolvimento aprovada pelos associados, tem permitido preservar os níveis de solidez financeira e reforçar o papel do MGAM como grande instituição e cabeça de um grupo totalmente português da economia social.

Enquanto cabeça de grupo, o MGAM tem conseguido assegurar o suporte necessário às suas empresas, com especial relevância para o apoio que tem prestado à CEMG. Nos três últimos anos, a CEMG precisou de consecutivos reforços da sua base de capital, de elevada dimensão e inopinados, face aos respetivos planos e às informações prestadas. Não obstante, em cada um desses anos, o MGAM correspondeu sempre aos pedidos formulados pela administração executiva da CEMG e reforçou a sua base de capital em mais de 600 milhões de euros, que foram dos maiores aumentos da história da instituição.

O MGAM tem conseguido superar, pelos seus próprios meios, os inúmeros desafios e obstáculos de todos os períodos difíceis da nossa história coletiva. É uma história fundada por pessoas, destinada a pessoas, protagonizada por pessoas, pois são as pessoas, com todas as suas diferenças e semelhanças, que constituem o princípio, o meio e o fim para o qual trabalhamos todos os dias, em partilha e comunhão, na construção de um novo futuro para esta grande instituição.

Por isso, tem lugar um especial voto de agradecimento aos nossos associados e aos clientes que confiam nos serviços prestados pelas entidades que compõem o nosso Grupo.

É imperioso sublinhar o reconhecimento de toda a dedicação demonstrada pelos trabalhadores, e pelos membros dos Órgãos Sociais deste Grupo mutualista, reconhecidamente relevante e incontornável no contexto da economia social portuguesa.

António Tomás Correia

Presidente da Associação Mutualista Montepio

**“SÃO AS PESSOAS,
COM TODAS AS
SUAS DIFERENÇAS
E SEMELHANÇAS,
QUE CONSTITUEM
O PRINCÍPIO,
O MEIO E O FIM
PARA O QUAL
TRABALHAMOS
TODOS OS DIAS”**

ANTÓNIO TOMÁS CORREIA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO

03

ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES



3.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a expansão da economia mundial mantém-se robusta, tendo acelerado de forma gradual de 3,2% em 2016, para 3,7% em 2017, prevendo-se um crescimento de 3,9% em 2018 e 2019. Esta evolução reflete um crescimento acima das expectativas na Europa e na Ásia, bem como o impacto esperado das alterações nas regras e estímulos fiscais na economia norte-americana.

ZONA EURO

Em 2017, a economia da Zona Euro registou um crescimento médio anual do PIB de 2,5%, superior ao observado no ano anterior, de 1,8%.

Refletindo a gradual recuperação da economia, a taxa de desemprego prosseguiu a tendência de melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 9,7%, em dezembro de 2016, para 8,6%, em dezembro de 2017.

A taxa de inflação, medida pela variação homóloga do IHPC, registou um valor médio anual de 1,5% em 2017, o que compara com 0,2% em 2016, permanecendo abaixo do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de 2,0%.

Com os objetivos de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo, bem como de dinamizar os fluxos de crédito à economia real e, dessa forma, estimular a economia, o BCE manteve uma política altamente expansionista, não alterando a política monetária convencional.

Ao longo do ano de 2017 não alterou as suas taxas de referência, mantendo a taxa de juro das operações principais de refinanciamento – a *refi rate* – nos 0,00% e as taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósitos em 0,25% e -0,40% respetivamente.

Adicionalmente anunciou, em outubro de 2017, o segundo prolongamento do programa de compra de ativos, *asset purchase programme*, até, pelo menos, setembro de 2018, reduzindo, contudo, a partir de janeiro de 2018, o ritmo médio de compras mensais de ativos de 60 para 30 mil milhões de euros.

PORTUGAL

Após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014, tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015, 1,6% em 2016, tendo acelerado fortemente no ano de 2017, para 2,7%.

A atividade económica terá sido suportada pela procura interna, que contribuiu com +2,9 p.p. para o crescimento, refletindo, sobretudo, o comportamento do investimento. O investimento (FBCF) deverá ter crescido 9,0% em 2017, o que compara com 1,5% em 2016, suportado pelos fundos comunitários, alguma recuperação da construção e pela continuação da recuperação do investimento empresarial em equipamentos.

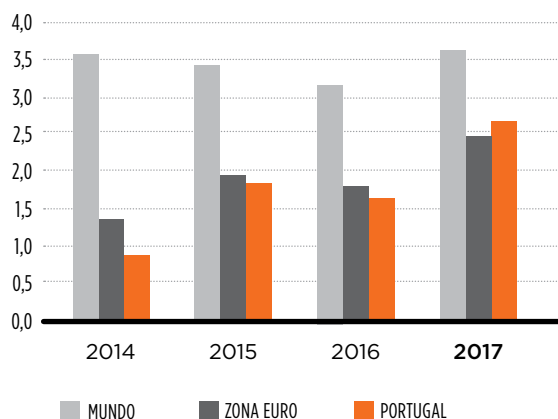
O consumo privado deverá ter acelerado ligeiramente, +0,1 p.p., para um crescimento de 2,2%, condicionado pela subida dos preços da energia e pelo abrandamento do consumo de bens duradouros, mas sendo suportado pela redução da taxa de desemprego e consequente aumento das remunerações do trabalho. Já o consumo público registou um crescimento marginal, de 0,1%, em 2017.

As exportações líquidas terão apresentado um contributo negativo de -0,2% para o crescimento, superior ao observado em 2016, de -0,01 pontos percentuais (p.p.).

As exportações de serviços, nomeadamente de turismo, terão continuado a crescer a bom ritmo, à medida que diversos destinos portugueses consolidam o seu prestígio nos mercados internacionais. Efetivamente, entre as diversas componentes da procura, as exportações deverão ter observado um dos maiores crescimentos anuais em 2017, de cerca de +7,9%, que terá sido acompanhado de um forte crescimento das importações, também de +7,9%.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

(tvma %)



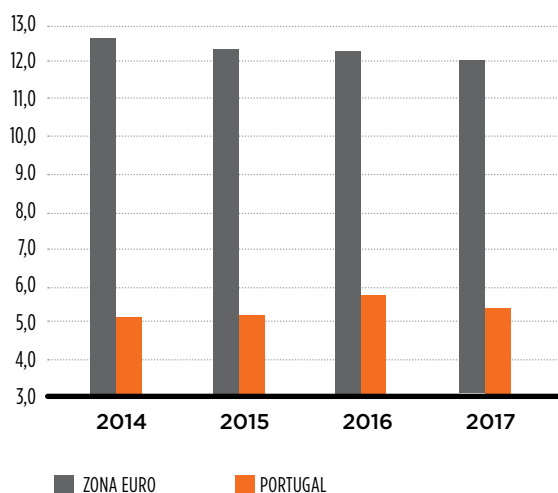
Fonte: Thomson Reuters e FMI

O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2017. Assim, depois do défice orçamental de 2,0% do PIB observado em 2016, em diminuição face ao défice de 4,4% registado em 2015, estima-se uma nova redução em 2017, para 1,2% do PIB, representando o mais baixo défice de toda a história democrática de Portugal.

A taxa de poupança dos particulares manteve-se em níveis muito baixos, tendo registado uma redução, de 5,8%, em 2016, para 5,4%, em 2017, o que compara com um nível de 12,0% na Zona Euro.

TAXA DE POUPANÇA

(% rendimento disponível)



Fonte: Thomson Reuters e Comissão Europeia

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego registou uma redução muito significativa de 2,2 p.p. no decorrer do ano de 2017 para se fixar em 8,9% no final do ano, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013, de 17,5%.

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 1,4% em 2017, acelerando ligeiramente face aos 0,6% observados em 2016, tendo a inflação *core* situado-se em 1,1% em 2017, o que compara com +0,7% em 2016.

De realçar que o ano de 2017, em Portugal, ficou marcado por uma forte diminuição do risco do país, patente na redução do *spread* da dívida portuguesa a 10 anos face à dívida alemã. A contribuir para esta redução do *spread* estiveram a saída do país do Procedimento por Défices Excessivos (PDE) e as subidas do *rating* soberano para o primeiro nível de investimento com perspetiva favorável, em setembro

de 2017, efetuada por parte da agência Standard & Poor's, e para dois níveis acima de "junk", por parte da Fitch Ratings, mantendo a perspetiva positiva, em dezembro de 2017.

O VAB do setor da construção registou um forte crescimento em 2017, de 6,7%, beneficiando de um intenso crescimento, em cadeia, de 4,6%, no 4.º trimestre de 2016, de um bom arranque em 2017, em que o VAB expandiu, em cadeia 5,4%, no 1.º trimestre, e de um forte acréscimo em cadeia de 4,1% no 4.º trimestre, com as quedas observadas nos trimestres intermédios do ano, de -1,5% no 2.º trimestre e de -2,2% no 3.º trimestre, a não anularem o forte início de ano do setor.

Também os últimos dados sobre os preços das casas e as vendas de casas, referentes ao 3.º trimestre de 2017, sugerem que o mercado imobiliário se encontra em fase de recuperação, acompanhando a recuperação da economia portuguesa. Com efeito, o índice de preços da habitação (IPHab) registou um crescimento homólogo de 10,4%, no 3.º trimestre de 2017, em aceleração face ao aumento de +7,9% no trimestre anterior. No 3.º trimestre ocorreram um total de 38 783 transações, mais 23,0% face ao registado em idêntico período do ano anterior.

3.2 MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2017 foi marcado por uma evolução positiva do sentimento de mercado, essencialmente suportada pelos dados positivos ao nível do crescimento económico das principais economias mundiais e pela melhoria das perspetivas para 2018/19.

No conjunto do ano de 2017, os mercados financeiros registaram maioritariamente subidas nos principais índices acionistas mundiais, destacando-se as valorizações dos índices dos EUA (Nasdaq +28,2%,

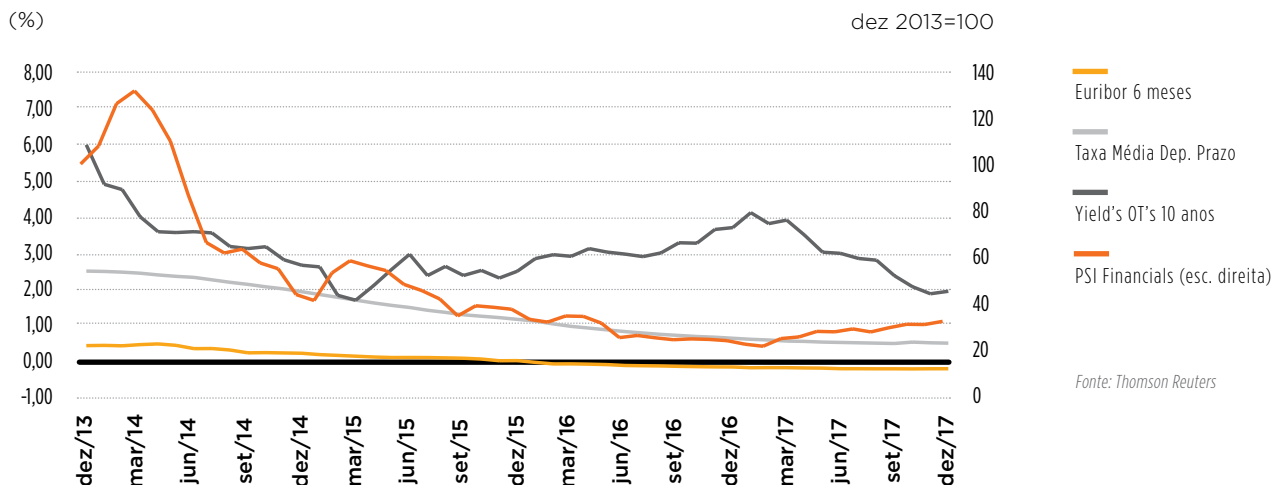
S&P 500 +19,4% e Dow Jones +25,1%), dos asiáticos (no Japão o Nikkei 225 subiu +19,1%, o Sensex 30 na Índia +27,9%, o Hang Seng de Hong Kong +36,0% e o chinês Shanghai Composite +6,6%) e da América Latina, com o brasileiro Ibovespa em destaque (+26,9%). Na Europa, registaram-se igualmente comportamentos positivos, mas mais moderados, com o Eurostoxx 50 a subir 6,5%, o britânico FTSE 100 a avançar 7,6%, e o PSI-20 a aumentar 15,2%, acompanhando as subidas dos índices de Espanha (IBEX, +7,4%), de França (CAC 40, +9,3%), Alemanha (DAX, +12,5%) e de Itália (FTSE MIB, +13,6%).

As *yields* da dívida pública de referência observaram subidas na Alemanha nos prazos de dois anos (+14 p.b.) e 10 anos (+22 p.b.), num contexto de manutenção da política expansionista do BCE, enquanto, nos EUA, o movimento foi de maior subida no curto prazo (+69 p.b.), refletindo os aumentos de taxas por parte da Fed, mas registando-se uma ligeira descida no longo prazo (-4 p.b.).

No Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas do dólar (Libor) subiram em todos os prazos, em resultado dos aumentos do *target* para as taxas dos *fed funds* realizados pela Fed ao longo do ano. Já as taxas do euro (Euribor) renovaram mínimos históricos e apresentaram valores negativos ao longo do ano nos três, seis e 12 meses, com as duas primeiras a sofrerem descidas mais marginais no ano (-1 p.b. e -5 p.b., respetivamente) e a última a reduzir 10 p.b., continuando a refletir a política monetária expansionista que tem vindo a ser adotada pelo BCE.

Neste contexto, as taxas de juro dos depósitos a prazo prosseguiram em 2017 a trajetória de descida, tendo a taxa média de juro atingido um novo mínimo histórico, de 0,46%, em 31 de dezembro de 2017, que compara com 0,6%, em 31 de dezembro de 2015 e 2,92%, em 31 de dezembro de 2012.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO E PSI FINANCEIAIS





“AS CONDIÇÕES DE VIDA EM PORTUGAL SÃO CARACTERIZADAS POR UMA ELEVADA ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA, DE 80,4 ANOS NO TRIÉNIO 2013-2015, E POR UM BAIXO VALOR DE MORTALIDADE INFANTIL, QUE SE FIXOU EM 3,2‰, EM 2016, UM DOS VALORES MAIS BAIXOS AO NÍVEL DA OCDE”

Os *spreads* da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro diminuíram em todos os periféricos, sendo de destacar os desagravamentos em Portugal (-204 p.b.) e na Grécia (-321 p.b.), enquanto os *spreads* da Itália, da Espanha e da Irlanda desceram 2 p.b., 4 p.b. e 23 p.b., respetivamente.

Os *spreads* de crédito da dívida privada revelaram comportamentos também favoráveis, observando-se descidas em todos os índices de CDS (*Credit Default Swaps*), traduzindo algum alívio

relativamente à saúde do setor bancário europeu, que tinha vindo a condicionar uma maior subida das ações europeias, em particular dos bancos com maior volume de crédito malparado (Portugal e, sobretudo, Itália).

No mercado cambial, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro subiu 5,4% em 2017. O euro ganhou 14,0% face ao dólar e 4,0% em relação à libra.



3.3 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SOCIAL

De acordo com os últimos dados disponíveis sobre a estrutura demográfica portuguesa, referentes ao ano de 2016, a população portuguesa mantém a tendência de envelhecimento, com o défice do saldo natural a agravar-se de -23,0 mil em 2015, para -23,4 mil pessoas, em 2016. Esta alteração reflete a diminuição do número de nascimentos, com o número de casamentos celebrados a manter-se num valor historicamente baixo, de 32,4 mil, em 2016, a idade média do primeiro casamento para os dois sexos a aumentar entre 2015 e 2016 de 32,5 para 32,8 para os homens e de 31,0 para 31,3 para as mulheres, e, ainda, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho a aumentar de 30,2, em 2015 para 30,3 anos, em 2016.

Positivamente destaca-se a redução do saldo migratório negativo de 10,5 mil, em 2015, para 8,3 mil pessoas, em 2016, refletindo a consolidação da recuperação da economia nacional e a melhoria das condições de vida.

De facto, as condições de vida em Portugal são caracterizadas por uma elevada esperança de vida à nascença, de 80,4 anos no triénio 2013-2015, e por um baixo valor de mortalidade infantil, que se fixou em 3,2‰, em 2016, um dos valores mais baixos ao nível da OCDE (14.º lugar no *ranking* da organização, em 2016, a par da Áustria, de acordo com os *World Development Indicators* do Banco Mundial). Ao nível do ensino, a taxa de abandono precoce da educação e formação fixou-se em 14,0%, em 2016, estando o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, respetivamente, em 32.º, 54.º e 28.º lugar no *ranking* do *World Economic Forum* (*The Human Capital Report 2017*).

De notar que, não obstante, as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se ainda aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos.

O rendimento médio disponível das famílias fixou-se em 30,7 mil euros em 2016, evidenciando uma trajetória de recuperação nos dois últimos anos, mas situando-se ainda abaixo do nível de 2010, de 32,2 mil euros. Também o rendimento bruto *per capita* subiu de 16 882 para 17 546 euros entre 2015 e 2016.

O coeficiente de Gini (uma medida de desigualdade) tem vindo a diminuir nos últimos 3 anos, passando de 33,9% em 2015 para 33,5% em 2016, o que qualifica Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

Nas *commodities*, assistiu-se a subidas dos índices compósitos, com o Reuters/Jefferies CRB a subir 0,7% e o S&P GSCI 11,1%. Entre as categorias do S&P GSCI observou-se um comportamento maioritariamente positivo, destacando-se as fortes evoluções ascendentes da energia (+12,3%), dos metais preciosos (+12,9%) e, sobretudo, dos metais de base (+31,0%).

Já o gado registou uma subida anual de 7,2%, tendo a única descida sido observada nas agrícolas (-3,0%).

A taxa de risco de pobreza após transferências sociais fixou-se nos 19,0% em 2016, um valor superior à média europeia, de 17,3%. Salienta-se igualmente o inquérito realizado em 2016 relativo à pobreza, que identifica 2,6 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, isto é, pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa. Consequentemente, de acordo com o Eurostat, a taxa de pobreza ou exclusão social fixou-se em 25,1% em 2016, número que ainda assim representa uma ligeira melhoria, de 1,5 p.p. face ao ano de 2015.

A taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos) mantinha-se elevada no final de 2016 em 28%, mas com tendência de redução e já substancialmente abaixo dos 38,1% de 2013.

Igualmente a taxa de desemprego de longa duração tem evoluído favoravelmente, de 9,1% em 2014 para 7,9% em 2015, tendo caído novamente em 2016, para 6,9%, e para 5,1% em 2017.

De acordo com os resultados da edição de 2017 do estudo “Índice de Bem-Estar para Portugal”, publicado pelo INE, este índice continuou a evoluir positivamente tendo subido de 117,9 para 123,7 pontos de 2015 para 2016, suportado no contributo da dimensão Qualidade de Vida, que aumentou de 128,4 para 137,4 pontos no mesmo período, e, também, na melhoria recente da outra componente do índice, a relativa às Condições Materiais de Vida, que, dos 84,7 pontos em 2014, passou para 91,6 pontos em 2016.

Em 2015 e 2016, a despesa corrente em saúde aumentou 3,1% e 2,7%, respetivamente, dando continuidade à inversão da tendência de decréscimo iniciada em 2014. No entanto, o peso relativo da despesa corrente em saúde no PIB continuou a diminuir, representando 8,9% em 2016. Em 2015 e 2016, a importância relativa da despesa corrente pública face à despesa privada estabilizou em 66,2%. Em 2015, a despesa corrente pública e privada *per capita* foi de 1 063,11 euros e 541,74 euros, respetivamente.

Nas últimas décadas, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB têm evoluído a um ritmo muito elevado, constituindo um dos grandes constrangimentos da proteção social, num contexto de diminuição de beneficiários ativos da Segurança Social. De acordo com os últimos dados disponíveis, estas despesas representaram 18,4% do PIB, em 2015, e a percentagem da população ativa que contribuía para o sistema de Segurança Social era de 82,0%, em 2016, sendo, neste ano, o rácio “contribuinte/beneficiário” de 1,41.

80,4 ANOS

É A ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA
À NASCENÇA, EM 2016

3,2%

TAXA DE MORTALIDADE
INFANTIL

EM 2016, UMA DAS MAIS
BAIXAS DO MUNDO

13,7%

TAXA DE ABANDONO
ESCOLAR PRECOCE

EM 10 ANOS, PORTUGAL DIMINUIU
ESTE INDICADOR EM MAIS DE METADE,
TENDO PASSADO DE 38,3% (2005)
PARA 13,7% (2015)





FACTOS RELEVANTES E INDICADORES GLOBAIS



Em 2017, foram tomadas diversas medidas e ocorreram eventos muito relevantes, que marcarão indelevelmente a história do MGAM e do seu grupo, como se descrevem em seguida.

» Alteração do estatuto fiscal do MGAM

Em 2017, o MGAM viu alterado o seu estatuto fiscal, por via da aplicação das disposições do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - CIRC, passando a estar abrangido pelo regime estabelecido no CIRC.

» Aquisição da maioria do capital e o controlo total da Residências Montepio – Serviços de Saúde, S.A.

Em fevereiro de 2017, foi concretizada a aquisição, à entidade espanhola Lusitana Senior Vida, SL, da participação de 49% que esta detinha no capital social das Residências Montepio – Serviços de Saúde, SA, no montante de 6,5 milhões de euros, passando o MGAM a deter a totalidade do capital e o total controlo da gestão da Residências Montepio.

É de referir que esta entidade se reveste de elevado interesse estratégico para as finalidades mutualistas, dado que atua na área da gestão de equipamentos sociais para a população sénior e na prestação de serviços de assistência, apoio social e de saúde.

» Transformação da CEMG em sociedade anónima

Em 9 de maio de 2017, na assembleia geral do MGAM, foram ratificados os novos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral – CEMG correspondentes à sua transformação em sociedade anónima, que tinham sido aprovados na respetiva assembleia geral de 4 de abril de 2017, na sequência da determinação do Banco de Portugal, nos termos do DL n.º 190/2015, relativo ao regime jurídico das caixas económicas.

Em 14 de setembro de 2017 foi realizada a escritura de formalização da alteração dos estatutos da CEMG, com a correspondente inscrição no registo comercial, passando a CEMG a ter o estatuto de sociedade anónima.

Como consequência, o capital institucional da CEMG, de natureza fundacional, e as unidades de participação do seu Fundo de Participação, equiparado a capital, que estavam colocadas no público, foram convertidas em capital social, representado por

ações ordinárias, passando a CEMG a possuir o capital social de 2 420 000 000 euros, representado por 2 420 000 000 ações.

» Reforço do capital institucional da caixa económica

O MGAM procedeu, em 30 de junho de 2017, a novo reforço do capital institucional da sua caixa económica bancária – Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), em 250 milhões de euros, por indicação do Banco de Portugal. O MGAM cumpriu deste modo, como sempre o fez em toda a sua longa existência, os seus deveres como entidade proprietária da CEMG, a qual constitui o seu principal ativo, que desempenha um papel estratégico para o cumprimento das finalidades e missão mutualistas, de acordo com as respetivas disposições estatutárias.

» Memorando de entendimento com a SCML

Também em 30 de junho de 2017, foi comunicada a assinatura de um memorando de entendimento entre o MGAM e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) para o desenvolvimento de uma parceria estratégica no âmbito do desenvolvimento nacional da economia social.

Esse memorando contempla a possibilidade de uma participação da SCML no capital da CEMG, abrindo o caminho para outras participações de instituições da economia social, considerando as disposições sobre titularidade das caixas económicas bancárias, definidas no artigo 6.º do regime jurídico das caixas económicas (DL 190/2015), com vista a contribuir para que a CEMG seja uma instituição financeira da economia social, de referência no sistema bancário nacional.

O referido memorando prevê também o alargamento dessa parceria a outras áreas, nomeadamente a da saúde nas suas diversas vertentes, e a outras áreas de intervenção e apoio social, que contribuam para o desenvolvimento da economia social.

» Oferta Pública de Aquisição sobre as unidades de participação da CEMG

O MGAM efetuou, em 4 de julho de 2017, o anúncio preliminar de lançamento de uma Oferta Pública, geral e voluntária, de Aquisição (OPA) de unidades de participação representativas do Fundo de Participação da CEMG, ao preço de 1€ por cada uma das 106 007 206 unidades que não detinha de um total de 400 000 000 de unidades

de participação, que tinham sido emitidas, pela primeira vez, em 25 de novembro de 2013.

Em 11 de agosto de 2017, o MGAM confirmou esse anúncio preliminar, efetuando o anúncio de lançamento da OPA. Nesta data, o MGAM já detinha 341 724 638 unidades de participação, em resultado de compras entretanto efetuadas. A contrapartida por cada uma das 58 275 362 unidades de participação que ainda não detinha foi de 1€. O período da oferta decorreu entre o dia 14 de agosto e o dia 8 de setembro.

No dia 11 de setembro de 2017, realizou-se a Sessão especial de mercado regulamentado onde foram apresentados os resultados da OPA, cuja liquidação financeira ocorreu em 13 de setembro. Após a conclusão da OPA, o MGAM passou a deter 393 102 992 unidades de participação do Fundo de participação da CEMG, correspondentes a 98,28% do total do fundo. Nesta data, ficaram por adquirir apenas 6 897 008 unidades de participação correspondente a 1,72% do fundo.

» Parceria estratégica com a CEFC – China Energy Company Limited

No dia 22 de setembro de 2017, foi comunicado o estabelecimento de uma parceria estratégica entre o MGAM e a CEFC China Energy Company Limited, com o intuito de fortalecer as condições de desenvolvimento do grupo Montepio, designadamente das suas entidades seguradoras.

Em 20 de outubro de 2017, decorrente dessa parceria estabelecida em setembro, foi assinado um acordo com a CEFC China Energy Company Limited com vista à participação dessa entidade na Montepio Seguros – SGPS.

» Perda da qualidade de sociedade aberta por parte da CEMG e aquisição potestativa das ações remanescentes

Em 9 de outubro de 2017 realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária da CEMG, em que foi aprovada a perda da sua qualidade de sociedade aberta e o respetivo requerimento a submeter à CMVM.

Em 13 de outubro, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deliberou a perda da qualidade de sociedade aberta da CEMG e, logo nesse dia, o MGAM efetuou o anúncio da perda da qualidade de sociedade aberta da CEMG e obrigou-se a adquirir, pelo preço de 1€ cada, a totalidade (5 950 310) das ações detidas pelos acionistas que não votaram favoravelmente a perda de qualidade de sociedade aberta da CEMG, para o que transmitiu à CEMG uma ordem permanente de compra com validade entre 16 de outubro de 2017 e 16 de janeiro de 2018.

O MGAM anunciou, em 8 de novembro de 2017, nos termos e para os efeitos do artigo 490.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, a oferta de aquisição de todas as ações detidas pelos restantes acionistas da CEMG, ao preço de 1€ cada, preço justificado por relatório de revisor oficial de contas independente. O prazo desta oferta esteve em vigor até 16 de novembro, com liquidação financeira em 17 de novembro.

Em 17 de novembro de 2017, detendo já 2 415 256 113 ações da CEMG, o MGAM anunciou que exerceu, nos termos do n.º 3 do artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais, o seu direito potestativo de aquisição das restantes ações, passando a deter 2 420 000 000 representativas da totalidade do capital social da CEMG, tendo procedido ao respetivo registo comercial e publicação desta aquisição potestativa, extinguindo-se nesta data a ordem permanente de compra oportunamente transmitida à CEMG.

INDICADORES	2015	2016	2017
DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Associados (unidades)	632 931	632 477	625 419
Inscrições (número)	1 054 671	1 044 124	1 004 655
Inscrições por Associado (número médio)	1,67	1,65	1,64
Pensionistas (unidades)	8 226	8 362	8 434
Ativo Bruto (milhares de euros)	4 308 971	4 183 152	4 620 900
Ativo Líquido (milhares de euros)	3 864 071	3 741 872	3 947 127
RENTABILIDADE			
Resultado Líquido do Exercício (milhares de euros)	-393 120	7 360	587 554
Receitas Associativas (milhares de euros) (a)	482 850	477 702	711 167
Cash flow do Exercício (milhares de euros)	39 505	22 402	818 378
Resultado líquido do Exercício / Ativo Líquido Médio	-8,79%	0,20%	16,86%
SOLIDEZ FINANCEIRA			
Capitais Próprios (Fundos Próprios, Reservas e Resultados) (milhares de euros)	207 717	188 456	774 736
Capitais Próprios / Ativo Líquido Médio	4,6%	5,1%	22,2%
Grau de Cobertura das Responsabilidades (b)	1,170	1,052	1,059

(a) Quotas e Capitais Recebidos (exclui "Rendas Vitalícias" e "Rendas Temporárias", por não serem consideradas modalidades mutualistas).

(b) Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos (Provisões Técnicas).

05

MISSÃO, VISÃO E ESTRATÉGIA



MISSÃO E FINALIDADES

Tal como se encontra definido nos seus estatutos (artigo 2.º), o Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), constituído em 1840, é uma instituição particular de solidariedade social, que, observando os princípios de solidariedade, tem como finalidade (leia-se missão) desenvolver ações de proteção social nas áreas da segurança social e da saúde e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida. Mais definem os estatutos que são especificamente fins do MGAM:

- A concessão e garantia, através de modalidades individuais e coletivas, de benefícios de segurança social e de saúde;
- Prosseguir outras formas de proteção social e de promoção da melhoria da qualidade de vida, através da constituição, organização e gestão de equipamentos, serviços e obras sociais;
- Outras atividades que visem o desenvolvimento cultural, moral, intelectual e físico dos associados e seus familiares e dos beneficiários por aqueles designados, em especial crianças, jovens, idosos e deficientes;
- Contribuir para a resolução dos problemas habitacionais dos seus associados;
- Gerir regimes profissionais complementares das prestações garantidas pela segurança social e outras formas coletivas de proteção social.

A missão do MGAM reveste-se de grande importância e oportunidade social, tendo em conta a evolução sociodemográfica do país, traduzida no aumento da esperança média de vida e no envelhecimento e redução da população, que colocará constrangimentos financeiros ao atual modelo do Estado Social.

VISÃO

Face à evolução do quadro demográfico, a atividade mutualista apresenta um enorme potencial, podendo desempenhar um importante papel, considerando as crescentes necessidades sociais que o Estado terá dificuldades em assegurar totalmente, constituindo uma solução privada de segurança social complementar, em matéria

de previdência e proteção social e na prestação de cuidados de saúde, que tangibiliza os valores da solidariedade e potencia a coesão social.

O reconhecimento desse importante papel conduziu à definição da visão em que se tem baseado a condução e a atuação do MGAM ao longo dos anos.

Essa visão comporta a crescente afirmação do MGAM e a sua responsabilidade enquanto maior associação mutualista e entidade materna do principal grupo da economia social em Portugal. Essa afirmação realiza-se através de uma oferta dinâmica e alargada, de modalidades mutualistas, de benefícios de saúde e de benefícios complementares diversos, a que se junta a oferta das entidades do Grupo Montepio, proporcionando condições de vinculação e de relação associativa perenes, ao longo do ciclo de vida dos associados e das suas famílias.

Esta visão tem-se corporizado nas Linhas de Orientação Estratégica trienais e nos Programas de Ação e Orçamentos, que são aprovados anualmente pelo Conselho Geral e pela Assembleia Geral, respetivamente.

ESTRATÉGIA

No cumprimento dos deveres estatutários e das boas práticas desde sempre adotadas no Grupo Montepio, o Conselho Geral, na sua reunião de 15 de novembro de 2016, aprovou as Linhas de Orientação Estratégica trienais (LOEs), revistas e atualizadas de 2017 a 2019. Com base nas LOEs foi preparado o Programa de Ação e Orçamento para 2017, que foi aprovado pela Assembleia Geral de 22 de dezembro de 2016.

Neste quadro, as ações empreendidas e o trabalho desenvolvido, ao longo de 2017, estruturou-se em torno dos seguintes 3 vetores de atuação estratégica: I. Modelo de Oferta e Competitividade; II. Modelo Organizacional e Governo e III. Gestão do Grupo Montepio.

I - Modelo de Oferta e Competitividade

Neste domínio, ficou definido prosseguir a dinâmica de crescimento sustentado do número de associados e das receitas associativas, dando continuidade à estratégia empreendida ao longo da década.

Pretende-se continuar a aproveitar o potencial dos canais de distribuição das entidades do Grupo, em particular da rede de

balcões da CEMG e da rede de gestores mutualistas, criada em 2016, e incrementar a utilização dos canais eletrônicos ao dispor do grupo, para difundir e alargar a abrangência do mutualismo em todo o país.

Neste campo, prevê-se também a possibilidade de estruturar soluções para a subscrição de modalidades mutualistas e outros benefícios a partir de outras entidades, como parceiros da área social.

Mais do que aumentar o número de associados, a estratégia centra-se no aumento do seu envolvimento com o MGAM e no aprofundamento dos vínculos e das relações de cada associado com a sua associação parceira ao longo da vida.

O desenvolvimento da oferta do MGAM e do seu Grupo de entidades assume aqui um papel fundamental, com vista a satisfazer as diversas necessidades do Associado e das suas famílias e cumprir as finalidades mutualistas.

A oferta de modalidades mutualistas deve continuar a ser revista e adaptada às condições de mercado, a par da criação de outros benefícios, particularmente no domínio da saúde. O desenvolvimento da oferta abrange também o sistema de benefícios pecuniários complementares, implicando a reavaliação dos protocolos e parcerias, estabelecidas com entidades diversas, para o efeito.

Mas, como as finalidades mutualistas não se esgotam nos benefícios pecuniários tangíveis, vão mais além, porque têm em vista promover o bem-estar, a qualidade de vida dos associados e o seu desenvolvimento humano, o MGAM definiu um programa de desenvolvimento de diversas atividades de cariz lúdico, cultural, formativo e desportivo para os associados e suas famílias.

A atratividade e competitividade da associação face a outras respostas depende da sua contínua modernização e reforço de capacidades, sendo essencial o desenvolvimento tecnológico e digital, na distribuição e nos processos, que promovam a aproximação ao Associado.

Reforçar a sua identidade mutualista e a promoção do mutualismo, divulgando o mutualismo através de campanhas, fóruns e ambientes partilhados com entidades do setor social tem sido e continuará a ser uma vertente de atuação estratégica.

II - Modelo Organizacional e Governo

Reforçar a estrutura de funcionamento e de atuação do MGAM, dotando-o com os meios humanos e técnicos adequados, será essencial para a sua evolução e para a concretização da estratégia definida.

Desenvolver os canais de promoção e divulgação do Mutualismo através de redes internas, redes externas e parcerias, potenciando

os Gestores Mutualistas, como embaixadores do mutualismo junto dos associados, será outra vertente estratégica essencial.

Em paralelo, assume particular relevo o desenvolvimento do sistema de controlo interno, designadamente as melhorias nos sistemas, processos, políticas e procedimentos, como principal vertente do sistema de governo, devidamente adaptadas à especificidade institucional e ao perfil da atividade.

Outras áreas estratégicas são o desenvolvimento de relações de associação e cooperação com diversas entidades e a continuidade da política de cooperação e de intervenção social, através da ação da Fundação Montepio.

III - Gestão do Grupo Montepio

Neste domínio estratégico, as LOE e o Programa de Ação e Orçamento para 2017 definiram como orientações:

- Reforçar o controlo estratégico de forma a promover o bom desempenho das empresas, que permita uma reação atempada de correção/recuperação em caso de desvio previsível aos objetivos definidos.
- Ajustar o funcionamento e a organização do grupo, racionalizar as participações financeiras e rever o organograma, em linha com o novo modelo de governo baseado na especialização da gestão das entidades do grupo.
- Desenvolver o potencial do grupo, assegurar o alinhamento estratégico das suas entidades e o respetivo contributo para a concretização dos fins mutualistas e os objetivos globais de geração de valor.
- Centralizar funções comuns de suporte e *staff*, que permitam harmonizar o funcionamento e a qualidade dos serviços, aumentar a produtividade, obter poupanças de sinergias e maior eficiência.
- Promover o desenvolvimento da política de sustentabilidade nas entidades do Grupo, transformando o atual Comité de Responsabilidade Social num Comité de Sustentabilidade, abrangendo as diversas entidades do Grupo Montepio, e dinamizando a sua atuação.

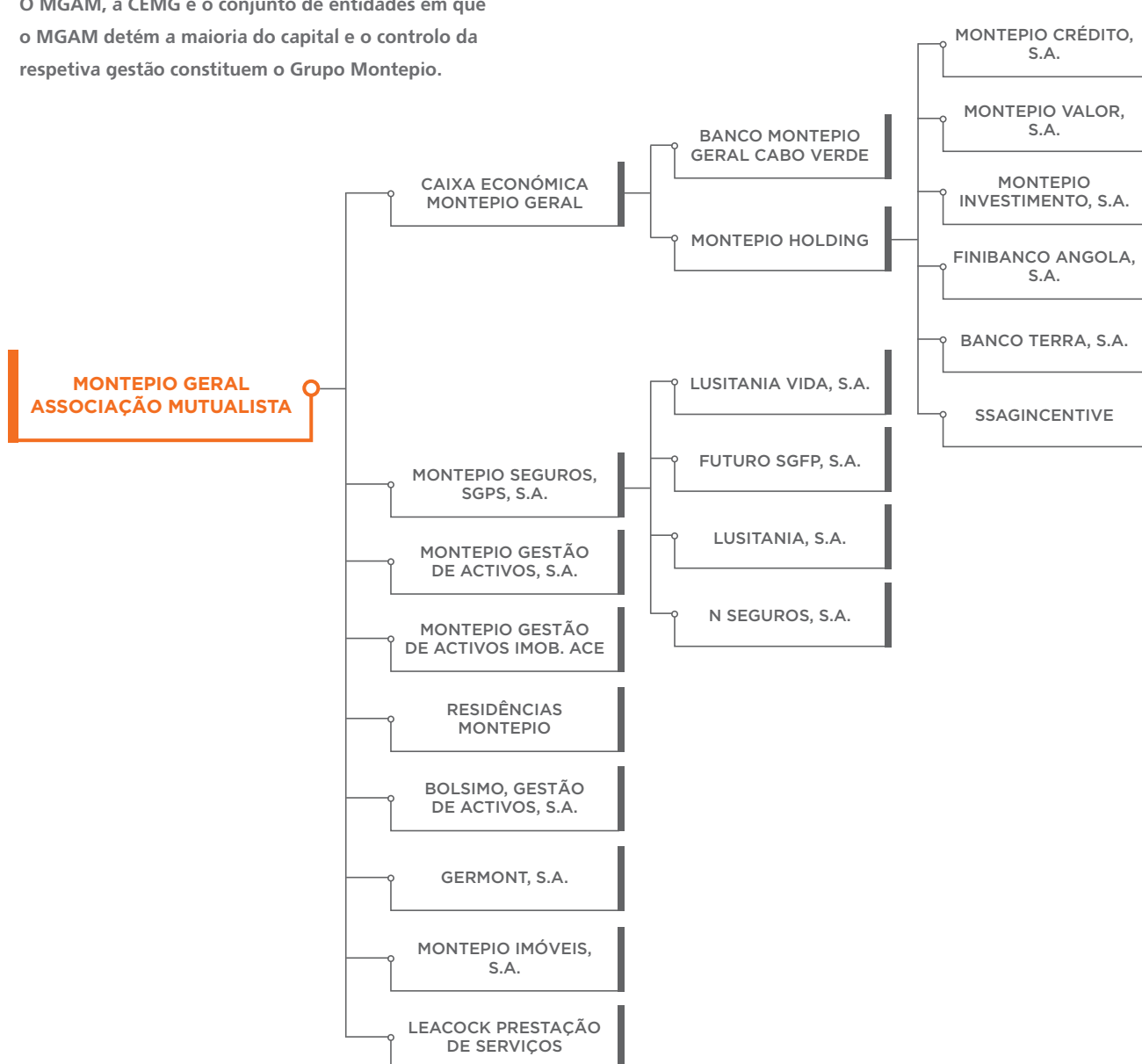
A revisão e atualização anual da visão e das orientações estratégicas descritas anteriormente, efetuada no final de 2017, mais concretamente em 7 de novembro, no quadro do processo anual de planeamento e que conduziu à elaboração do Programa de Ação e Orçamento para 2018, reafirmaram o caminho traçado, tendo estabelecido novas prioridades de execução, em função do desempenho e das condicionantes externas e internas.

O GRUPO MONTEPIO GERAL

Para realizar a sua missão e os fins mutualistas, o Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) pode criar estabelecimentos, deter participações financeiras e dispõe de uma caixa económica – Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), criada em 1844, como entidade anexa, que, por força da lei das caixas económicas (DL n.º 190/2015), foi transformada em caixa económica bancária e em sociedade anónima, em 14 de setembro de 2017, com o registo dos novos estatutos.

O MGAM, a CEMG e o conjunto de entidades em que o MGAM detém a maioria do capital e o controlo da respetiva gestão constituem o Grupo Montepio.

Estas entidades são estratégicas para o MGAM, na medida em que estão ao serviço dos desígnios e finalidades mutualistas, através da oferta de produtos e de serviços que permitem a satisfação de necessidades dos seus clientes, muitos dos quais são também associados do MGAM, e da aplicação dos seus resultados na satisfação das finalidades mutualistas.





RESPONSABILIDADE SOCIAL



Durante o ano de 2017, o MGAM prosseguiu a sua dinâmica de atuação no domínio da responsabilidade social, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa, motivando um crescente envolvimento das restantes entidades do Grupo Montepio.

A intervenção social do MGAM, inerente à sua natureza mutualista, tem vindo a ser cada vez mais focada, orientada e estruturada, através da atuação do Gabinete de Responsabilidade Social, órgão dedicado especificamente ao desenvolvimento das ações neste âmbito, bem como ao apoio à atividade da Fundação Montepio, a qual tem vindo a congregar as principais ações de responsabilidade social externa do Montepio.

A crescente disseminação da importância estratégica das políticas de responsabilidade social e sustentabilidade, nas diversas empresas do Grupo Montepio, conduziu à criação do Comité de Responsabilidade Social, recentemente redominado Comité de Sustentabilidade do Grupo Montepio. No seio desse comité, em que participam as principais empresas do Grupo, têm vindo a ser elaborados e publicados os relatórios anuais de sustentabilidade, disponíveis em www.montepio.org.

As ações desenvolvidas em 2017 pelas diversas entidades do grupo em prol da sustentabilidade serão objeto do terceiro relatório de sustentabilidade. O trabalho de recolha, harmonização e estruturação realizado, garantiu o aprofundamento da articulação entre as áreas orgânicas abrangidas e permitiu melhorar o grau de convergência de objetivos e a construção de indicadores e metas.

Da atividade de responsabilidade social externa do MGAM dirigida à comunidade envolvente destacamos, em 2017, as ações no domínio da capacitação da economia social que se descrevem em seguida.



PROJETO MAIS - MELHOR AÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

Criado no contexto de uma parceria entre a TESE - Associação para o Desenvolvimento, a Accenture e a Católica Porto Business School, tem como objetivo a formação na área da gestão de dirigentes e técnicos de organizações da Economia Social. Em 2017, foi implementada, no distrito de Évora, a quarta edição deste projeto, em parceria com a UDIPSS, o que permitiu abranger diversos dirigentes e técnicos de organizações sediadas nessa área geográfica, que beneficiaram de sessões de formação conjunta e individual.



GEOFUNDOS

Plataforma que contribui para a capacitação e a sustentabilidade das entidades da economia social, disponibilizando um portfólio de ofertas de financiamento e um centro de recursos agregado para apoio à elaboração de candidaturas, visa colmatar os respetivos défices existentes na economia social e já conta com 60 entidades inscritas.



PROJETO COMUNICATORIUM

A Associação Mutualista apoiou o desenvolvimento de um processo de formação específica no domínio da Comunicação e acesso à plataforma Comunicatorium a quatro instituições – CAIS; Fundação AFID, Movimento Defesa da Vida e Fundação Ross Macdonald, dando continuidade à iniciativa que começou em finais de 2016.



PROGRAMA DE IMPACTO SOCIAL

Em parceria entre a Fundação Montepio, a CASES, a 4Change e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foi lançada a 3.ª edição do Programa Impacto Social, dedicado à medição e demonstração do impacto social das intervenções das organizações da Economia Social, com utilização da metodologia SROI – *Social Return on Investment*. Ao longo de 2017 realizaram-se dois *webinars* e um *workshop*, tendo sido prestada uma formação individual às 10 entidades finalistas.



APQ - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE QUALIDADE

O Protocolo celebrado com a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ), em maio de 2015, teve como objetivo a criação e financiamento de um programa de certificação da qualidade - Sistema de Gestão da Qualidade, baseado no Modelo de Certificação EQUASS Assurance - dirigido a organizações de economia social, no âmbito da governação integrada e capacitação da economia social. As candidaturas, que obedeceram a um rigoroso processo de seleção, tiveram em consideração fatores como a cobertura geográfica, recursos humanos, historial, missão e visão da organização, tendo sido a Comunidade Vida e Paz a beneficiar deste apoio na 2.ª edição do Programa de Certificação da Qualidade.



APEE – CERTIFICAÇÃO EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2017, foi dada continuidade ao financiamento do Prémio de reconhecimento das práticas de Responsabilidade Social, onde a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), com o apoio do Montepio Geral Associação Mutualista, atribuiu duas distinções no âmbito do Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social.



FÓRUM DA GOVERNAÇÃO INTEGRADA

A Associação Mutualista apoiou o desenvolvimento do Fórum Govint, estrutura informal que promove o mapeamento dos problemas sociais complexos e a procura de metodologias colaborativas para a sua resolução.

Durante o ano de 2017, foi realizado um intenso trabalho por parte de grupos de trabalho temáticos procurando encontrar uma estratégia para a definição de políticas públicas de intervenção integrada.



PROGRAMA VOLUNTARIADO

No domínio da responsabilidade social interna, destacamos o programa de voluntariado corporativo, que no ano de 2017 abrangeu cerca de 750 colaboradores e reformados em cerca de 60 ações diferentes por todo o país.

O Gabinete de Responsabilidade Social do Montepio representa a instituição e o grupo no Comité de Sustentabilidade do European Savings Bank, no Conselho de Administração do Instituto de Proteção Social Europeu e na Direção da Confederação Portuguesa do Voluntariado.



Em 2017, o Dia do Voluntariado Corporativo reuniu cerca de 750 pessoas em 60 ações, a nível nacional



COOPERAÇÃO E DIFUSÃO DO MUTUALISMO





COOPERAÇÃO E DIFUSÃO DO MUTUALISMO

Ao longo de 2017, o MGAM prosseguiu uma política ativa de difusão do mutualismo, dos seus valores e vantagens e de cooperação com outras entidades mutualistas em prol do desenvolvimento do mutualismo e da economia social.

Descrevem-se em seguida as diversas atividades realizadas neste âmbito, para as quais o MGAM conta com um gabinete dedicado, o Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas (GESM).

Apoio à formação em Economia Social

Foi realizada, entre 24 e 28 de julho de 2017, a 1.ª edição da Universidade de Verão Montepio – UAL, em Lisboa, que contou com a participação presencial de 48 alunos e a assistência média *online* de cerca de 100 pessoas, através de *streaming* de vídeo e áudio.

Foi celebrado um protocolo com o Instituto Politécnico de Santarém para apoio ao Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social.

Foram organizados e apoiada a realização de cursos de formação pós-graduada em Economia Social, em Lisboa, Porto, Coimbra e Santarém, os quais foram objeto da realização de um Inquérito de Avaliação.

Divulgação do Mutualismo e da Economia Social

O MGAM, através do Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas (GESM), tem vindo a assegurar a coordenação editorial da página semanal “Economia Social” no Jornal de Negócios, que, desde 20 de julho (a publicar durante um ano) tem vindo a difundir informação e conhecimento sobre o mutualismo e a economia social, através da publicação de diversos artigos informativos e de opinião expressa por diversas personalidades conhecedoras destas temáticas. Neste domínio, são de relevar as participações do MGAM em diversos eventos realizados em 2017 e a cooperação com outras entidades da economia social, nacionais e internacionais.

Destacam-se as participações nos seguintes eventos:

- Conferência de Encerramento da Pós-Graduação em Economia Social: Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 26 de maio, em Coimbra, com apresentação de comunicação “A Sustentabilidade da Economia Social: Dimensões, Determinantes e Desafios”.



- No 1.º Congresso de Economia Social (Comissão de Honra) com presença nas diversas sessões e intervenção na terceira sessão, em 2 de junho, em Mangualde sobre “Economia social, novos modelos de organização, governação e financiamento”.
- IX Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social, organizado pelo CIRIEC Espanha e CIRIEC Portugal, em 5 e 6 de outubro, em Santiago de Compostela, com apresentação da comunicação “A Economia Social e as novas formas de atividade económica na era digital.”
- Participação na 6.ª Conferência Internacional CIRIEC de Investigação em Economia Social, entre 29 de novembro e 2 de dezembro, em Manaus (Brasil), com apresentação das comunicações “O mutualismo em Portugal: um movimento atual com dois séculos de história” e “A Lei de Bases da Economia Social em Portugal”.

- Conferência Montepio “O Poder da Moeda: as moedas virtuais e as moedas locais”, realizada no dia mundial da poupança, em 31 de outubro, em Lisboa.



Salienta-se ainda, neste domínio, as participações do MGAM na Direção do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-IUL), na Comissão Europeia (presidência) e no Conselho de Orientação do Institut de la Protection Sociale Européenne (IPSE).

Estudos relativos aos associados

Foi realizado e publicado o estudo “Retrato Associativo MGAM 2016”, com a caracterização dos associados do MGAM, que constitui o maior universo associativo mutualista em Portugal.

Procedeu-se também à publicação do relatório e infografia com os resultados do Inquérito de Opinião dos Associados MGAM 2016: Saúde e Segurança Social, em que participaram 2 264 associados.





Prosseguiram, em 2017, os estudos relativos à saúde e bem-estar entre os associados (projeto Pro.Mo Saúde), através dos seguintes trabalhos:

- Publicação do relatório e infografias com os resultados dos estudos Pro.Mo Saúde 2015/2016, que contou com a participação de 675 associados, através de resposta a um questionário e da realização de um *check-up*.
- Participação no 24.º Congresso Europeu de Obesidade, em 18 de maio, no Porto, com apresentação do poster “O IMC à nascença está associado ao Índice de Massa Corporal (IMC) em crianças do sexo feminino, dos 24 aos 48 meses”, com base nos dados do estudo Pro.Mo Saúde Bebê.
- Participação na Conferência Internacional sobre Obesidade Infantil, entre 5 e 8 de julho, em Lisboa, com apresentação da comunicação

“Obesidade geracional: testando a associação do IMC dos pais com excesso de peso e obesidade em crianças até 13 anos”, com base nos dados do estudo Pro.Mo Saúde Bebê e Criança.

- Participação no VIII Congresso Internacional d’ASPEM: A Saúde Mental ao longo do Ciclo Vital, em 26 e 27 de outubro, em Leiria, com apresentação do *poster* “Ansiedade e depressão: auto reporte vs. avaliação da Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão”, com base nos dados do estudo Pro.Mo Adultos. Este *poster* foi premiado como o segundo melhor *poster* tendo o prémio monetário revertido para a Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental (ASPEM).
- Participação no 21.º Congresso Nacional de Obesidade, de 24 a 26 de novembro, em Aveiro, com apresentação dos *posters* “Estudo sobre a associação entre Índice de Massa Corporal e outras patologias” e “Comparação entre o auto reporte de obesidade e avaliação do IMC”, com base nos dados do estudo Pro.Mo Saúde Adultos.
- Apresentação de *posters* com resultados do estudo Pro.Mo Saúde na sessão comemorativa do dia do Mutualismo, em 25 de outubro, em Lisboa.



**EM 2017,
A ASSOCIAÇÃO
DIVULGOU
VÁRIOS ESTUDOS
RELACIONADOS COM
A SAÚDE E BEM-ESTAR
DOS ASSOCIADOS**



COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA E DA OFERTA MUTUALISTA



8.1 COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS

Ao longo do ano 2017, o MGAM desenvolveu trabalho fortemente orientado à proximidade, criação e fortalecimento de laços com a comunidade de associados e demais partes interessadas, afirmação da identidade associativa e mutualista (utilidade pública, finalidade não lucrativa e missão social), veiculação de valores e revelação de projetos, iniciativas e vantagens. Na base deste trabalho esteve o Programa de Transformação AM 2.0, o ponto de partida para a nova fase de afirmação, modernização e ambição do MGAM.



A determinação do MGAM em afirmar a sua marca e a sua singularidade a partir da partilha interna e externa das suas ações e programas de atuação, de uma comunicação diferenciada e orientada a novos objetivos estratégicos e de um programa de transformação digital, permitiu fazer prova da multiplicidade de dimensões que caracterizam a Associação Mutualista e da sua dinâmica de modernidade.

Comunicação Associativa

O papel fundamental da comunicação no fortalecimento dos laços entre a Associação e a sua comunidade de mais de 600 mil associados foi reforçado, em 2017, com a criação de um site e de uma APP inteiramente dedicados à Associação Mutualista e que revolucionaram o modelo de contacto com os atuais e potenciais associados.

O desenvolvimento de novas plataformas de comunicação para a Associação Mutualista permitiu que, aos suportes de comunicação já existentes, sobretudo impressos e de edição periódica, se somassem outros, mais imediatos e suportados em plataformas digitais.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS



REVISTA MONTEPIO

A Revista Montepio, de periodicidade trimestral, continuou a constituir um suporte de comunicação indispensável na aproximação da Associação aos seus associados. Esta publicação, lida por cerca de um milhão de portugueses, promove a vida associativa oferecendo entrevistas, reportagens e artigos de opinião sobre temas da atualidade, ao mesmo tempo que explora as últimas tendências sociais, económicas e culturais e a intervenção e impacto da Associação Mutualista na vida do país, das instituições, das famílias e das pessoas.



A qualidade editorial e o *design* que caracterizam a Revista Montepio, a publicação de maior tiragem a nível nacional (superior, em 2017, a 470 mil exemplares por edição), têm sido distinguidos em Portugal, mas também além-fronteiras. Neste ano, a Revista Montepio foi vencedora dos Prémios Fundacom (entidade orientada à valorização e afirmação da função Comunicação Corporativa em língua espanhola e portuguesa a nível internacional), na Categoria “Publicação Externa”. A Revista Montepio está também disponível na App Store e Google Play e em PDF no site montepio.org.



JORNAL MONTEPIO JOVEM

O Jornal Montepio Jovem, publicação trimestral dirigida aos associados entre os 13 e os 20 anos de idade, alcançou uma tiragem média de 48 000 exemplares e dedicou cada uma das suas edições a temas da atualidade, garantindo a descodificação dos temas a partir de uma abordagem editorial positiva e sempre ajustada ao perfil do leitor.



REVISTA VOA

Dirigida aos sócios do Clube Pelicas, a Revista VOA tem por objetivo aproximar a comunidade infantojuvenil dos valores que inspiram a Instituição, disseminando junto dos jovens associados os valores do mutualismo, sustentabilidade, solidariedade, amizade e entajuda. Cada edição, de periodicidade trimestral e tiragem

média de 60 mil exemplares, constitui uma oportunidade de aprendizagem de novas temáticas e histórias, sempre suportadas em dinâmicas de leitura, passatempos, reportagens, passeios, jogos e sugestões culturais.

Com o objetivo de melhorar a comunicação da oferta mutualista, garantindo clareza e sistematização de informação, foram desenvolvidos novos suportes destinados à divulgação das modalidades mutualistas. Assim, foram produzidos folhetos genéricos das soluções mutualistas de Poupança e Proteção, mas também do Montepio Saúde.

COMUNICAÇÃO IMPRESSA

Revista Montepio	Dirigida a todos os associados com idade superior a 20 anos; Trimestral.
Jornal Montepio Jovem	Dirigido a associados entre os 13 e os 20 anos de idade; Trimestral.
Revista VOA	Dirigida a associados até aos 13 anos de idade; Trimestral.
Agenda Experiências	Dirigida a associados, divulga o Programa de Experiências e a respetiva agenda; Bimensal.
Folhetos Modalidades Mutualistas	Dirigidos a associados e potenciais associados, reúnem a oferta da AMM e são disponibilizados nos Postos Mutualistas, balcões CEMG e em ações destinadas à ativação de marca.

COMUNICAÇÃO DIGITAL

Em Direto Digital	Dirigido ao universo de colaboradores do Grupo Montepio, inclui entrevistas, reportagens e artigos que destacam iniciativas e projetos em curso nas várias empresas do Grupo; Trimestral.
Enews	Dirige-se a cerca de 150 mil associados com registo de email ativo e reúne informação relativa a benefícios, vantagens e atividades promovidas pela Associação; Mensal.
Mailshot datas especiais	Destaca informações específicas; Pontual.
Mailshot Experiências	Destinado à promoção do Programa de Experiências Montepio (AMMe); Quinzenal.
Mailshot revista	Dirigido ao universo de associados, tem por objetivo acompanhar a distribuição física das revistas institucionais e destacar os principais temas de cada edição.



SITE E APP

O site montepio.org e a APP Associação Mutualista Montepio marcaram um novo ciclo na vida da Associação. Apresentadas no primeiro trimestre de 2017, as novas plataformas de contacto foram reveladas à comunidade de associados e à sociedade em geral a partir de uma campanha de comunicação digital inspirada na mensagem “Ainda mais juntos”, desenvolvida com o objetivo de dar a conhecer uma Associação renovada, mais jovem, moderna, dinâmica e ainda mais próxima dos seus associados.

PROGRAMA E PORTAL EI – EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO

Em 2017, o Ei – Educação e Informação, o programa de educação financeira da Associação Mutualista, estreou-se nas redes sociais, com especial enfoque no Facebook, garantindo, por essa via, o reforço do projeto a partir de uma plataforma dedicada à disponibilização de conteúdos e ferramentas de educação financeira.



Concerto de delebração dos 45 anos de carreira de Jorge Palma



As peças de teatro, como, “Amália”, “39 Degraus” e ainda festivais de verão, são alguns dos variados exemplos de apoios por parte da Associação a projetos artísticos nacionais

De navegação intuitiva, enriquecida com informação centrada em educação financeira, conteúdos inovadores e de *design* moderno e adaptável a qualquer dispositivo, os novos site e APP suportaram a nova dinâmica de comunicação da Associação, facilitando o acesso pelos associados ao universo de descontos e vantagens, parcerias, soluções mutualistas de poupança e proteção, mas também notícias e novidades da Associação.

Complementarmente, o sistema de georreferenciação da APP veio permitir aos associados um conhecimento abrangente e pertinente dos locais mais próximos para usufruto de descontos e benefícios, ou a partir dos quais podem participar em atividades ou experiências e aceder a um atendimento personalizado, prestado pela Rede de Gestores Mutualistas.

APOIO À CULTURA

Em 2017, a Associação Mutualista Montepio continuou a garantir apoios relevantes a projetos artísticos nacionais, fortalecendo, assim, a língua e a cultura portuguesas.

A definição de uma nova política de patrocínios, sempre complementados com a atribuição de benefícios aos associados, permitiu o apoio a novos projetos culturais portugueses e garantiu palco a artistas revelação e a nomes consagrados.

O apoio às tournées de Dengaz, Deolinda, Marta Pereira da Costa, Ricardo Ribeiro, Mário Laginha Trio, Jorge Nunes, Diogo Piçarra, Paulo Ribeiro ou Orquestra Metropolitana de Lisboa foram disso exemplo.

Especial destaque para o patrocínio a Jorge Palma, na celebração dos seus 45 anos de carreira, nome consagrado da música portuguesa a quem a Associação Mutualista lançou o repto de preparar dois espetáculos, a realizar nos coliseus de Lisboa e Porto, dedicados à celebra-

ção do 177.º aniversário da Associação e com direção de orquestra a cargo do maestro Rui Massena.

No âmbito desta nova política de patrocínios, são merecedoras de destaque iniciativas levadas a cabo com o objetivo de aproximar a Associação Mutualista dos associados jovens e, num mesmo passo, de cativar novas comunidades de associados. Constituem exemplos o apoio ao Leiria Festival; a presença nos festivais de verão NOS Primavera Sound, realizado no Porto; NOS Alive, que teve lugar em Lisboa; Vodafone Paredes de Coura e Montepio Fado de Cascais, a somar ao apoio concedido ao Festival Montepio Às vezes o Amor.

Estas iniciativas, sempre complementadas com ações de captação de novos associados, permitiram aproximar a Associação Mutualista do público jovem e, desta forma, apoiar o rejuvenescimento da comunidade associativa.

Mas a atuação da Associação Mutualista na esfera cultural não se esgotou na música, tendo sido alargada a projetos na área do Teatro, com peças como “Amália” de Filipe La Féria, “39 Degraus” e “Lady & Macbeth”, iniciativas sempre acompanhadas da atribuição de descontos exclusivos a associados. Na resposta aos interesses e expectativas dos associados infanto-juvenis, foram apoiados projetos como “Pocahontas”, “Gato das Botas” e “Soldadinho de Chumbo”.

Estas iniciativas, orientadas aos interesses da comunidade de associados e da sociedade no seu todo, permitiram impactar milhões de portugueses, captar novos associados, mas também afirmar a Associação enquanto organização determinada a acompanhar a vida dos seus associados, complementando as respostas às necessidades de proteção e previdência com a disponibilização de projetos e iniciativas nas áreas da cultura e bem-estar, de abrangência nacional e âmbito multigeracional.

8.2 CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO DA OFERTA E DOS BENEFÍCIOS MUTUALISTAS

Enquanto maior associação e maior mutualidade portuguesa, a Associação Mutualista marcou presença, pelo 2.º ano consecutivo, no Fórum de Debate “Portugal Economia Social”, realizado no Centro de Congressos de Lisboa.

Associação Mutualista, Caixa Económica Montepio Geral e Fundação Montepio comunicaram, de modo integrado e a partir de um mesmo espaço, a atividade desenvolvida nas áreas da economia social, empreendedorismo, intervenção social e solidariedade.

Ainda no âmbito da Economia Social, a Associação marcou presença incontornável no ciclo de conferências realizado pelo Diário de Notícias e dedicado ao tema “Compromissos de Portugal na Europa”. Esta iniciativa, que contou com a presença de Sua Excelência o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, garantiu um contributo muito relevante para a reflexão sobre temas como emprego e proteção social face à globalização e tecnologia, a valorização da dimensão social, necessidade de políticas públicas para áreas como a demência ou a importância do papel do estado na empregabilidade.

O ano 2017 foi também marcado pela realização de campanhas de comunicação *above* e *below the line*, que permitiram veicular a experiência, inovação e diversidade de atuação da Associação.

Em maio de 2017, a Associação Mutualista deu início à comunicação das iniciativas orientadas ao segmento dos associados jovens adultos (festivals de verão) e apresentou a campanha digital “Juntos fazemos o Primavera”, divulgada no site montepio.org e na APP, mas também em Facebook, Google GDN, Spotify e Youtube Trueview.

A utilização de novas plataformas para veiculação da mensagem reforçou a dinâmica da marca Associação Mutualista Montepio e

bem assim a proximidade à comunidade de associados entre os 25 e os 45 anos de idade.

Mas a estratégia de comunicação implementada em 2017 também foi fortemente orientada ao incentivo à poupança.

Poupar sem deixar de aproveitar a vida, concretizando objetivos e ambições pessoais, vivendo o presente mas assegurando o futuro, foi a mensagem que suportou a campanha dedicada à modalidade mutualista Montepio Capital Certo.

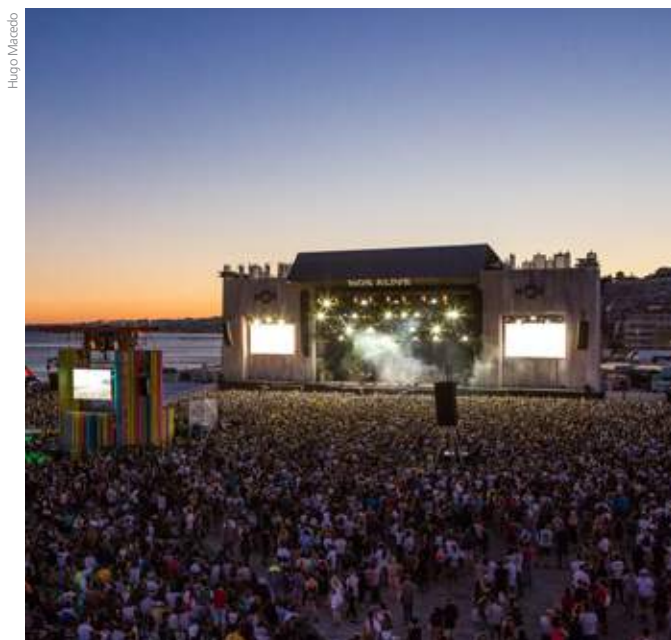
A fidelização de associados menores constituiu um objetivo estratégico, tendo justificado a presença da Associação Mutualista no Festival Panda, iniciativa que permitiu a disponibilização de ingressos a 1 200 associados que, no período de campanha, realizaram subscrições/reforços na modalidade Poupança Complementar Jovem.

Com o mesmo objetivo de fidelizar e ampliar a comunidade de associados menores, no mês de junho foi desenvolvida nova campanha de comunicação e dinamização que associou a oferta de um presente Clube Pelicas à subscrição ou reforço das soluções mutualistas Poupança Complementar Jovem e Capital Certo.

A forte adesão a esta iniciativa, que decorreu de 2 a 30 de junho, justificou a realização de uma segunda fase, agendada para o período de 17 de julho a 16 de agosto, data após a qual foi contabilizada, por via desta ação, a admissão de 1 017 novos associados.

Também para este segmento, destaque para a campanha “Musical Panda e os Caricas”, lançada em novembro e associada à modalidade Poupança Complementar Jovem, que permitiu apoiar a admissão de novos associados e a subscrição e/ou reforço desta modalidade.





Hugo Macedo

NOS Alive



Hugo Lima

Vodafone Paredes de Coura

A ASSOCIAÇÃO REFORÇOU O SEU APOIO À CULTURA MARCANDO PRESENÇA NOS FESTIVAIS DE VERÃO

Em junho, a associação da marca ao Festival NOS Alive – um dos melhores festivais da Europa – reforçou a estratégia de patrocínios orientados à geração de novos benefícios para associados e suportou nova campanha de comunicação inspirada no lema “Juntos vivemos o NOS Alive”.

Numa data em que os ingressos para o Festival já se encontravam esgotados, a Associação Mutualista associou poupança e proteção a lazer, bem-estar e diversão, e promoveu uma ação centrada nas modalidades Poupança Complementar, Poupança Reforma, Capital Certo, Proteção 5 em 5, Proteção Vida e Proteção 18-30.

Com data-fim prevista para 5 de julho, a campanha foi interrompida logo após o seu lançamento, tendo esgotado de imediato a oferta, o que confirmou a adequação da estratégia, e permitiu a relação com 400 associados que asseguraram reforços e subscrições em modalidades de Poupança e Proteção.

A associação ao festival Vodafone Paredes de Coura foi potenciada com o lançamento de nova ação de comunicação digital, através da qual a Associação Mutualista atribuiu cem passes de 4 dias a cerca de duas centenas de associados.

Esta campanha, inspirada na mensagem “Juntos celebramos a música”, garantiu dinâmica associada às modalidades Poupança Complementar, Poupança Reforma, Capital Certo, Proteção 5 em 5, Proteção Vida e Proteção 18-30, e esteve presente em televisão



A Associação Mutualista associou-se ao Festival Montepio Fado Cascais na qualidade de *naming sponsor*

(TVI e TVI 24), em plataformas digitais (motores de busca e redes sociais, nomeadamente Facebook, Google GDN, Spotify e Youtube TrueVie), mas também em imprensa.

A Associação Mutualista associou-se ao Festival Montepio Fado Cascais na qualidade de *naming sponsor*, o que justificou uma campanha de comunicação em suporte digital centrada no estímulo à poupança e no Festival e suportada no mote “Juntos sentimos o Fado”.

Esta iniciativa permitiu apoiar a admissão de novos associados e reforçar a relação com os atuais: cerca de 150 associados deslocaram-se a postos de atendimento mutualista para assegurar o reforço ou subscrição de modalidades de poupança.

O FORTE APELO À PARTICIPAÇÃO CÍVICA QUE, NUM MESMO PASSO, ALAVANCOU O ASSOCIATIVISMO E SOLIDARIEDADE, PERMITIU AFIRMAR AS MELHORES PRÁTICAS, ASSIM COMO O ADN DA INSTITUIÇÃO



Campanha para imprensa e digital

A nova dinâmica de atuação da Associação e a nova política de patrocínios permitiram registar mais de 1,5 milhões de euros em subscrições/reforços de modalidades mutualistas.

Para assinalar o Dia Mundial da Poupança (31 de outubro), a Associação Mutualista lançou a campanha solidária “Poupamos juntos, ajudamos juntos”, que desafiou associados e sociedade em geral a poupar e, em simultâneo, a apoiar a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), a FENACERCI (Federação Nacional das CERCI) e a Associação ZERO.

O forte apelo à participação cívica que, num mesmo passo, alavancou o associativismo e solidariedade, permitiu afirmar as melhores práticas, assim como o ADN da Instituição.

A campanha decorreu até 30 de novembro e afirmou o compromisso assumido pela Associação Mutualista de entregar, sob a forma de doativo, o equivalente a 1% do montante que os associados poupassem nas modalidades Poupança Reforma e Poupança Complementar às três instituições selecionadas pela Fundação Montepio.

Numa iniciativa sem precedentes, esta ação posicionou o Associado como agente ativo – cada Associado (ou candidato a Associado) optou pelo projeto para o qual o MGAM canalizou 1% do valor destinado

ao aforro –, e permitiu doar um total de 80 mil euros atribuído às três instituições em linha e proporção com as escolhas dos mais de 3 700 associados que aceitaram participar.

Com o objetivo de apresentar as vantagens e benefícios garantidos pelo Cartão Montepio Saúde foi desenvolvida uma campanha de comunicação orientada à promoção da nova solução de saúde da Associação junto de atuais e potenciais associados.

A mensagem, suportada nas vantagens do Cartão Montepio Saúde, nomeadamente a sua gratuitidade, ausência de exclusão por idade ou doenças pré-existentes e ausência de período de carência, foi concretizada em quatro temas: Saúde quando mais precisa, Saúde sem questões, Saúde sem período de carência e Saúde sem idade.

Com a determinação de promover o crescimento da comunidade associativa e, em simultâneo, gerar valor para associados e potenciais associados, a Associação Mutualista voltou a inovar, desta feita com o lançamento de uma campanha suportada na dinâmica *Member get member*.

A dinâmica gerada permitiu que os associados que convidaram amigos e familiares a integrarem o universo associativo, e que obtiveram



Experiências como *Trail Camp*, com Carlos Sá, entre outras, revelaram a nova dinâmica criada

A campanha de comunicação do Cartão Montepio Saúde teve como objetivo a promoção desta nova solução junto de atuais e potenciais associados.



sucesso com o convite, fossem reconhecidos pela oferta de dois meses de quota associativa. Aos novos associados foi oferecida a joia de admissão, no valor de 9 euros.

Esta campanha gerou fluxos de navegação no site superiores a 8 500 visualizações e permitiu converter 300 novos associados em apenas um mês.

Programa de Experiências

LANÇAMENTO AMME

A diversidade de iniciativas culturais, formativas, lúdicas e de bem-estar, e a receptividade dos associados às ações colocadas à sua disposição pela Associação Mutualista Montepio, conduziram ao desenvolvimento do novo Programa de Experiências e à afirmação do conceito AMMe – Associação Mutualista Montepio Experiências, lançado em setembro de 2017.

Destinadas a robustecer as relações, a apoiar o estreitamento de laços com a comunidade associativa e a fomentar uma relação mais emocional com a instituição, as AMMe vieram atribuir maior visibilidade aos benefícios colocados à disposição de quantos integram a família Montepio.

O novo mundo de experiências e momentos desenhados com o cunho da Associação Mutualista Montepio, foi estruturado em 7 categorias: CONHECER (Cultura e Património), DESCOBRIR (Aventura e Ar Livre), CRESCER (Jovens e Famílias), DESFRUTAR (Lazer e Bem-estar), CORRER (*Running*), APRECIAR (Arte e Espetáculos) e SABER (cursos e *workshops*).

Experiências como *Trail Camp*, com Carlos Sá, Conversa com Eduardo Sá, Poemas Soltos, com Vítor de Sousa, Nos Bastidores com Jorge Palma, entre outras, revelaram a nova dinâmica criada.

O Programa de Experiências também inovou quanto à forma de inscrição nas atividades, que passou a ser realizada de forma automática, via site ou APP, através do preenchimento de formulário de inscrição, garantindo o acesso a uma experiência de utilização simples, prática e cómoda.

Desde o lançamento do Programa AMMe, a 13 de setembro, até ao fecho do ano 2017, contabilizaram-se 146 experiências e 1 366 participações, revelando o interesse e aceitação que as AMMe garantiram desde o seu lançamento.

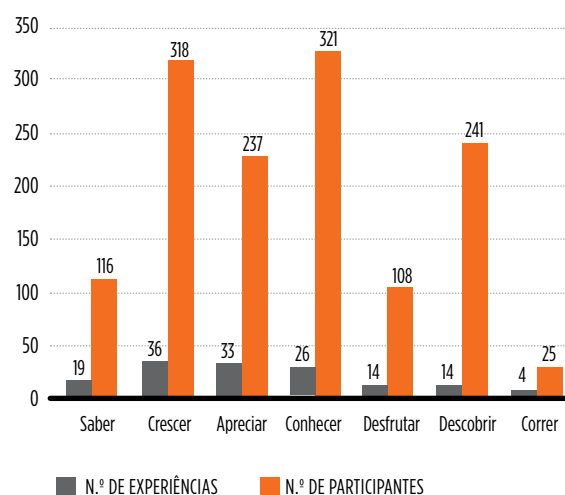
A categoria AMMe CRESCER (Jovens e Famílias) somou o número mais elevado de participações (318), seguida pela categoria APRECIAR

(Arte Espetáculo) que contabilizou, em igual período, 237 participações, entre associados e não associados.

No último quadrimestre do ano participaram nas Experiências proporcionadas pela Associação Mutualista um total de 862 associados e 504 potenciais associados.

EXPERIÊNCIAS (REALIZADAS) POR CATEGORIA

set-dez 2017



Atividades do Clube Pelicas

Ao longo de 2017 foram desenvolvidas ações dedicadas às crianças associadas e suas famílias, no âmbito do Clube Pelicas.

A promoção de atividades em áreas de interesse dos mais jovens ou dos pais e educadores constituiu prioridade do Clube, que realizou *workshops* nas áreas da cultura, tecnologia, ciência, dança, desporto, além da Corrida Pelicas, Corrida Montepio, Corrida São Silvestre da Pequeneda ou Meia Maratona de Cascais.

Alinhado com o novo Programa de Experiências, o Clube Pelicas promoveu iniciativas destinadas aos mais jovens, nomeadamente uma



Sessão de *showcooking* com Miguel Gameiro

sessão de *showcooking* com Miguel Gameiro, ATL de verão e Natal, debates e conversas com pais e educadores, mas também na área da alimentação saudável, através da parceria firmada com a APCOI – Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil, ou do projeto “O Clube Pelicas vai à escola”.



atmosfera m
UM ESPAÇO PARA PENSAR E AGIR
Associação Mutualista
Montepio

Espaços Atmosfera m

Os espaços atmosfera m continuaram a garantir uma oferta diversificada, orientada à cidadania, e cumpriram fortemente a sua missão de assegurar centralidade à comunidade associativa através, por exemplo, da cedência de espaços para a exposição de trabalhos dos associados, apresentação de livros, organização de formações ou encontros.



O apoio ao **running** foi uma das apostas da Associação Mutualista Montepio: **1. Corrida Montepio**
2. Montepio Meia Maratona de Cascais,
3. Corrida Pelicas, 4. S. Silvestre da Pequenada

Em 2017, os espaços atmosfera **m** acolheram e organizaram mais de 1 450 eventos (803 no Porto e 648 em Lisboa), nos quais participaram 35 606 pessoas (22 195 no Porto e 13 411 em Lisboa), uma média de 2 960 pessoas por mês. Contudo, um total de 133 500 pessoas contactaram com os espaços – seja em atividade proposta em agenda ou apenas para um encontro informal no Café do Próximo.

As galerias dos espaços acolheram 18 exposições, nove em cada cidade, em parceria com organizações da Sociedade Civil e com associados Montepio.

Para o público infantil, os espaços atmosfera **m** mantiveram, em estreita parceria com o Clube Pelicas, uma oferta de atividades educativas abrangente.

À semelhança de anos anteriores, foi mantida a colaboração com a Academia de Ciências de Lisboa e com a RUTIS – Rede de Universidades Seniores, garantindo parte da formação e atividades orientadas ao público sénior.

As bibliotecas do Porto e Lisboa, com uma coleção essencialmente voltada para áreas da Economia Social e do Terceiro Setor, encerraram 2017 com 1 692 utilizadores registados.

Running e Apoios ao Desporto

O investimento, apoio e envolvimento da Associação Mutualista Montepio na área do Desporto, com especial enfoque no **running**, tem garantido à Instituição um reconhecimento de particular importância.

A 5.ª Corrida Montepio, que já se afirmou entre as provas realizadas na cidade de Lisboa – é a 8.ª mais participada do país, constitui uma iniciativa desportiva de cariz solidário que reúne associados, clientes e amigos da Associação Mutualista Montepio.

Em 2017, os cerca de 10 mil participantes, entre atletas profissionais e amadores, permitiram angariar 43 mil euros, receita proveniente das inscrições, que reverteu a favor da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e do seu projeto “Quinta das Camélias – Residências Assistidas”.

A 3.ª edição da Corrida Pelicas, de cariz solidário, reuniu cerca de 1 500 pessoas no estádio do Inatel, em Lisboa, e permitiu a angariação de 5 500 euros, provenientes das inscrições, que reverteram a favor da Associação Sanfilippo Portugal.



Com forte objetivo solidário, a Corrida Pelicas voltou a posicionar-se como iniciativa desportiva dirigida às famílias, assente na promoção de um estilo de vida saudável, e garantiu a participação de jovens, dos 5 aos 13 anos de idade, em provas de corrida divididas por vários escalões.

Com o objetivo de estar com as pessoas, acompanhando as tendências e os principais movimentos sociais, a Associação Mutualista assegurou, ao longo de 2017, presença em provas que garantiram diferentes distâncias e, como tal, diferentes níveis de desafio desportivo.

Exemplo disso foi a presença na Montepio Meia Maratona de Cascais, que reuniu cerca de 4 000 participantes e incluiu três provas – a Montepio Meia Maratona, a Montepio 5 km de Cascais e a Corrida das Crianças. A este evento acrescentou-se o apoio, na qualidade de parceiro oficial, da Câmara Municipal de Lisboa na realização das Olisípiadas, iniciativa que envolveu 3 500 crianças e mais de 20 federações desportivas; ou a participação na Ultramaratona Atlântica Melides-Troia, que reuniu centenas de atletas nas praias do Carvalhal, Comporta e Tróia e reforçou, uma vez mais, o posicionamento da Instituição na área do desporto, saúde e vida ativa.



BASE DE ASSOCIADOS, MODALIDADES E BENEFÍCIOS



9.1 BASE DE ASSOCIADOS

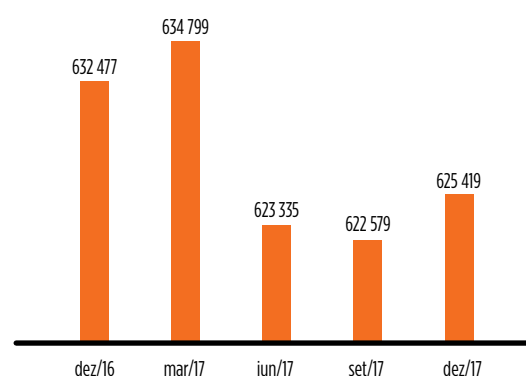
O MGAM encerrou o ano de 2017 com 625 419 associados efetivos (632 477 no final de 2016).

Após um primeiro trimestre de crescimento, a evolução da base associativa sofreu, entre abril e meados do 3.º trimestre de 2017, alguma instabilidade, tendo recuperado o ritmo de evolução favorável a partir de setembro, com a estabilização dos valores de saídas de associados, para níveis de maior normalidade, e a retoma do ritmo de captação de novos associados.

Detalhando os fluxos de movimento associativo, verifica-se que, embora em número inferior ao de 2016, pelas razões descritas, o número de admissões de associados foi muito expressivo, de 38 111, sendo de realçar o aumento de 63% face a 2016, das readmissões de associados, que tinham perdido o vínculo associativo, nomeadamente por situações de falta de pagamento de quotas ou vencimento da última subscrição ativa.

No que concerne às saídas, houve um acréscimo tanto no número de falecimentos como em cessões de direitos, desistências e eliminações, originando um fluxo líquido de - 7 058 associados no final de 2017.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS



No que se refere à distribuição etária, verifica-se que a maioria dos associados (55%) concentra-se nos grupos com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos, tendo maior peso o grupo etário entre os 40 e os 50. A média de idades situa-se nos 42,5 anos (41,8 anos em 2016).

Em termos de género, constata-se que o sexo feminino mantém a tendência de reforço da sua expressão na estrutura associativa, representando, no final de 2017, cerca de 51,2% do total de associados (51,0% em 2016).

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

DESIGNAÇÃO	2016	2017	VARIAÇÃO	
			N.º	%
Associados existentes no início do ano	632 931	632 477	-454	-0,1
Entradas				
Admissões	40 380	38 111	-2 269	-5,6
Readmissões	1 382	2 253	871	63,0
Saídas				
Falecimentos e Habilitações	1 218	1 309	91	7,5
Cessões de Direitos	40 998	46 113	5 115	12,5
TOTAL DE ASSOCIADOS NO FINAL DO ANO	632 477	625 419	-7 058	-1,1

No que concerne à distribuição geográfica dos associados, mantém-se a concentração nos grandes centros urbanos, em linha com a população do país, nomeadamente em Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Aveiro, representando quase 66% da base associativa.

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira totalizam, em 2017, 6,4% do total de associados (idêntico ao ano anterior).

Entre os distritos que evidenciaram maiores crescimentos relativos em número de associados, destacam-se algumas áreas do interior do país como: Viseu, Bragança, Castelo Branco, Portalegre, e ainda a ilha de São Miguel.

Também o número de associados sediados no estrangeiro continuou a aumentar, tendo crescido cerca de 6% em 2017. Com 12 855 associados, este segmento passou a representar 2,1% do total da base associativa (1,9% em 2016).

9.2 SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES

No quadro da sua missão na satisfação das necessidades dos associados e da política de aprofundar a respetiva vinculação, a Associação Mutualista continuou, em 2017, a aumentar a sua oferta de modalidades mutualistas de benefícios nos domínios da poupança para proteção e previdência complementar.

A evolução do número total de subscrições de modalidades existentes refletiu esta dinâmica de oferta ao longo do ano, bem como a evolução da base de associados, anteriormente descrita.

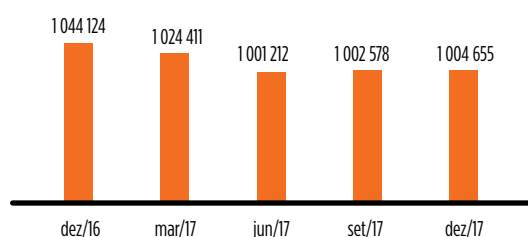
O número de subscrições totalizou 1 004 655 em 2017 (1 044 124, em 2016), com uma média de subscrições por associado de 1,61 (1,65 em 2016). A evolução das subscrições de modalidades não foi constante ao longo do ano, evidenciando uma desaceleração no 1.º semestre, seguida de retoma no 2.º semestre, em especial no último trimestre do ano.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 2017

1 VIANA DO CASTELO 8 086 (8 185)	9 COIMBRA 18 363 (18 392)	17 BEJA 2 703 (2 693)
2 BRAGA 49 477 (50 232)	10 CASTELO BRANCO 15 583 (15 259)	18 FARO 30 597 (30 279)
3 VILA REAL 5 137 (5 040)	11 LEIRIA 20 372 (20 267)	19 MADEIRA 15 266 (15 400)
4 BRAGANÇA 5 601 (5 471)	12 SANTARÉM 20 877 (20 879)	20 AÇORES 24 510 (24 294)
5 PORTO 110 275 (113 203)	13 PORTALEGRE 4 219 (4 136)	
6 AVEIRO 39 632 (39 021)	14 LISBOA 158 155 (164 934)	
7 VISEU 13 917 (13 497)	15 SETÚBAL 53 869 (54 388)	
8 GUARDA 7 099 (7 010)	16 ÉVORA 7 739 (7 805)	



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES ASSOCIATIVAS



Em consequência da dinâmica das redes de relação com os associados, com destaque para a Rede de Gestores Mutualistas, e do desenvolvimento das ações de comunicação sobre a oferta mutualista, suas especificidades e vantagens, registou-se, em 2017, uma evolução muito positiva das novas subscrições de modalidades, que atingiram 119 124 em 2017, o que significou um acréscimo de 25% face ao ano anterior, com 24 034 novas subscrições.

Este crescimento, apesar de muito significativo, foi, no entanto, insuficiente para colmatar os cancelamentos ocorridos, originando a diminuição verificada na quantidade de subscrições existentes.

Verificaram-se crescimentos em novas subscrições na generalidade das modalidades, excetuando-se apenas os Capitais de Previdência Diferidos com Opção – modalidade fechada a novas subscrições que aceita apenas reaplicações das existentes.

Assim, no que diz respeito às modalidades que permitem aos associados constituir e valorizar as suas poupanças foram emitidas 13 séries da modalidade Montepio Capital Certo a 5 anos e 1 dia, correspondendo às expectativas e apetência dos associados, que permitiram aumentar significativamente o respetivo número de subscrições em 60%.

Em relação às modalidades de proteção, que permitem aos associados a cobertura financeira dos riscos de morte, invalidez ou velhice, que foram objeto, ao longo do ano, de diversas ações de divulgação e dinamização, também se obtiveram crescimentos muito expressivos em novas subscrições.

Destacam-se os aumentos de novas subscrições nas modalidades Proteção 18-30 (74,3%), Proteção Outros Encargos, Poupança Reforma e Proteção Vida (estas 2 últimas incluídas em “Outras”) que, fruto da dinâmica de relação desenvolvida pela Rede de Gestores Mutualistas, registaram um crescimento de grande relevância do número de novas subscrições.

Refira-se, neste domínio, que, durante o ano de 2017, com vista a melhorar a adequação das modalidades às condições de mercado e às necessidades dos associados, prosseguiram os trabalhos da Comissão de Revisão do Regulamento de Benefícios, que se encontra em curso.

NÚMERO DE NOVAS SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADES

	2016		2017		VARIAÇÃO	
MODALIDADES INDIVIDUAIS	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Montepio Poupança Complementar	32 288	34,0	32 571	27,3	283	0,90
Montepio Capital Certo	29 705	31,2	47 702	40,0	17 997	60,6
Montepio Proteção 5 em 5	26 263	27,6	28 745	24,1	2 482	9,5
Montepio Proteção Encargos	2 941	3,1	4 609	3,9	1 668	56,7
Montepio Proteção 18-30	1 128	1,2	1 966	1,7	838	74,3
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	2 160	2,3	1 341	1,1	-819	-37,9
Outras	605	0,6	2 190	1,9	1 585	>200
TOTAL	95 090	100,0	119 124	100,1	24 034	25,3

9.3 BENEFÍCIOS DE SAÚDE - CARTÃO MONTEPIO SAÚDE

O atual contexto socio demográfico, marcado pelo envelhecimento da população e aumento da esperança média de vida, conjugado com as restrições orçamentais do Estado, tem conduzido a um aumento das necessidades de serviços e da despesa das famílias na área da saúde, como referido no ponto 3 deste relatório. Estas necessidades têm motivado a crescente oferta de serviços de saúde por parte de diversas entidades privadas e potencia, especialmente, o papel das entidades mutualistas e de outras da economia social, no quadro das suas missões, de dar satisfação às necessidades de serviços de saúde dos seus associados.

Neste quadro, o MGAM na prossecução dos seus fins mutualistas e designios estratégicos, desenvolveu, durante a primeira metade de 2017, um projeto tendo como objetivo estruturar benefícios na área da saúde aos seus associados.

**O PLANO DE SAÚDE
FOI LANÇADO NO DIA
10 DE JULHO DE 2017.
FORAM EMITIDOS
MAIS DE 610 MIL
CARTÕES DE SAÚDE
DESTINADOS A TODOS
OS ASSOCIADOS
EFETIVOS DO
MONTEPIO**



Da reflexão realizada, envolvendo um conjunto alargado de colaboradores de diferentes áreas e empresas do Grupo e de entidades externas, foi decidido avançar com a oferta de um plano de saúde para os associados, com benefícios distintivos e complementares face a outras ofertas do mercado. O plano de saúde consta de um conjunto de condições especiais e de vantagens no acesso a cuidados de saúde praticados numa rede de prestadores que o MGAM reuniu de propósito para este projeto.

A rede de prestadores tem uma configuração distinta da generalidade das redes existentes, na medida em que se estrutura em torno de parceiros estratégicos que são entidades de referência no setor e entidades que partilham a matriz de valores da associação mutualista. Os três parceiros estratégicos do Montepio neste projeto são assim a José de Mello Saúde, líder do mercado de saúde privada em Portugal, o Grupo HPA Saúde, prestador de referência no Algarve, Alentejo e ilhas, bem como a União das Misericórdias Portuguesas, que reúne mais de quarenta unidades de saúde com presença principal no Norte do país.

O plano de saúde foi lançado no dia 10 de julho de 2017 e em torno dessa data foram distribuídos mais de 610 mil cartões de saúde a todos os associados efetivos do Montepio.

O cartão tem sido utilizado em volumes crescentes pelos associados do Montepio, atingindo, no final dos primeiros seis meses de utilização, mais de 300 utilizações por dia útil em hospitais, clínicas generalistas e de medicina dentária, unidades de imagiologia e laboratórios, o que se traduziu num valor global de faturação na ordem do milhão e meio de euros.

Dessas utilizações resultam benefícios em descontos substanciais para os associados, os quais totalizaram mais de 720 000€, o que corresponde a um desconto médio de 35% face aos preços privados.

Dos números de utilizações que se têm verificado parece ser lícito concluir que o plano de saúde do Montepio representa uma resposta a necessidades efetivas dos associados, constituindo uma forma nova ou complementar de acesso a cuidados de saúde diferenciados.

O lançamento do cartão Montepio Saúde é o primeiro passo de um conjunto de iniciativas e de ofertas em alguns casos inovadoras que o Montepio está a estruturar e desenvolver e que irão enriquecer ainda mais a proposta de valor para os associados.

Este novo benefício mutualista na área da Saúde representa, por um lado, o cumprimento da missão do MGAM no que toca à resposta a algumas necessidades dos seus associados e, por outro, constituirá um polo de atração para trazer mais associados para o Montepio, contribuindo para a sustentabilidade da base associativa.

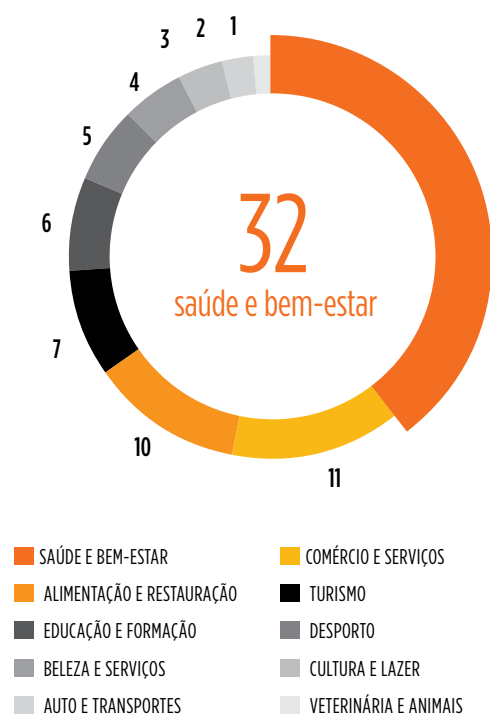
**O LANÇAMENTO DO
CARTÃO MONTEPIO
SAÚDE É O PRIMEIRO
PASSO DE UM
CONJUNTO
DE INICIATIVAS
E DE OFERTAS
QUE ESTAMOS
A DESENVOLVER**



9.4 BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES E PARCERIAS

Dando seguimento à estratégia de celebração de acordos, para providenciar Benefícios Complementares pecuniários aos associados, foram assinadas, em 2017, 81 novas parcerias, abrangendo as seguintes áreas:

**PARCERIAS CELEBRADAS EM 2017,
POR ÁREA DE ATIVIDADE**



É de realçar que se manteve a política de privilegiar acordos a nível local, visando uma maior proximidade com os associados.

Também foi privilegiado o setor da saúde, que continua a representar 40% do total de novas parcerias, justificadas pela sua importância na missão mutualista, como pelo interesse e valor percebido pelos associados. Neste setor, salientamos a parceria com o Instituto Português da Retina, especializado na área oftalmológica, com particular enfoque nas subespecialidades de retina e de glaucoma, bem como o reforço do sector farmacêutico, envolvendo 12 novas Farmácias.

Prosseguindo o objetivo de reforçar o leque de vantagens e benefícios que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos associados, incentivou-se a celebração de acordos nas áreas do Comércio e Serviços e do Alojamento e Restauração. O Hard Rock Café Porto e os restaurantes O Forno, Muda Bar e Acert são exemplos de novos pontos de desconto para associados, bem como o Convento do Espinheiro, Hotel & Spa, Aqua Village, Health Resort, os Solares de Portugal e os hotéis Vale de S. Torcato e Ibn Arrik.

A área do Comércio e Serviços passou a contemplar descontos em empresas que comercializam produtos naturais e da agricultura biológica: A Quinta, Quinta Brancos, Quinta da Pedra Branca, Quinta do Arneiro e o Quintal.

Os associados mais novos também passaram a contar com benefícios na Majora, Museu de Brincar, DreamyWorld, Surfriders Ericeira, na PacifiqueSud e na loja *on-line* Servensino.

O ano de 2017 terminou com um total de 1 260 parcerias, sendo 89 com empresas de âmbito nacional, destacando-se o contributo das parcerias com as empresas MEO e REPSOL PORTUGUESA, nos sectores estratégicos das telecomunicações e combustíveis.

Decorrente do projeto de transformação e modernização da Associação Mutualista AM 2.0, procedeu-se à recategorização das parcerias, que das anteriores 7 passaram a estar organizadas de forma mais intuitiva e orientada para as preferências e necessidades dos associados, em 12 novas categorias (conforme gráfico anterior).

Esta alteração implicou a necessária adaptação do Portal de Parcerias, com a inclusão do processo de georreferenciação de todos os pontos de desconto, bem como a sua interligação às novas plataformas digitais desenvolvidas pela Associação Mutualista, cujo trabalho só será concluído no decorrer de 2018.

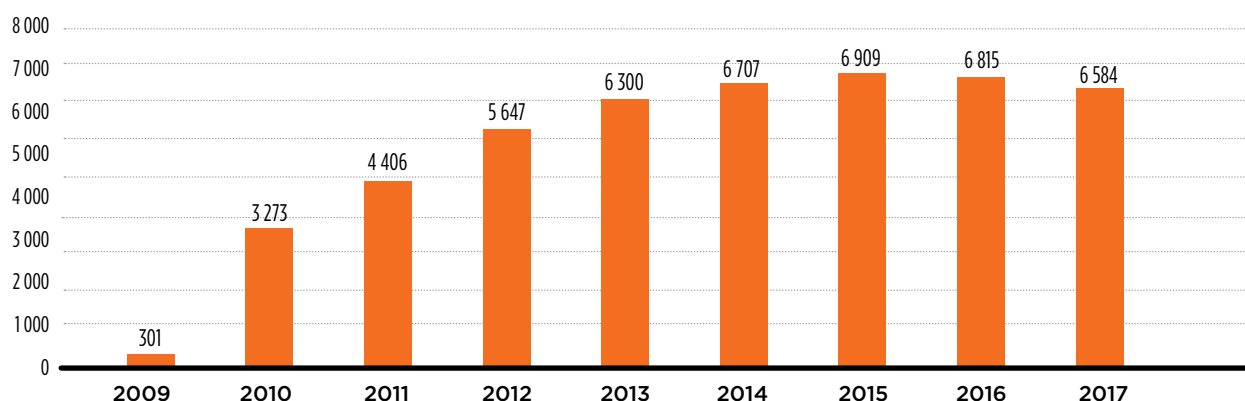
Em termos dos benefícios prestados aos associados e nível de utilização das parcerias destaca-se, pela sua dimensão e adesão, a progressão no número de associados que usufruíram dos benefícios do cartão Repsol, resultante da parceria do Montepio com a Repsol Portuguesa, que garante o desconto imediato de 6 cêntimos por litro de combustível, na rede de Estações de Serviço Repsol Aderentes.

Durante 2017 foram emitidos 36 010 novos cartões Montepio Repsol, com uma média mensal de 119 mil utilizadores, tendo o montante do benefício acumulado, para os seus utilizadores, ascendido a 6,6 milhões de euros. O benefício total acumulado desde o início da parceria, em outubro de 2009 até dezembro de 2017, já permitiu que os associados utilizadores do cartão Montepio Repsol poupassem mais de 46,9 milhões de euros na aquisição de combustíveis.



CARTÃO REPSOL - BENEFÍCIO GERADO PARA OS ASSOCIADOS

(milhares de euros)



É de destacar a parceria com a Rede Nacional de Expressos/RENEX que, na área dos transportes coletivos, proporcionou benefícios em 20 033 viagens (em 2016, foram utilizadas 17 547 viagens).

Na área da Cultura e Lazer, os descontos nos Cinema City continuaram a merecer a preferência dos associados com 10 488 bilhetes adquiridos, seguido dos parques temáticos Aquashow e Zoomarine, no Algarve, com respetivamente, 2 146 e 1 355 entradas e do Portugal dos Pequenitos, em Coimbra, com 1 500 associados visitantes a usufruírem do respetivo benefício.

**DURANTE 2017
FORAM EMITIDOS
36 010 NOVOS CARTÕES
MONTEPIO REPSOL,
COM UMA MÉDIA
MENSAL DE 119 MIL
UTILIZADORES**

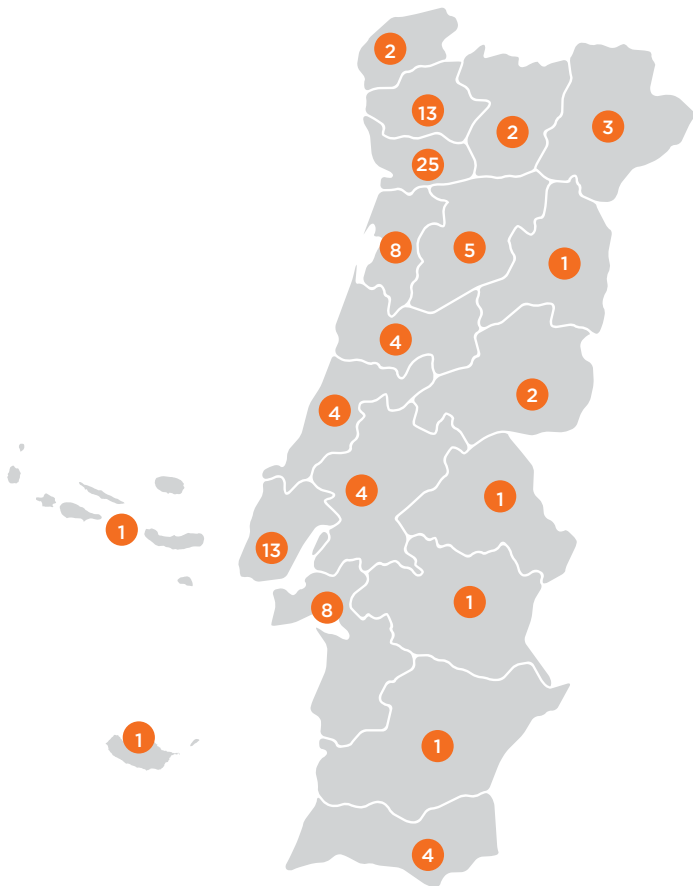
2017 RELATÓRIO
& CONTAS

10

**REDE DE GESTORES
MUTUALISTAS**

Corporizando o objetivo de maior proximidade e mais estreita relação entre o MGAM e os seus associados, foi criada, em meados de 2016, uma Rede de Gestores Mutualistas – Projeto Start, com a implantação de postos de atendimento mutualista nos balcões da CEMG e com uma distribuição de âmbito nacional.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS GESTORES MUTUALISTAS



No ano de 2017 deu-se seguimento ao alargamento dessa rede de gestores, que, em 31 de dezembro de 2017, englobava 103 gestores (96 em 2016), distribuídos por todo o território continental e ainda ilha da Madeira (Funchal) e S. Miquel (Ponta Delgada), nos Açores.

Saliente-se que estes gestores encontram-se em balcões da CEMG, em postos devidamente identificados e exclusivamente dedicados ao atendimento mutualista.

A rede de gestores mutualista está organizada em 6 departamentos (Porto Norte, Porto Sul, Coimbra, Leiria, Lisboa e Sul e Ilhas), 2 direcções

regionais (Norte e Centro, Sul e Ilhas) e uma direção coordenadora central - Direção Central da Rede de Gestores Mutualistas.

Esta estrutura orienta a ação, dinamiza e executa os objetivos previstos no Plano Anual de Atividade Mutualista, que materializa os objetivos de atividade associativa definidos pela Assembleia Geral, em sede de Programa de Ação e Orçamento Anual. Esses objetivos referem-se à admissão e readmissão de associados, sua gestão e fidelização e à captação de poupanças mutualistas, através de uma oferta de modalidades mutualistas mais personalizada e orientada ao perfil de cada Associado.

Atualmente, os postos de atendimento Mutualistas assumem-se como um dos principais canais de relação com os associados, sendo reconhecidos pelos mesmos como uma oportunidade de desenvolvimento do envolvimento com a Associação.

Ao longo de 2017, a Rede de Gestores Mutualistas efetuou o acompanhamento presencial dos associados que lhe estão geograficamente afetos, estreitando laços, melhorando a relação e alinhando a oferta de modalidades às necessidades dos associados.

Decorrente do contacto de proximidade estabelecido no terreno e com o apoio das campanhas de comunicação da oferta que têm sido desenvolvidas, foi possível aumentar o conhecimento sobre os associados e alargar a abrangência da Associação a todos os membros dos respetivos agregados familiares, ampliando os benefícios mutualistas a toda a família.

Foi ainda possível indicar, em termos de famílias, a modalidade que garantia a proteção desejada. A título de exemplo, refiram-se as campanhas Montepio Proteção Vida, Montepio Proteção Outros Encargos e Montepio Pensão de Reforma, modalidades que constituem respostas adequadas aos associados com filhos e com responsabilidades e preocupação quanto à sua reforma e quanto ao futuro dos seus.

O ano de 2017 ilustrou o desenvolvimento da abordagem e da relação da Associação com os seus associados, permitido pelas novas condições de funcionamento. Com este posicionamento estratégico, a Associação Mutualista adquiriu um novo dinamismo, que permite aprofundar as relações com os associados e assegurar crescentes níveis de satisfação e de vinculação.

11

**POLÍTICA DE
INVESTIMENTO
E GESTÃO
DE RISCOS**

11.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A política de investimentos define os princípios e as regras a seguir quanto aos ativos a considerar para realizar as aplicações patrimoniais do MGAM, que permitam concretizar a estratégia, no quadro da execução da sua missão e finalidades mutualistas e, tendo em atenção a rendibilidade, a liquidez ou maturidade e os riscos associados.

A política de investimentos do MGAM em 2017 continuou condicionada pela evolução do seu principal ativo estratégico, que se refere ao capital da caixa económica - CEMG, criada pelo MGAM em 1844, para prossecução dos fins mutualistas, ao qual foi prioritário aportar novo reforço de capital em 2017, por determinação do regulador/supervisor.

Relativamente aos ativos financeiros, a política seguida em 2017 teve em conta o comportamento dos mercados financeiros, de que se dá conta no ponto 3 deste relatório, designadamente o sentimento positivo, decorrente do melhor desempenho e de melhores perspectivas macroeconómicas, que conduziu ao aumento dos preços e valorizações dos ativos, em paralelo com significativos níveis de volatilidade, num quadro de manutenção de baixas, ou mesmo negativas, taxas de juro.

Face a este contexto e às características da atividade e das finalidades mutualistas, a política de investimentos financeiros do MGAM manteve o seu perfil conservador, procurando minimizar os riscos e assegurar o cumprimento dos compromissos para com os seus associados.

As aplicações orientaram-se, fundamentalmente, para os ativos líquidos de rendimento fixo e com *rating* de, pelo menos, uma das quatro principais agências de *rating*.

A política de investimentos define os limites de exposição das aplicações quanto à exposição por emitente, setor de atividade, zona geográfica e *rating*. A seleção dos ativos financeiros tem por base a informação financeira disponível dos emitentes, como os relatórios e contas e as publicações de *research* de bancos de investimento.

No que concerne à gestão da carteira de ativos financeiros, salientam-se, em 2017, ganhos com mais-valias líquidas resultantes de operações nos mercados, no montante de 2,4 milhões de euros, aproveitando a conjuntura de melhoria dos índices bolsistas, alimentada pela política monetária expansionista por parte dos Bancos Centrais e uma corrida a obrigações com *high-yield*.

A carteira de títulos do MGAM é composta, essencialmente, por dívida *corporate* e soberana de rendimento fixo, com denominação em euro. De forma a mitigar a sua volatilidade e a exposição ao risco de taxa de juro, reduziu-se em 2017 a *duration* do portfólio para 2,1 anos, quando comparada com os 3,9 anos, no final de dezembro de 2016.

No que se refere aos ativos imobiliários, a política seguida tem como objetivo, por um lado, cumprir a missão estratégica no que se refere à natureza dos imóveis, como é o caso dos investimentos nos equipamentos residenciais, arrendados à Residências Montepio, S.A e, por outro, maximizar os proveitos, com as rendas recebidas dos inquilinos, e também realizar mais-valias com alienações, aproveitando as condições e oportunidades de mercado, como aconteceu em 2017.

A política de investimentos é reavaliada numa base anual que poderá ser antecipada caso ocorram alterações nas condições de mercado que o justifiquem. São produzidos relatórios mensais para o Conselho de Administração com a composição e evolução das diversas carteiras de ativos do MGAM.

11.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos do MGAM tem como objetivo assegurar a melhor adequação possível da composição dos ativos com o perfil das responsabilidades, designadamente as maturidades, taxas técnicas, esperança de vida e sinistralidade. Pretende-se, assim, assegurar que os compromissos assumidos pelo MGAM e os fins a que se propõe sejam cumpridos.

A política de gestão dos riscos assenta na execução da política de investimentos, na identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade, no seu controlo sistemático e tempestivo e na adoção de medidas de mitigação dos principais riscos a que a atividade do MGAM está sujeita.

Como principais riscos, identificam-se o risco de mercado e de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o risco específico inerente às características das modalidades mutualistas, como se descreve em seguida.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado tem em atenção os fatores que possam afetar o valor de mercado dos ativos da instituição, designadamente as participações financeiras, a carteira de títulos e as propriedades de investimento.

A gestão do risco das *Participações Financeiras* tem por base o acompanhamento das empresas, particularmente a evolução dos seus desempenhos e a execução dos seus planos de negócios e orçamentos, e a respetiva avaliação numa base, pelo menos, anual.

O risco relativo à *Carteira de Títulos* é gerido através da identificação dos fatores que podem exercer pressão nos seus preços, como a evolução das taxas de juro e expectativas de evolução das cotações dos títulos nos mercados financeiros. A metodologia seguida assenta nas seguintes análises:

- i. Análises de sensibilidade a alterações das taxas de juro de mercado;
- ii. *Gaps* de taxa de juro estáticos e dinâmicos, ou seja, considerando a evolução da atividade;
- iii. Risco de Reinvestimento.

A gestão do risco do valor de mercado das *Propriedades de Investimento* implica a monitorização dos preços, a respetiva avaliação ao preço de mercado anualmente e a análise de sensibilidade ao impacto de uma variação dos preços nos mercados imobiliários.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez tem por base a previsão dos fluxos de recebimentos e de pagamentos que possibilitem a construção de perfis de maturidade dos ativos e das responsabilidades.

O objetivo passa por, antecipadamente, identificar *gaps* que possam vir a suceder, assegurando, por um lado, os pagamentos dos benefícios aos subscritores das modalidades associativas e, por outro, rendibilizar, através de aplicações em ativos mais rentáveis, eventuais excessos de liquidez.

A gestão e o controlo da liquidez é efetuado numa base diária e os *gaps* de liquidez calculados são estáticos ou dinâmicos, permitindo uma análise mais profunda de eventuais desequilíbrios de tesouraria que possam vir a ocorrer.

São, ainda, realizadas análises de cenários com diferentes níveis de reembolsos antecipados, com a finalidade de avaliar o impacto dos mesmos na liquidez e na rendibilidade da instituição.

Embora tendo essa possibilidade plasmada nos seus estatutos, o MGAM não emite dívida para financiar a sua atividade, pelo que as suas responsabilidades são para com os associados subscritores das modalidades associativas.

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito baseia-se no cumprimento dos limites definidos na política de investimentos financeiros, no que concerne à exposição por setores de atividade, zona geográfica e qualidade creditícia (classificação por *rating*), além da análise de impactos que possam vir a ter na atividade.

No que concerne ao controlo das quotizações a receber por parte dos subscritores das modalidades associativas é realizada uma monitorização numa base diária.

RISCO ESPECÍFICO DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

O risco específico das modalidades associativas corresponde ao risco de descontinuidade ou de reembolso antecipado, risco de invalidez e risco de mortalidade, bem como o risco de adequação das responsabilidades por alterações nas taxas de juro e, ou, na maturidade.

No âmbito da gestão do risco específico das modalidades associativas, são efetuadas as seguintes análises de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor das responsabilidades:

- i. Risco taxa de juro: Uma alteração no valor das taxas de juro tem impacto direto no valor de mercado das responsabilidades das modalidades associativas.
- ii. Risco de mortalidade nas modalidades atuariais: Uma variação positiva ou negativa nos pressupostos assumidos pode levar a um reforço das provisões matemáticas para fazer face às responsabilidades assumidas. O MGAM dispõe de um núcleo de atuariado especializado na mensuração e controlo deste risco.
- iii. Impacto de um aumento ou diminuição dos reembolsos nas modalidades de capitalização: Um aumento dos reembolsos acima do estimado pode obrigar à venda de ativos para fazer face a necessidades de liquidez.

Na nota 35 anexa às contas, dedicada à Gestão dos Riscos, são apresentadas as análises de sensibilidade efetuadas.

12

**EVOLUÇÃO
DO BALANÇO
E RESULTADOS**

12.1 EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO ATIVO

No final de 2017, o ativo líquido da Associação Mutualista era de 3 947 milhões de euros, tendo obtido uma variação de +5,5% face a 2016 (3 742 milhões de euros).

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO ATIVO

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	VALOR	VALOR	VALOR	%
Carteira de Títulos	1 257 827	547 108	- 710 719	-56,5%
Participação na CEMG	1 666 122	1 877 778	211 656	12,7%
Outras Participações Financeiras	243 132	170 529	- 72 603	-29,9%
Propriedades de Investimento	269 711	254 009	- 15 702	-5,8%
Disponibilidades e Aplicações em IC's	251 715	216 718	- 34 997	-13,9%
Empréstimos a Associados	6 340	7 015	675	10,6%
Ativos Tangíveis	38 375	60 848	22 473	58,6%
Ativos por Impostos Diferidos	-	805 159		
Outros Ativos	8 650	7 963	- 687	-7,9%
ATIVO LÍQUIDO	3 741 872	3 947 127	205 255	5,5%

A evolução do ativo incorporou, por um lado, a redução da Carteira de Títulos e, por outro, o reforço da participação na Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), decorrente do aumento do seu capital institucional, realizado em 30 de junho de 2017, por indicação do Banco de Portugal, e da aquisição de unidades de participação representativas do fundo de participação, através da OPA – Oferta Pública de Aquisição, como se descreve no ponto 4 deste relatório.

O ativo de 2017 refletiu ainda a mudança do estatuto fiscal do MGAM, que determinou o apuramento de ativos por impostos diferidos, no montante de 805 milhões de euros.

Relata-se em seguida a evolução das diversas componentes do ativo em 2017.

Carteira de Títulos

A Carteira de Títulos e Outras Aplicações Financeiras registou um valor de 547,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, face a um valor de 1 257,8 milhões de euros em 2016.

Esta evolução expressa uma variação anual de -56,5%, motivada pelo vencimento de obrigações, que estavam associadas à cobertura de responsabilidades de modalidades associativas e pela necessidade de fazer face ao investimento efetuado no reforço do capital da CEMG, através do aumento de capital institucional, efetuado em junho, e pelo conjunto de operações de aquisição das suas unidades de participação, realizadas no segundo semestre do ano, no decurso da OPA, que culminaram com a detenção de 100% do capital social da CEMG.

Devido à redução ocorrida na carteira de obrigações o rendimento líquido da Carteira de Títulos foi de 41,5 milhões de euros, valor que compara com 52,7 milhões de euros registados em 2016.

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
Disponíveis para Venda	238 846	551 386	312 540	130,9%
Obrigações do Tesouro	30 552	14 593	- 15 959	-52,2%
Obrigações Diversas	138 774	491 058	352 284	253,9%
Papel Comercial	43 817	25 019	- 18 798	-42,9%
Ações	2 276	1 979	- 297	-13,0%
Fundos de Investimento	23 427	18 737	- 4 690	-20,0%
Detidos até à Maturidade	1 008 891	0	-1 008 891	-100,0%
Obrigações Diversas	1 008 891	0	-1 008 891	-100,0%
Classific. Justo Valor em Resultados	21 629	0	- 21 629	-100,0%
Obrigações	21 629	0	- 21 629	-100,0%
Negociação	4 661	4 885	224	4,8%
Ações	225	28	- 197	-87,6%
Obrigações do Tesouro	2 503	1 002	- 1 501	-60,0%
Obrigações Diversas	1 933	3 855	1 922	99,4%
Subtotal (Valor Bruto)	1 274 027	556 271	- 717 756	-56,3%
Imparidades	16 200	9 163	- 7 037	-43,4%
TOTAL	1 257 827	547 108	- 710 719	-56,5%

Por efeito da melhor evolução dos mercados, a imparidade alocada à carteira de títulos reduziu-se, em 2017, em cerca de 7 milhões de euros.

O perfil de responsabilidades das modalidades, os níveis de liquidez necessários para salvaguardar os compromissos futuros e, também, o prazo para o vencimento de algumas modalidades, como é o caso das séries da modalidade Montepio Capital Certo, que têm uma maturidade definida, continuam a ser os principais referenciais nos critérios de alocação dos investimentos pelas várias modalidades associativas.

Com base nesses referenciais, procedeu-se à reclassificação da carteira de títulos a vencimento *HTM* (*held to maturity* - detidos até à maturidade), pelo que a carteira de títulos passou a estar maioritariamente alocada à carteira de investimento *AFS* (*available for sale* - disponíveis para venda).

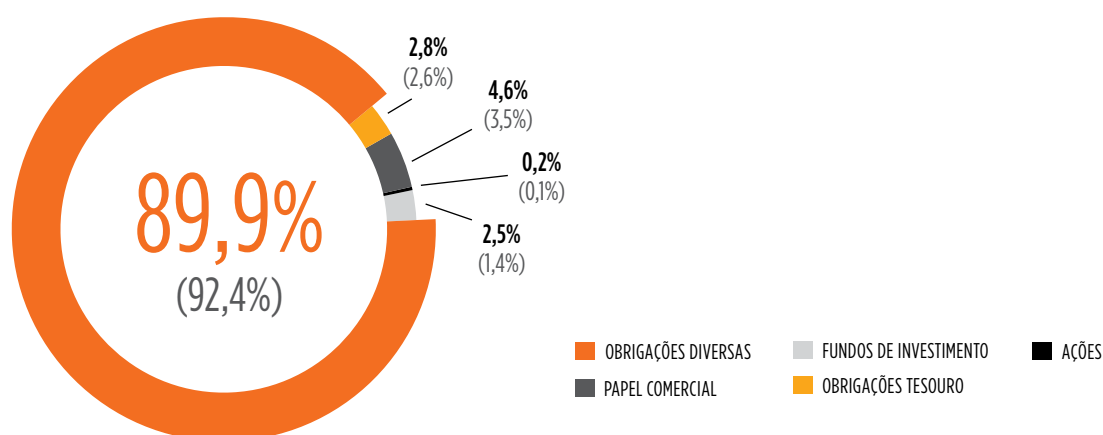
As vendas de obrigações classificadas ao justo valor através de resultados no montante de 18,2 milhões de euros, associadas às que atingiram a sua maturidade em 2017, conduziram a um saldo nulo desta rubrica, enquanto as aplicações na carteira de negociação (*trading*), de reduzida expressão, registaram um ligeiro

acréscimo, de 224 mil euros, visando a realização de mais-valias, aproveitando a volatilidade dos preços nos mercados financeiros.

A carteira de aplicações financeiras do MGAM mantém o perfil conservador, em que as obrigações de rendimento fixo constituem o tipo de títulos característico, representando cerca de 90% do total em 2017. A exposição da carteira de títulos do MGAM a ações e fundos de investimento mantém-se assim residual, representando menos de 3% do total.

Relativamente ao ano anterior, a carteira de títulos evidenciou, em 2017, uma melhoria do nível de *rating* dos emitentes dos títulos de rendimento fixo, mantendo-se as posições de mercado mais significativas concentradas nas classes de *rating* BBB.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVOS 2017 (2016)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSE DE *RATING*

(milhares de euros)

CLASSES DE <i>RATING</i>	2016		2017	
	VALOR	%	VALOR	%
AA-	2 842	0,2	0	0,0
A+	0	0,0	198	0,0
A-	0	0,0	3 440	0,7
BBB+	6 233	0,5	4 241	0,8
BBB	2 970	0,2	1 002	0,2
BBB-	0	0,0	17 108	3,4
<BBB-	1 095 547	91,7	409 444	80,8
NR	87 901	7,4	72 244	14,2
TOTAL	1 195 493	100,0	507 677	100,0

Participação Financeira na Caixa Económica

O valor líquido da participação no capital da Caixa Económica Montepio Geral totalizou 1 878 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2017, correspondente a um valor bruto de investimento de 2 376 milhões de euros, ao qual está associada uma imparidade constituída de 498 milhões de euros.

Esse valor traduziu um aumento de 212 milhões de euros face ao valor líquido registado em 2016, em consequência das operações realizadas ao longo do ano relativas ao reforço do capital institucional da CEMG, por indicação do Banco de Portugal, e à aquisição das unidades de participação que estavam colocadas no público, em resultado da OPA. Estas operações encontram-se detalhadamente descritas no ponto 4 deste relatório.

Destaca-se que, em resultado dessas operações e da transformação da CEMG em sociedade anónima, em 14 de setembro de 2017, o MGAM voltou a deter 100% do seu capital, sendo que esta participação de capital passou a ser representada por ações (2 420 000 000 ações com o valor nominal de 1€ cada), ou seja, por títulos transacionáveis, nas condições previstas no regime jurídico das caixas económicas, designadamente no quadro das disposições do artigo 6.º do DL n.º 190/2015, referente à titularidade das caixas económicas.

Outras Participações Financeiras

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
Investimentos em Subsidiárias	141 659	148 159	6 500	4,6%
MONTEPIO SEGUROS	120 340	120 340	0	0,0%
BOLSIMO	15 119	15 119	0	0,0%
MONTEPIO GESTÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS - ACE	1 592	1 592	0	0,0%
RESIDÊNCIAS MONTEPIO	1 530	8 030	6 500	>100%
MONTEPIO IMÓVEIS	1 505	1 505	0	0,0%
MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS	1 331	1 331	0	0,0%
LEACOCK	242	242	0	0,0%
Investimentos em Associadas	3 323	3 323	0	0,0%
GERMONT	1 700	1 700	0	0,0%
NEBRA ENERGIAS RENOVABLES	611	611	0	0,0%
NOVACÂMBIOS	527	527	0	0,0%
SILVIP	308	308	0	0,0%
SAGIES	97	97	0	0,0%
BEM COMUM, SCR	80	80	0	0,0%
Subtotal 1	144 982	151 482	6 500	4,5%
Empréstimos Concedidos/Prestações Suplementares				
MONTEPIO SEGUROS	135 500	135 500	0	0,0%
BOLSIMO	35 000	35 000	0	0,0%
MONTEPIO IMÓVEIS	314	6 625	6 311	>100%
RESIDÊNCIAS MONTEPIO	765	765	0	0,0%
Subtotal 2	171 579	177 890	6 311	3,7%
Total 1 (subtotal 1 + subtotal 2)	316 561	329 372	12 811	4,0%
Imparidades	73 430	158 843	85 413	>100%
TOTAL LÍQUIDO	243 131	170 529	-72 602	-29,9%

A carteira de outras participações financeiras em empresas registou, em 31 de dezembro de 2017, um valor líquido de 170 milhões de euros, representando 4,3% do ativo líquido. Esse valor compreende um valor bruto de 329 milhões de euros e uma imparidade registada de 159 milhões de euros.

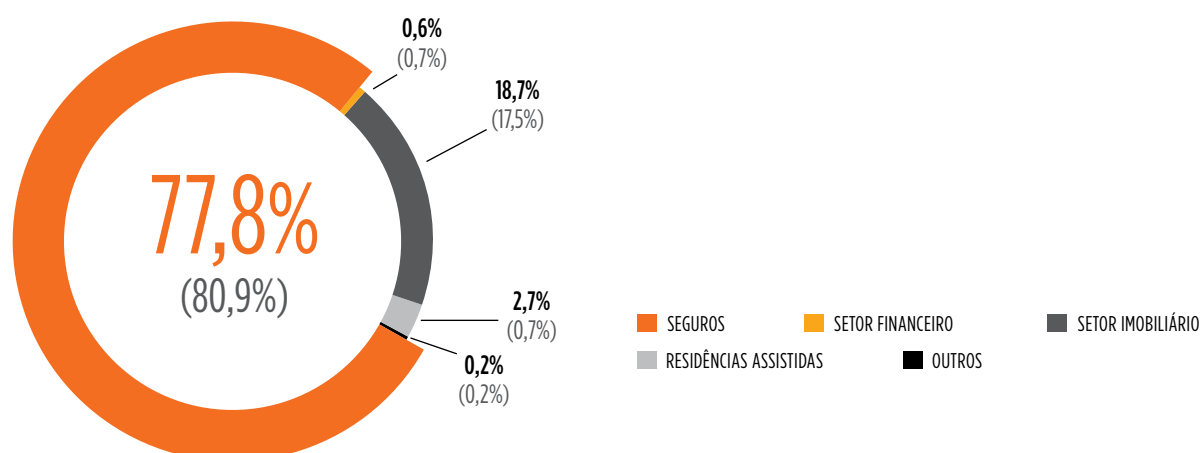
Em 2017, verificou-se um aumento bruto, de cerca de 13 milhões de euros, da carteira de participações face a 2016, decorrente das seguintes operações:

- Aquisição, em fevereiro de 2017, à entidade espanhola Lusitana Senior Vida, SL, da participação de 49% que esta detinha no capital social das Residências Montepio – Serviços de Saúde, SA, no montante de 6,5 milhões de euros, passando o MGAM a deter a totalidade do capital e o completo domínio desta entidade cujo objeto social materializa uma das vertentes da missão mutualista, no domínio da prestação de serviços de saúde e de assistência à população sénior.
- Reforço das prestações suplementares na Montepio Imóveis, no montante de 6,3 milhões de euros.

Como consequência destas operações, verifica-se que o setor dos seguros, que é o de maior exposição setorial, reduziu ligeiramente a sua expressão na carteira de outras participações, de 80,9% para 77,8%, de 2016 para 2017, enquanto o segundo setor em termos de exposição, o setor imobiliário, aumentou o seu peso, de 17,5% para 18,7%, e o setor das residências assistidas e serviços de saúde aumentou a sua representação para quase 3%.

O rendimento proporcionado pelas Participações Financeiras, sob a forma de dividendos, diminuiu de 2,3 milhões de euros, contabilizados em 2016, para 0,4 milhões de euros reconhecidos no decurso do ano de 2017.

EXPOSIÇÃO SETORIAL DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS 2017 (2016)



Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimento totalizaram 254 milhões de euros em 2017 e evidenciaram uma redução de 5,8% face a 2016.

A variação anual negativa das Propriedades de Investimento, de -15,7 milhões de euros, deveu-se, essencialmente, ao efeito conjugado da reafecção a imóveis de uso próprio do edifício sede da Rua do Ouro, que, assim, passou a constar da rubrica de Ativos Tangíveis com a venda de 5 imóveis, no montante de 13,9 milhões de euros e 9 lotes de terreno no montante de 0,5 milhões de euros, aproveitando as condições favoráveis do mercado imobiliário. Estas alienações geraram, no seu conjunto, mais-valias líquidas de 1,6 milhões de euros.

Em sentido favorável é também de referir a valorização da carteira em 8,4 milhões de euros, acompanhando o sentido positivo do mercado imobiliário.

Em termos de novos investimentos, é de destacar, em 2017, a conclusão das obras na segunda residência universitária e da residência da Parede II, bem como a continuação da construção da nova residência de Lisboa – Entrecampos.

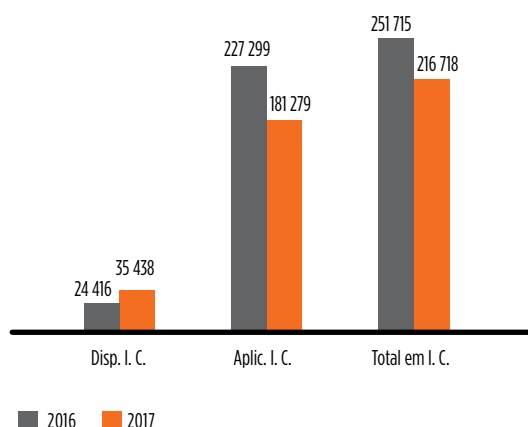
O rendimento líquido de imóveis, incluindo valias com alienações e valorizações, foi de 19,6 milhões de euros em 2017.

Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito

As disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito em depósitos totalizaram 217 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (252 milhões de euros em 2016).

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (I.C.)

(milhares de euros)



A variação do saldo de depósitos em menos 35,0 milhões de euros, de 2016 para 2017, ocorreu sobretudo na componente de depósitos a prazo, num quadro de taxas de juro em níveis mínimos em termos históricos, pouco atrativos em termos de aplicações de tesouraria.

Ativos Tangíveis e Outros Ativos

O valor dos Ativos Tangíveis aumentou, de 38,4 milhões de euros, em 2016, para 60,8 milhões de euros, em 2017, para o que contribui a anteriormente referida reclassificação do edifício da Rua do Ouro, de Propriedades de Investimento para esta rubrica (17,6 milhões de euros).

A componente de Outros Ativos, onde se incluem, sobretudo, os valores a receber de inquilinos e de associados, mantém uma representatividade muito residual na estrutura do ativo do MGAM, de 0,2%.

Empréstimos a Associados

Em 2017 foram efetuados 2 775 novos contratos de empréstimos a associados, dos quais, 1 314 foram empréstimos sobre reservas matemáticas e 1 461 empréstimos sobre capitais reembolsáveis das modalidades de capitalização, em que o volume de capital concedido tem assumido particular relevância.

Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um acréscimo de 2,2 milhões de euros no montante de novos empréstimos concedidos e, por este motivo, o valor médio por novo contrato de empréstimo subiu, também, de 2,8 mil euros, em 2016, para 3,1 mil euros, em 2017.

Em termos líquidos, o montante acumulado de empréstimos concedidos a associados aumentou cerca de 700 mil euros, entre 2016 e 2017, terminando o ano com um total de 7 milhões de euros.

Os empréstimos sobre capitais continua a ser a componente mais representativa do total de empréstimos concedidos pelo MGAM, uma situação que está diretamente relacionada com as subscrições efetuadas nas modalidades de capitalização (Montepio Poupança Complementar e, em particular, Montepio Capital Certo).

**EM TERMOS
LÍQUIDOS,
O MONTANTE
ACUMULADO
DE EMPRÉSTIMOS
CONCEDIDOS
A ASSOCIADOS
AUMENTOU CERCA
DE 700 MIL EUROS,
ENTRE 2016 E 2017**

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

	2016	2017	VARIAÇÃO
			(unidades)
Número de Contratos Novos	2 269	2 775	506
Sobre Reservas Matemáticas ⁽¹⁾	1 175	1 314	139
Sobre Capitais	1 094	1 461	367
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	6 379	8 610	2 231
Sobre Reservas Matemáticas	2 494	2 450	-44
Sobre Capitais	3 885	6 160	2 275
			(milhares de euros)
Montante médio por contrato novo	2,8	3,1	0,3
Sobre Reservas Matemáticas	2,1	1,9	-0,2
Sobre Capitais	3,6	4,2	0,6
			(milhares de euros)
Posição no final do ano	6 341	7 015	674
Sobre Reservas Matemáticas	2 182	2 262	80
Juros Corridos	7	7	0
Sobre Capitais	4 139	4 733	594
Juros Corridos	13	13	0

⁽¹⁾ Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis.

12.2 PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS

Em 2017, o passivo foi de 3 172 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 10,7%, em relação a 2016, equivalente a -381 milhões de euros, dos quais 339 milhões de euros referentes a provisões técnicas das modalidades associativas, em resultado do volume de vencimentos e de reembolsos observado na generalidade das modalidades.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
Provisões	3 503 135	3 157 837	- 345 298	- 9,9
Outras provisões	5 572	2 104	- 3 468	- 62,2
Provisões técnicas	3 432 800	3 093 869	- 338 931	- 9,9
Estatutárias	3 296 835	2 961 718	- 335 117	- 10,2
Rendas Vitalícias	17 499	16 870	- 629	- 3,6
Rendas Temporárias	672	850	178	26,5
Atuariais	117 794	114 431	- 3 363	- 2,9
Subvenções e melhorias de benefícios	64 763	61 864	- 2 899	- 4,5
Passivos por impostos correntes	0	90	90	
Outros passivos	50 281	14 464	- 35 817	- 71,2
TOTAL	3 553 416	3 172 391	- 381 025	- 10,7

Em 2017, venceram-se 15 séries da modalidade Montepio Capital Certo, face a 13 séries vencidas em 2016, o que implicou uma redução significativa no montante das provisões destas modalidades.

No que concerne às modalidades atuariais importa referir a diminuição das provisões técnicas, no montante de 3,4 milhões de euros, decorrente do teste anual de adequação efetuado às responsabilidades, utilizando bases técnicas mais atuais e ajustadas à presente realidade.

Para a diminuição observada na rubrica de outros passivos contribuiu a liquidação de valores em dívida à Caixa Económica Montepio Geral, relacionados com a prestação de serviços.

Capital Próprio

O Capital Próprio, no montante de 775 milhões de euros em 2017, obteve um acréscimo de 586 milhões de euros face a 2016.

A evolução do capital próprio em 2017 beneficiou da distribuição dos resultados positivos obtidos no ano anterior que se refletiram, sobretudo, na evolução das rubricas do Fundo Social, como os Fundos Próprios e Excedentes Técnicos, que cresceram 13,5% (+7,8 milhões de euros) no conjunto, e, sobretudo, dos Resultados Líquidos do exercício em apreço, que atingiram 587,6 milhões de euros.

Na rubrica de Reservas, observaram-se aumentos das Reservas de Justo Valor e das Outras Reservas.

CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
Fundo social	57 873	65 661	7 788	13,5
Fundos próprios	28 279	34 708	6 429	22,7
Fundo de administração	395	452	57	14,4
Fundo solidariedade associativa	6 643	6 177	- 466	- 7,0
Fundo para bolsas de estudo	934	996	62	6,6
Fundo montepio proteção encargos	20 005	26 787	6 782	33,9
Fundo serv.clínicos-montepio egitanense	302	296	- 6	- 2,0
Excedentes técnicos	29 594	30 953	1 359	4,6
Reservas	123 223	121 521	- 1 702	- 1,4
Reservas de justo valor	- 2 970	11 472	14 442	>100
Reservas legais	123 102	76 223	- 46 879	- 38,1
Reservas por imposto diferido	0	- 3 462	- 3 462	
Outras reservas	3 091	37 288	34 197	>100
Resultados líquidos	7 360	587 554	580 194	>100
TOTAL	188 456	774 736	586 280	>100

A variação positiva observada nas Reservas de Justo Valor (+14,4 milhões de euros) corresponde ao impacto da reclassificação da carteira de títulos *HTM-Held to maturity* (avaliada ao valor nominal) para a carteira *AFS-Available for Sale* (valorizada ao justo valor de mercado).

As Reservas Legais refletiram a necessidade de cobrir alguns desequilíbrios financeiros observados em algumas modalidades, que foram assim suportados por estas reservas, no quadro da execução das propostas aprovadas pela Assembleia Geral de 30 de março de 2017 e de acordo com as regras de gestão dos fundos das modalidades.

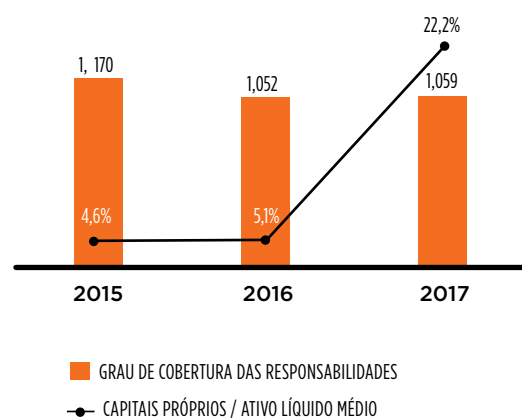
Indicadores de solidez

Registou-se uma melhoria dos níveis de solidez financeira da Associação Mutualista, traduzida pelo aumento do rácio dos capitais próprios sobre o ativo líquido médio, que passou de 5,1%, em 2016, para 22,2% em 2017.

O rácio de cobertura das responsabilidades (fundos, reservas e provisões matemáticas sobre provisões para riscos e encargos) evidenciou, também, um comportamento positivo entre 2016 (1,052) e 2017 (1,059), tendo beneficiado, não apenas, da

incorporação dos resultados positivos do ano anterior e da evolução das reservas de justo valor mas, também, da redução do volume de responsabilidades da generalidade das modalidades. O valor que este indicador vem apresentando nos últimos anos (superior a 1) continua a refletir a capacidade da Associação Mutualista em honrar os seus compromissos futuros.

INDICADORES DE SOLIDEZ FINANCEIRA



12.3 RECEITAS ASSOCIATIVAS

As receitas associativas tiveram uma evolução muito favorável em 2017, tendo mais do que duplicado o seu valor em relação a 2016, no último trimestre do ano, refletindo a fidelização dos associados e apetência pelas subscrições de modalidades associativas.

No final de 2017, o montante acumulado das receitas associativas foi de 711 milhões de euros, face a 478 milhões de euros em 2016, representando uma taxa de crescimento de 48,9%.

Para o aumento das receitas associativas contribuíram, em especial, as seguintes modalidades:

- Montepio Capital Certo, que observou um aumento significativo dos capitais recebidos em 2017, de 202 milhões de euros, apesar do número de séries emitidas em 2017, de treze, ter sido inferior às vinte e uma séries emitidas em 2016, revelando a apetência dos associados por esta modalidade;

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	11 600	11 671	71	0,6
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	465 688	698 013	232 325	49,9
2.1. Montepio Poupança Complementar	121 099	134 437	13 338	11,0
2.2. Montepio Poupança Reforma	4 324	7 366	3 042	70,4
2.3. Montepio Capital Certo	246 212	448 574	202 362	82,2
2.4 Modalidades Atuariais, das quais:	94 053	107 636	13 583	14,4
Montepio Proteção 5 em 5	47 111	61 780	14 669	31,1
Montepio Proteção Encargos ⁽¹⁾	23 876	24 103	227	1,0
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	16 200	12 837	-3 363	- 20,8
Montepio Proteção 18-30	3 444	4 956	1 512	43,9
Capitais para Jovens	1 170	971	- 199	- 17,0
Montepio Pensões de Reforma	904	1 271	367	40,6
Outras	1 348	1 718	370	27,4
3. MODALIDADES COLECTIVAS	414	1 473	1 059	255,8
5. TOTAL (1) + (2) + (3)	477 702	711 157	233 455	48,9

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que não são consideradas modalidades associativas.

⁽¹⁾ Engloba as Modalidades "Proteção Crédito à Habitação", "Proteção Crédito Individual" e "Proteção Outros Encargos".

- Poupança Complementar, que também registou um acréscimo de receitas de 13 milhões de euros em 2017;
- Modalidades de previdência, em que o principal fator que contribuiu para o acréscimo das quotizações recebidas foi o volume de liberações efetuado pelos associados ao longo do ano e que foi, substancialmente, superior ao ano anterior (30,8 milhões de euros, em 2016, e 47,1 milhões de euros em 2017). As modalidades de previdência fechadas a novas subscrições foram aquelas que apresentaram uma redução anual do volume de quotas, uma vez que foram condicionadas pelo vencimento de frações programadas de capital.

12.4 BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

O montante total de benefícios vencidos e reembolsos em 2017 foi de 1 092 milhões de euros que compara com 606 milhões de euros registados em 2016. Para este acréscimo de 486,3 milhões de euros contribuiu, essencialmente, o aumento dos reembolsos registados nas modalidades de capitalização, que apresentaram uma evolução muito significativa (509 milhões de euros, em 2016, e 985 milhões de euros em 2017).

Neste contexto, importa destacar os reembolsos verificados na modalidade Montepio Capital Certo (672 milhões de euros) influenciados pelo vencimento, programado para 2017, de quinze séries desta modalidade. Nas modalidades de previdência, as cessões de direitos, as restituições de quotas solicitadas pelos associados e, também, o vencimento programado de frações de capital explicam o maior volume de capitais vencidos.

No seguimento das propostas que foram aprovadas pela Assembleia Geral de Associados em 30 de março de 2017 e, com base no Artigo 18.º dos Estatutos do MGAM e do Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas, não foram atribuídas, em 2017, tal como nos anos anteriores, melhorias de benefícios às Modalidades de Previdência, dado o já elevado nível das respetivas taxas técnicas de juro utilizadas na capitalização das responsabilidades (3%, 4% e 6%).

Relativamente às Modalidades de Capitalização (Montepio Poupança Complementar, Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos) foi distribuída, em 2017, uma taxa de rendimento global de 1,00%.

Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias

Em 2017, o montante total de capitais recebidos para constituição de rendas foi de 1 065 milhares de euros (1 633 milhões de euros em 2016), dos quais 826 milhares euros referente a rendas vitalícias e 239 milhares de euros a rendas temporárias (imediatas e a termos certos).

Os capitais pagos em rendas em 2017 foram de 2 147 milhares de euros, valor inferior, em -116 milhares de euros, ao pago em 2016, devido ao comportamento das Rendas Vitalícias.

No final de 2017, encontravam-se registados 420 rendistas e contabilizadas 680 rendas vitalícias (imediatas, diferidas e a termos certos) e 22 rendas temporárias.

De acordo com o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do MGAM e atendendo, também, às elevadas taxas técnicas de juro das rendas vitalícias e das rendas temporárias (3%, 4% e 6%), que são utilizadas

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
Pensões - modalidades associativas	11 032	11 118	86	0,8
Valores Subscritos	6 719	6 882	163	2,4
Subvenções e Melhorias	4 313	4 236	-77	- 1,8
Capitais e subsídios	57 389	58 586	1 197	2,1
Valores Subscritos	56 220	57 557	1 337	2,4
Subvenções e Melhorias	1 169	1 029	-140	- 12,0
Vencimentos e reembolsos	509 069	984 940	475 871	93,5
Outros custos	28 474	37 578	9 104	32,0
TOTAL	605 964	1 092 222	486 258	80,2

na capitalização das suas responsabilidades, não foram atualizadas em 2017 por questões prudenciais, as rendas vitalícias e as rendas temporárias. Este mesmo critério já tinha servido de base à opção tomada no ano anterior.

12.5 RESULTADOS

Os Resultados Líquidos do exercício de 2017 atingiram 588 milhões de euros, como se apresenta no quadro seguinte.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(milhares de euros)

	2016	2017	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
Proveitos Inerentes a associados	485 861	720 538	234 677	48,3
Custos Inerentes a associados	608 227	1 094 370	486 143	79,9
1. Margem da Atividade Associativa	- 122 366	- 373 832	- 251 466	<-100,0
Constituição de Reservas Matemáticas	575 356	736 358	161 002	28,0
Reversão de Reservas Matemáticas	634 412	1 090 674	456 262	71,9
2. Variação de Provisões Técnicas	- 59 056	- 354 316	- 295 260	<-100,0
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	2 774	578	- 2 196	- 79,2
Outros Rendimentos e Ganhos	67 776	22 426	- 45 350	- 66,9
Outros Gastos e Perdas	14 809	8 687	- 6 122	- 41,3
4. Outros Resultados de Exploração	52 967	13 739	- 39 228	- 74,1
5. Juros e Rendimentos Similares	61 937	42 231	- 19 706	- 31,8
6. Juros e Encargos Similares	492	111	- 381	- 77,4
Ganhos por Aumento de Justo Valor, através de Resultados	4 261	428	- 3 833	- 90,0
Perdas com Redução de Justo Valor, através de Resultados	1 546	213	- 1 333	- 86,2
7. Resultados de ativos avaliados ao Justo Valor, através de resultados	2 715	215	- 2 500	- 92,1
Ganhos por Aumento de Justo Valor, disponíveis para Venda	5 729	2 352	- 3 377	- 58,9
Perdas com Redução de Justo Valor, disponíveis para Venda	7 124	833	- 6 291	- 88,3
8. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	- 1 395	1 519	2 914	>100,0
9. Resultados da alienação de outros ativos	0	631	631	
10. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	6 623	106	- 6 517	- 98,4
11. Custos com o pessoal	4 450	4 624	174	3,9
12. Gastos gerais administrativos	28 343	24 815	- 3 528	- 12,4
13. Amortizações do exercício	419	720	301	71,8
14. RESULTADO OPERACIONAL (1-2+3+4+5+6+7+8+9-10-11-12-13)	15 361	9 021	- 6 340	- 41,3
15. Imparidades e Provisões líquidas de reposições e anulações	8 001	229 998	221 997	>100,0
Provisões líquidas de reposições e anulações	- 31 935	- 3 465	28 470	89,1
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	39 936	233 463	193 527	>100,0
16. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	7 360	- 220 977	- 228 337	>100,0
17. Impostos		808 531		
Imposto Corrente	-	- 90		
Imposto Diferido	-	808 621		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7 360	587 554	580 194	>100,0

Para a formação dos Resultados de 2017 concorreu a conjugação dos efeitos que a seguir se descrevem.

A maior diminuição no valor da Margem da Atividade Associativa (-251,5 milhões de euros), bastante penalizado pelo volume de reembolsos verificado ao longo do ano, foi neutralizada, de forma positiva, pelo impacto favorável da Variação das Provisões Técnicas (-295,3 milhões de euros), nomeadamente, através da reversão do valor das responsabilidades e da libertação de reservas matemáticas, pelo que, o conjunto da margem da atividade associativa mais a variação das provisões técnicas não penalizou tanto a conta de exploração em 2017, como tinha acontecido em 2016.

O comportamento evidenciado pelos Outros Resultados de Exploração em 2017, de 13,8 milhões de euros, (-39,2 milhões de euros face a 2016) tem como principal justificação o facto de, em 2016, terem sido reconhecidos alguns resultados não recorrentes de alienação de ativos (propriedades de investimento e participações financeiras).

A diminuição da Carteira de Títulos reflete-se, em paralelo com a permanência de taxas de juro historicamente muito baixas, na evolução apresentada pelo montante de Juros e Rendimentos Similares de 42 milhões de euros em 2017 (-19,7 milhões de euros face a 2016).

Destaca-se o impacto favorável, nos resultados de 2017, da redução do montante de Gastos Gerais Administrativos, no valor de -3,5 milhões de euros em relação a 2016.

A rubrica de Imparidades e Provisões, líquidas de reversões, registou um reforço significativo em 2017, totalizando 230 milhões de euros. Este reforço traduz a adoção de uma política prudencial muito conservadora de constituição de Imparidades para as participações nas empresas do setor segurador e bancário, Montepio Seguros e Caixa Económica Montepio Geral (CEMG). De facto, não obstante a melhoria do desempenho da CEMG em 2017, bem como das condições de mercado envolventes, entendeu-se prudencialmente mais ajustado proceder a novo reforço da respetiva imparidade, em 148 milhões de euros, atendendo à análise de sensibilidade aos níveis de risco prevalecentes e aos crescentes requisitos e futuras alterações da política monetária e do quadro regulatório prudencial do setor bancário. A este valor juntou-se um valor de imparidade para a Montepio Seguros, de 80,2 milhões de euros, decorrente do respetivo teste de imparidade.

Na sequência da alteração do estatuto fiscal do MGAM, como descrito no ponto 4 deste relatório, referente aos factos relevantes ocorridos, foram contabilizados impostos diferidos de 809 milhões de euros, com significativo impacto no resultado do exercício de 2017.

13

PROPOSTAS

13.1 PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL

Considerando que algumas modalidades apresentaram, no exercício de 2017, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59), *"quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral"*, propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades de capitalização, por via do recurso à sua Reserva de Estabilização de Resultados, no montante de 36 877 562,86 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 13 618 152,52 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados do Fundo de Benefício Solidarietà Associativa e do Fundo Montepio Egitanense, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 399 014,22 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 185 598 513,47 euros.

RESERVAS DE ESTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS

(euros)

RESERVAS DE ESTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS

(O existente nas respetivas Reservas de Estabilização de Resultados para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Modalidades Individuais		
Montepio Poupança Reforma	2 205 303,99	
Montepio Poupança Complementar	34 630 941,90	36 836 245,89
Modalidades Coletivas		
Capitais Coletivos	41 316,97	41 316,97
SUBTOTAL_RESERVA DE ESTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS		36 877 562,86

FUNDO PERMANENTE DA RESPETIVA MODALIDADE

(euros)

EXCEDENTES TÉCNICOS

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2019_2017 1.ª Série)	31 284,75	
Montepio Capital Certo (Série 2019_2017 1.ª Série)	731,35	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2017 2.ª Série)	84 567,62	
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 10.ª Série)	2,63	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 1.ª Série)	68 127,92	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 5.ª Série)	72 336,60	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 8.ª Série)	18 589,61	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 9.ª Série)	160 476,79	
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 1.ª Série)	115 437,80	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 11.ª Série)	147 625,04	
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 2.ª Série)	27 831,40	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 12.ª Série)	63 868,54	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 10.ª Série)	24 600,99	
Montepio Poupança Familiar (Série 2016_2021 1.ª Série)	281,16	
Montepio Proteção Vida - 3%	13 477,41	
Rendas Certas / Pensão de Modalidades Coletivas -3%	514,09	
Capitais de Previdência - 4%	4 166 014,46	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	5 596 905,04	
Capitais para Jovens - 4%	1 644 647,30	
Subsídio por Morte - 4%	203 142,24	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	111 037,77	
Rendas de Sobrevivência - 4%	177 518,14	12 729 018,65

PARCIAL_1

12 729 018,65

Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 2.ª Série)	7,59	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 4.ª Série)	118 427,64	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 6.ª Série)	46 925,78	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 7.ª Série)	72 459,62	
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 10.ª Série)	84 886,43	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 1.ª Série)	28 785,14	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7.ª Série)	8 707,22	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 2.ª Série)	232 225,71	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4.ª Série)	48 734,34	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 5.ª Série)	65 306,78	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 6.ª Série)	64 658,87	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7.ª Série)	66 657,51	
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 6.ª Série)	22 128,29	
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 9.ª Série)	7 725,23	
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 8.ª Série)	1 551,81	
Pensões para Deficientes - 4%	19 945,91	

PARCIAL_2

889 133,87

SUBTOTAL_FUNDO PERMANENTE

13 618 152,52

**FUNDO PRÓPRIO DO RESPETIVO FUNDO AUTÓNOMO
E DAS MODALIDADES**

(euros)

FUNDO PRÓPRIO

(O existente no respetivo Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Fundos Autónomos	
Fundo Bolsa de Estudo	47 168,15
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	317 305,34
Fundo Montepio Egitanense	34 540,73
SUBTOTAL_FUNDO PRÓPRIO	399 014,22

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Montepio Poupança Reforma	2 904 065,28
Montepio Poupança Complementar	26 721 243,90
Modalidades Coletivas	315 983,15
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 1.ª Série)	437 386,50
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 1.ª Série)	166 405,05
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 2.ª Série)	159 767,88
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 3.ª Série)	60 096,21
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 2.ª Série)	23 221,96
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 4.ª Série)	1 044,40
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 6.ª Série)	928,17
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 7.ª Série)	8 106,12
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 3.ª Série)	84 725,06
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 10.ª Série)	11 452,21
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 1.ª Série)	257 737,74
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 2.ª Série)	637 024,61
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 1.ª Série)	2 073,40
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 3.ª Série)	1 104 181,00
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 4.ª Série)	544 189,06
Montepio Poupança Familiar (Série 2013_2018 1.ª Série)	81 773,77
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 5.ª Série)	2 749 225,53
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 6.ª Série)	51 451,20
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 2.ª Série)	33 278,61
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7.ª Série)	4 855 581,42
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 8.ª Série)	3 588 459,84
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 9.ª Série)	5 706 996,02
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 11.ª Série)	242 932,26
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 12.ª Série)	1 334,77
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 1.ª Série)	322 805,95
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 2.ª Série)	172 468,85
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 3.ª Série)	337 226,64
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4.ª Série)	5 978 721,74
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 5.ª Série)	6 032 533,35
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 6.ª Série)	5 773 329,55
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7.ª Série)	8 382 063,39
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 8.ª Série)	7 045 420,47
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 10.ª Série)	5 117 570,86
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 11.ª Série)	5 609 163,30
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 12.ª Série)	2 761 271,07
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 1.ª Série)	1 464 811,69
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 2.ª Série)	2 332 809,03
PARCIAL_1	102 080 861,01

FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 3.ª Série)	119 717,53
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 4.ª Série)	965 852,84
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 5.ª Série)	174 746,23
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 6.ª Série)	28 909,44
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 7.ª Série)	119 816,69
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 8.ª Série)	52 192,23
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 9.ª Série)	56 670,87
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 1.ª Série)	290 797,17
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 2.ª Série)	1 350 673,98
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 3.ª Série)	1 199 593,47
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 4.ª Série)	1 079 716,63
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 5.ª Série)	813 015,77
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 2.ª Série)	64 089,56
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 6.ª Série)	529 385,78
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 7.ª Série)	697 933,27
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 4.ª Série)	1 856,97
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 8.ª Série)	929 445,66
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 5.ª Série)	24 282,98
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 9.ª Série)	899 253,30
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 6.ª Série)	21 620,79
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 10.ª Série)	998 681,87
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 7.ª Série)	4 244,15
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 11.ª Série)	912 226,77
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 8.ª Série)	3 907,00
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	240 320,38
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 12.ª Série)	1 051 031,68
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 1.ª Série)	1 429 741,41
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 2.ª Série)	1 501 540,48
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 3.ª Série)	2 269 425,39
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 4.ª Série)	1 005 099,00
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 5.ª Série)	1 010 071,85
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 6.ª Série)	2 614 381,13
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 7.ª Série)	4 058 831,92
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 8.ª Série)	4 698 580,56
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 9.ª Série)	5 431 902,41
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 10.ª Série)	4 419 136,12
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 11.ª Série)	3 364 576,39
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 12.ª Série)	991 143,51
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 13.ª Série)	286,44
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	20 728,25
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	300 401,32
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	1 034 051,71
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	15 935 780,62
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2 185 327,14
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	421 751,28
Rendas Temporárias - 3%	110 188,14
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	11 200 027,21
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	3 813 118,44
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	1 349 275,33
Capitais para Estudos - 4%	493 294,54
Pensão Sobrevivência e Dotes - 4%	1 064 836,10
Pensões para Deficientes - 4%	164 172,76
PARCIAL_2	83 517 652,46
SUBTOTAL_FUNDO DE RESERVA	185 598 513,47

13.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 36 877 562,86 euros da Reserva de Estabilização de Resultados para cobertura dos Fundos Disponíveis de algumas modalidades de capitalização;
- A transferência de 13 618 152,52 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis de algumas modalidades;
- A transferência de 399 014,22 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis dos Fundos Autónomos;
- A transferência de 185 598 513,47 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias e Outros Fundos no montante total de 587 554 709,12 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 824 047 952,19 euros, relativamente ao qual se **propõe** o seguinte:

PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

Reposição do Fundo de Reserva Geral dos valores utilizados, em anos anteriores, para completar os Fundos Disponíveis negativos, no cumprimento do n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral - Associação Mutualista

Modalidades Individuais

Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 6.ª Série)	9,94
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 3.ª Série)	23 606,13

SUBTOTAL_REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL

23 616,07

PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos: 794 683 362,48

Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (55% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)

Modalidades Individuais

Montepio Proteção Crédito à Habitação	13 950 969,64	
Montepio Proteção Outros Encargos	1 924 552,24	
Montepio Proteção Crédito Individual	4 972,69	15 880 494,57

Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais

Montepio Proteção Invalidez - 3%	125,33	
Capitais de Garantia	13 731,03	
Quotas para Invalidez - Modalidades Coletivas	66,72	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	3 278,19	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	186,44	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	134,67	
Capital Temporário de Invalidez - 4%	92,95	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	49,61	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	5,26	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	10,52	
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional - 4 %	40,56	17 721,28

PARCIAL 1

810 581 578,33

PARA OS FUNDOS PRÓPRIOS DAS RESPECTIVAS MODALIDADES
E OUTROS FUNDOS

(euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)

Modalidades de Capitalização

Modalidades Individuais

Capitais de Garantia	260 889,65	
Montepio Capital Certo	91 166,68	
Quota para Invalidez - Modalidades Coletivas	1 267,60	353 323,93
Fundo de Administração		16 956,63
Montepio Proteção Crédito à Habitação		11 414 429,70
Montepio Proteção Outros Encargos		1 574 633,65
Montepio Proteção Crédito Individual		4 068,57

SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PRÓPRIOS**13 363 412,48****TOTAL****824 047 952,19**

PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

Montepio Capital Certo (Série 2008_2016 1.ª Série)	60,89
Montepio Rendimento Escolar (Série 2010_2025)	63,80
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 1.ª Série)	0,41
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 2.ª Série)	52,77
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 3.ª Série)	0,49
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 4.ª Série)	0,18
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 5.ª Série)	0,63
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 7.ª Série)	1,26
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 8.ª Série)	0,38
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 9.ª Série)	1,24
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 4.ª Série)	173,41
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 11.ª Série)	3,65
Montepio Rendimento Escolar (Série 2011_2026)	50,37
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 12.ª Série)	26,79
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 1.ª Série)	1 317,26
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 2.ª Série)	661,98
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 9.ª Série)	2 322,25
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 7.ª Série)	60,47

PARCIAL 2**4 798,23****SUBTOTAL-DOTAÇÃO PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL****810 586 376,56**

PARA OS FUNDOS PERMANENTES DAS RESPETIVAS MODALIDADES E RENDAS

(euros)

- (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)	
- Excedentes Técnicos:	
Montepio Proteção Invalidez - 3%	2 381,24
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	62 285,68
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	3 542,44
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	2 558,71
Capital Temporário de Invalidez - 4%	1 766,10
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	942,56
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	99,86
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	199,82
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional -4 %	770,67
SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PERMANENTES	74 547,08

13.3 PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL DAS SÉRIES ENCERRADAS DA MODALIDADE MONTEPIO CAPITAL CERTO

Por encerramento das treze Séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2011 e vencidas no ano de 2016, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas Séries, propõe-se a transferência do montante de 713 542,73 euros para o Fundo de Reserva Geral.

PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

Montepio Capital Certo (Série 2008_2016 1.ª Série)	247 443,36
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 1.ª Série)	32 715,72
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 2.ª Série)	391 088,13
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 3.ª Série)	17 600,41
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 4.ª Série)	8 913,38
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 5.ª Série)	7 290,39
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 6.ª Série)	464,48
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 7.ª Série)	12 355,75
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 8.ª Série)	2 169,59
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 9.ª Série)	2 233,91
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 10.ª Série)	4 536,06
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 11.ª Série)	4 495,49
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 12.ª Série)	- 17 763,94
TOTAL	713 542,73

13.4 PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo de Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, propõe-se que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2017:

MODALIDADES	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,800
Montepio Poupança Reforma	0,800
Modalidades Coletivas	0,800
Montepio Capital Certo	0,661
Modalidades Montepio de Proteção Encargos	1,000
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,300

13.5 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Atendendo às taxas técnicas de juro das Modalidades Atuariais (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que não sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de dezembro de 2017).

13.6 PROPOSTA SOBRE OS EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

Tendo em consideração as taxas técnicas de juro das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2016 não sofram qualquer atualização.

13.7 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Tendo em consideração:

- Os valores acumulados na Reserva de Estabilização de Resultados de cada uma destas modalidades (Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos).

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja efetuada de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 1,50%.

De forma a atribuir-se uma taxa global de rentabilidade de 1,50% a estas modalidades será necessário recorrer ao Fundo de Reserva Geral.

Montepio Poupança Reforma	1,50%
Montepio Poupança Complementar	1,50%
Capitais Coletivos	1,50%

13.8 PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

Com o intuito de permitir que a Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral - Associação Mutualista em 1995, possa dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 1 000 000,00 euros.

14

**EVOLUÇÃO
DAS PRINCIPAIS
EMPRESAS
DO GRUPO
MONTEPIO**

Neste capítulo apresentamos os principais destaques sobre a atividade e o desempenho em 2017, das empresas estratégicas do Grupo Montepio em que o MGAM detém direta ou indiretamente a maioria ou totalidade do capital.

14.1 SETOR BANCÁRIO

A atividade bancária do Grupo Montepio é desenvolvida através da sua principal participada – Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) - e de um conjunto de entidades na qual a CEMG detém direta ou indiretamente a maioria do capital ou o controlo de gestão, consolidando por isso essas entidades nas suas contas: Montepio Cabo Verde, e Montepio Holding que por sua vez detém o Montepio Investimento, Montepio Crédito, Finibanco Angola, Banco Terra, Montepio Valor e a SSAGINCENTIVE.

A atividade da CEMG e do seu grupo de empresas desenvolveu-se num contexto de consolidação do processo de recuperação da economia portuguesa, suportado na forte aceleração do Investimento e no crescimento moderado do Consumo Privado, que permitiu a redução do risco país e a estabilização do setor bancário nacional. De notar, contudo, que persistem importantes vulnerabilidades e desafios para a atividade bancária, associadas, designadamente, ao elevado volume de créditos em risco, às baixas taxas de juro, com as taxas Euribor a permanecerem negativas e a renovarem mínimos históricos, ao nível historicamente baixo da taxa de poupança em Portugal, ao ritmo acelerado da evolução tecnológica e às crescentes exigências regulamentares dirigidas ao setor.

Neste enquadramento, a CEMG e o conjunto de empresas que compõem o seu grupo continuou o processo de desalavancagem do balanço, reduzindo os ativos considerados não *core* e não geradores de rendimento, tendo o ativo ascendido a 20,2 mil milhões de euros no final de 2017 (-1,1 milhões de euros face a 2016).

A carteira de crédito, no montante de 13,0 mil milhões de euros, foi reajustada em baixa (-808 milhões de euros), aproximando-se do nível de financiamento obtido junto dos clientes, que, devido ao comportamento positivo ocorrido, em especial, no 2.º semestre de 2017, apresentaram um acréscimo anual de 93 milhões de euros, atingindo 12,6 mil milhões de euros. Os recursos obtidos junto do BCE, no montante de 1,6 mil milhões de euros, reduziram-se em 765 milhões de euros, face a 2016.

Os rácios de cobertura do crédito vencido registaram igualmente um comportamento favorável, tendo o rácio de crédito em risco passado de 15,2% em 2016 para 12,7% em 2017. A registar a redução em 52% do montante das entradas de novos créditos em incumprimento.

Beneficiando das alterações introduzidas na análise de risco para a concessão de crédito, o custo do risco reduziu-se em 25 pontos base (pb) para 94 pb, face a 119 pb registados em 2016.

A atividade desenvolvida convergiu na obtenção de uma redução dos ativos ponderados pelo risco de cerca de 843 milhões de euros, com reflexo positivo nos rácios de capital, tendo o rácio *Common Equity Tier 1* ascendido a 13,5%, para o que contribui igualmente o aumento de capital em 250 milhões de euros efetuado pelo MGAM e os resultados obtidos. Os rácios de capital em dezembro situavam-se acima dos níveis prudenciais exigidos a partir de 1 de julho de 2018, no âmbito do Pilar 2 de Basileia (nos termos do SREP – *Supervisory Review and Evaluation Process*).

Também os níveis de liquidez, com um rácio LCR de 153,4% atingiram um nível superior ao mínimo regulamentar de 80%, salientando-se um reforço dos depósitos junto do banco central de 0.4 mil milhões de euros em 2016, para 1,7 mil milhões de euros em 2017.

O Produto bancário no montante de 505,2 milhões de euros apresentou um crescimento face a 2016 de 36%, em resultado do comportamento positivo registado em todas as suas componentes.

Os custos operacionais foram inferiores em 15,5 milhões de euros ao valor reportado em 2016.

As provisões e imparidades no montante 167,8 milhões de euros situaram-se abaixo do nível registado em 2016 em 35,8%.

O resultado consolidado do exercício (não auditado) ascendeu a 30,1 milhões de euros, valor que compara positivamente com -86,5 milhões de euros obtidos em 2016.

14.2 SETOR SEGURADOR E DE FUNDOS DE PENSÕES

De acordo com a informação provisória publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, reportada a 2017, o volume da produção de seguro em Portugal foi superior a 11,5 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,3% face ao valor registado em 2016.

O ramo Vida cresceu 5,8% ao longo de 2017, atingindo 7,06 mil milhões de euros, contrariando a tendência decrescente do ano anterior, com destaque para o crescimento de cerca de 30% dos Planos Poupança Reforma (PPR).

O ramo Não Vida teve uma produção de 4,49 mil milhões de euros o que representa um aumento, face a 2016, de 7,1%, com crescimento em todos os seus ramos.

No final de 2017 os montantes sob gestão dos fundos de pensões ascenderam a 19,7 mil milhões de euros, representando um acréscimo de 6,6% face ao ano anterior.

A Montepio Seguros, SGPS é a *holding* que agrega as entidades dedicadas à atividade seguradora e de fundos de pensões, detendo a maioria do capital da Lusitania Companhia de Seguros, que opera no ramo Não Vida, a N Seguros cuja atividade se desenvolve no ramo automóvel através de canais à distância, a Lusitania Vida, entidade dedicada ao ramo Vida e a Futuro sociedade gestora de fundos de pensões.

Atividade de Seguros Não Vida

Esta atividade é desenvolvida pela Lusitania, Companhia de Seguros, SA e pela N Seguros, SA.

Em 2017, a produção de seguro direto da Lusitania, Companhia de Seguros cresceu 2,1%, tendo-se situado em 189,0 milhões de euros, no final do ano. Esta evolução reflete os crescimentos nas modalidades Acidentes de Trabalho (3,3%), Doença (8,2%), Incêndio e Outros Danos (2%) e Automóvel (2,5%), que mais que compensaram as quebras observadas nos ramos de Acidentes Pessoais (-8,9%) e de Responsabilidade Civil (-15,8%). A quota de mercado global observou uma diminuição de 0,2 p.p., tendo-se fixado, no final de 2017, em 4,3%.

Os custos com sinistros cifraram-se em 189,4 milhões de euros, registando um forte aumento de 44,0%, face a igual período do ano anterior, refletindo o impacto dos graves incêndios ocorridos durante o verão nos sinistros do ramo Incêndio e Outros Danos, com um aumento de +207,7%. De notar, contudo que excluindo este acontecimento extraordinário a evolução desta variável foi favorável nos restantes ramos, tendo-se observado reduções significativas nos ramos Automóvel (-7,1%), Transportes (-84,7%) e Diversos (-112,6%), bem como um crescimento moderado no ramo Acidentes e Doença, de +3,9%, que corrigiu da forte quebra observada no ano anterior, de -14,4%.

O efeito combinado destas duas variáveis, Prémios de Seguro Direto e Custos com Sinistros, contribuiu para uma deterioração extraordinária da taxa de sinistralidade, em 29,7 p.p., que se situou em 100,8% no final do ano de 2017.

Consequentemente, o resultado líquido do exercício manteve-se negativo, no montante de 10,6 milhões de euros (valor provisório).

A N Seguros, SA opera no mercado dos seguros diretos em Portugal desde fevereiro de 2008 e define a sua atuação por um forte investimento em plataformas tecnológicas orientadas para o apoio ao cliente e para a subscrição direta de seguros.

Com uma oferta abrangente, a N Seguros aposta na segmentação e na personalização dos seus produtos dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Saúde. No ano de 2017, a produção de seguro direto da N Seguros registou uma ligeira redução de 1,3%, situando-se em 11,8 milhões de euros, em dezembro. A produção do principal segmento da Companhia, o Ramo Automóvel, estagnou em 2017 face ao ano anterior, tendo-se fixado em 9,7 milhões de euros.

Os custos com sinistros diminuíram 2,8% no ano, e a taxa de sinistralidade registou uma redução, em 1,0 p.p., que se fixou em 79,3%, no final do ano de 2017.

O resultado líquido do exercício em 2017 foi de 1,7 milhões de euros negativos, quando em 2016 se tinha fixado em 2,1 milhões de euros negativos (valores provisórios).

Atividade de Seguros Vida

Esta área de negócio é desenvolvida pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e PPR's.

A Lusitania Vida complementa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária, nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania, Companhia de Seguros não vida, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

No ano de 2017, a produção de seguro direto da Lusitania Vida corrigiu o forte crescimento de 2016, de +17%, com uma redução de -10,6%, para se fixar, no final do ano, em 145 milhões de euros, valor, ainda assim, superior ao atingido em 2015.

Esta evolução explica a perda de quota de mercado da Lusitania Vida de 2016 para 2017, em cerca de menos 40 pontos base, tendo-se fixado em 2,00% no final do ano, valor que se manteve superior à quota de mercado de 1,65% registada no ano de 2015.

Os custos com sinistros cifraram-se em 145,1 milhões de euros, no ano de 2017 o que corresponde a um aumento de 21,7% face ao registado em igual período do ano anterior.

A Lusitania Vida obteve um resultado líquido do exercício de 3,6 milhões de euros, em 2017 (valor provisório), que compara com 2,9 milhões de euros, em 2015.

Fundos de Pensões

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares.

Os ativos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro registaram um crescimento de 5,3%, ascendendo a 1 546 milhões de euros, em dezembro de 2017. No final do ano, a quota da Futuro no mercado de fundos de pensões português era de 8,0%, valor que compara com 8,0%, em dezembro de 2016.

Em 2017, o valor dos serviços prestados registou um expressivo acréscimo de 32%, situando-se em 9,1 milhões de euros, e o resultado líquido do exercício ascendeu a 1,1 milhões de euros.

14.3 GESTÃO DE ATIVOS

A Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA é a entidade do grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

Em 2017, o volume dos ativos sob gestão no segmento de Gestão Discricionária de Carteiras da sociedade gestora situou-se em 1 397 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 9% face a 2016. A quota de mercado fixou-se em 2,44% no final do ano.

Na componente de Fundos de Investimento Mobiliário, o montante de ativos sob gestão fixou-se em 169 milhões de euros no final de dezembro, o que corresponde a uma quebra de 4,6% face a 2016. A quota de mercado fixou-se em 1,38%, que representa uma redução de 0,22 pp face a 2016.

Destaca-se o desempenho dos fundos geridos, com vários fundos a compararem muito favoravelmente com o mercado, como foi o caso, na categoria Obrigações, do fundo Montepio Taxa Fixa, com uma valorização de 4,6%, na categoria de ações, os fundos Montepio Ações, Montepio Ações Europa, Montepio Euro Energy, Montepio Euro Financial Services e Montepio Euro Utilities com valorizações acima dos 10%, e dos fundos multiativos, Montepio Global e Multi-Gestão Mercados Emergentes, com valorizações de 6,2% e 19,7%, respetivamente.

Como resultado, no final de 2017 a Montepio Gestão de Ativos tinha sob gestão um montante total de 1 567 milhões de euros, que se traduz num decréscimo de -8,7% face a 2016.

O produto bancário gerado no exercício de 2017 foi de 3,7 milhões de euros, o que representa uma variação homóloga positiva de +84%. Os Gastos operacionais mantiveram-se em 1,5 milhões de euros. O resultado líquido do exercício (provisório) regista uma variação positiva face a 2016 passando 0,3 milhões de euros para 1,6 milhões de euros em 2017.

14.4 GESTÃO DE RESIDÊNCIAS SÉNIOR E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

O grupo Montepio atua na prestação destes serviços através da empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A, de que detém a totalidade do capital e o domínio da respetiva gestão.

A atividade da Residências Montepio centra-se na gestão de centros residenciais para a população sénior em Portugal, que incluem residências assistidas e a prestação de cuidados continuados de curta, média e longa duração, no quadro dos acordos celebrados com as entidades de saúde e segurança social, a que se juntam os serviços de assistência domiciliária e de teleassistência.

A Residências Montepio (RM) presta serviços de qualidade certificada e ocupa a primeira posição no *ranking* do setor das residências séniores privadas em Portugal, com uma quota de mercado em serviços prestados de cerca de 11,6%.

A RM finalizou o ano de 2017 com mais uma nova residência em funcionamento – Parede II, inaugurada em março desse ano, vocacionada para a prestação de cuidados continuados, que se juntou às seis residências em funcionamento, situadas no Porto, Vila Nova de Gaia, Coimbra, Parede I, Montijo e em Lisboa (Parque das Nações).

Ao longo de 2017, as residências mantiveram taxas de ocupação elevadas, superiores a 90% em média.

Também a nova residência da Parede II, dedicada à prestação de serviços de cuidados continuados, 9 meses após a data de abertura, já registava uma taxa de ocupação superior a 60%.

Esta evolução traduz as necessidades existentes na prestação destes serviços à população e refletiu-se numa evolução favorável do volume de negócios em serviços prestados da RM, que registou um expressivo acréscimo de 7,8% em 2017, atingindo 20,6 milhões de euros, por comparação com 19,1 milhões de euros em 2016.

Os gastos de funcionamento registaram um aumento de 5,7%, em 2017, tanto devido à componente de fornecimentos e serviços externos como aos gastos com pessoal, motivados pelo aumento

do salário mínimo nacional e pelos custos com a abertura da nova residência da Parede II.

O EBITDA (resultados brutos antes de amortizações, gastos de financiamento e impostos) atingiu em 2017 um valor estimado de 595 mil euros em 2017.

15

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS, NOTAS
EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS**

MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de euros)

	NOTAS	2017	2016
ATIVO			
Disponibilidades em instituições de crédito	16	35 439	24 416
Aplicações em instituições de crédito	17	181 279	227 299
Ativos financeiros detidos para negociação	18	4 885	4 661
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	-	21 629
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	542 223	222 646
Investimentos detidos até à maturidade	21	-	1 008 891
Investimentos em subsidiárias e associadas	22	2 048 307	1 909 254
Propriedades de investimento	23	254 009	269 711
Ativos tangíveis	24	60 848	38 375
Ativos intangíveis		33	15
Ativos por impostos diferidos	25	805 159	-
Outros ativos	26	14 945	14 975
TOTAL DO ATIVO		3 947 127	3 741 872
PASSIVO			
Outras Provisões	28	2 104	5 572
Provisões Técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	29	3 093 869	3 432 800
Subvenções e melhorias de benefícios	29	61 864	64 763
Passivos por impostos correntes	25	90	-
Outros passivos	26	14 464	50 281
TOTAL DO PASSIVO		3 172 391	3 553 416
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundos próprios	30	34 708	28 279
Excedentes técnicos	30	30 953	29 594
Reservas de justo valor líquidas de impostos	31	8 010	(2 970)
Reserva geral	31	76 223	123 102
Outras reservas e resultados transitados	31	37 288	3 091
Resultado líquido do exercício	31	587 554	7 360
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		774 736	188 456
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		3 947 127	3 741 872

A CONTABILISTA CERTIFICADA
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Fernando Ribeiro Mendes
Virgílio Manuel Boavista Lima
Miguel Alexandre Teixeira Coelho

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de euros)

	NOTAS	2017	2016
Proveitos inerentes a associados	3	720 538	485 861
Custos inerentes a associados	4	(1 094 370)	(608 227)
Variação das provisões técnicas	5	354 316	59 056
Juros e rendimentos similares	6	42 231	61 937
Juros e encargos similares	6	(111)	(492)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	578	2 774
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	215	2 715
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9	1 519	(1 394)
Resultados de alienação de outros ativos		631	-
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10	(106)	(6 623)
Custos com pessoal	12	(4 624)	(4 450)
Gastos gerais administrativos	13	(24 815)	(28 343)
Amortizações do exercício	14	(720)	(419)
Outros resultados de exploração	15	13 739	52 966
RESULTADO OPERACIONAL		9 021	15 361
Provisões líquidas de reposições e anulações	28	3 465	31 935
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11	(233 463)	(39 936)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(220 977)	7 360
Imposto corrente	25	(90)	-
Imposto diferido	25	808 621	-
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO		587 554	7 360

A CONTABILISTA CERTIFICADA
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Fernando Ribeiro Mendes
Virgílio Manuel Boavista Lima
Miguel Alexandre Teixeira Coelho

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
ITENS QUE PODERÃO VIR A SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Reserva de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 442	(5 557)
Impostos diferidos	(3 462)	-
	10 980	(5 557)
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Reconhecimento dos desvios atuariais	398	(177)
TOTAL OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	11 378	(5 734)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	587 554	7 360
TOTAL DE RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	598 932	1 626

MAPA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA
OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de euros)

	FUNDOS PRÓPRIOS	EXCEDENTES TÉCNICOS	RESERVA DE JUSTO VALOR LÍQUIDA DE IMPOSTOS	RESERVA GERAL	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 31 de dezembro de 2015	138 371	100 286	2 587	252 815	106 778	(393 120)	207 717
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	21	525	-	61	109	-	716
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(625)	-	-	-	-	(625)
Recurso às reservas (nota 31)	-	1 169	-	(1 169)	(20 262)	-	(20 262)
Recurso às reservas (nota 31)	(110 113)	(69 888)	-	(130 478)	(83 357)	393 120	(716)
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	-	(1 873)	-	1 873	-	-	-
Variação da reserva de justo valor	-	-	(5 557)	-	-	-	(5 557)
Desvios atuariais (nota 27)	-	-	-	-	(177)	-	(177)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	7 360	7 360
Saldos em 31 de dezembro de 2016	28 279	29 594	(2 970)	123 102	3 091	7 360	188 456
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	6 902	8 145	-	15 766	46 492	-	77 305
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(166)	-	-	-	-	(166)
Recurso aos excedentes técnicos e fundos de reservas (nota 31)	(473)	(4 665)	-	(64 610)	(207)	(7 360)	(77 305)
Recurso às reservas (nota 31)	-	1 640	-	(1 640)	-	-	-
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	-	(5 307)	-	5 307	-	-	-
Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC	-	1 702	-	(1 702)	-	-	-
Atribuição de benefícios (nota 31)	-	-	-	-	(12 486)	-	(12 486)
Variação da reserva de justo valor líquida de impostos (nota 31)	-	-	10 980	-	-	-	10 980
Desvios atuariais (nota 27)	-	-	-	-	398	-	398
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	587 554	587 554
Saldos em 31 de dezembro de 2017	34 708	30 953	8 010	76 223	37 288	587 554	774 736

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Custos inerentes a associados	(1 094 138)	(608 227)
Proveitos inerentes a associados	720 538	485 861
Dotação para a Fundação Montepio Geral	(1 000)	(1 000)
Outros pagamentos e recebimentos	(68 930)	(73 273)
	(443 530)	(196 639)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em subsidiárias e associadas	(372 466)	(340 335)
Investimentos em ativos fixos tangíveis	(23 436)	-
Pagamentos e recebimentos relativos a propriedades de investimentos	35 277	208 808
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos detidos até à maturidade	520 182	(12 415)
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros detidos para negociação	40	(4 788)
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados	21 824	12 666
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros disponíveis para venda	225 276	418 394
Aplicações em instituições de crédito	47 587	(84 491)
Juros de depósitos à ordem	53	30
Dividendos	429	2 353
Empréstimos de financiamento	(213)	553
	454 553	200 775
Variação líquida em disponibilidades em instituições de crédito	11 023	4 136
Disponibilidades em instituições de crédito no início do exercício	24 416	20 280
Disponibilidades em instituições de crédito no fim do exercício	35 439	24 416

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) BASES DE APRESENTAÇÃO

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840.

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”) e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) da Associação, agora apresentadas, reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2017. A Associação elabora contas consolidadas que serão apresentadas oportunamente.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2016. Em 2017 a Associação adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 36. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

No plano fiscal, a Associação beneficiou, até 31 de dezembro de 2016, da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), a qual foi ainda objecto de reconhecimento por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Contudo, a Associação deixou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respectivos requisitos, de beneficiar daquela isenção. Neste sentido, a Associação passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas colectivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se ainda que, conforme descrito na nota 25, este facto foi confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 t).

As demonstrações financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequacidade deste pressuposto ver nota 22 Investimentos em subsidiárias e associadas e nota 35 Gestão de Riscos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 12 de março de 2018.

b) ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

TIPO DE ATIVO	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Obras em imóveis arrendados	10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

d) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros, que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

e) INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

f) ATIVOS FINANCEIROS

Classificação

A Associação classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- *Empréstimos e contas a receber*

Esta categoria inclui valores a receber relativos a transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

g) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

i) DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as disponibilidades em instituições de crédito englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

j) PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

k) COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l) BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa económica bancária S.A. (anteriormente designada por Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada “CEMG” ou “Caixa Económica Montepio Geral”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM, relativa ao plano de benefício definido, é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa

de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido na rubrica de custos com pessoal.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

m) PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efectua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

n) CONTRATOS DE SEGURO

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o Associado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o Associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento, com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando as modalidades são subscritas. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

o) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Até 31 de dezembro de 2016, o MGAM encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido ainda reconhecida por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, aquela isenção deixou de ser aplicável em virtude da não verificação dos respectivos requisitos, passando o MGAM a estar sujeito ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas colectivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

O passivo ou ativo por imposto corrente de períodos anteriores bem como os passivos ou ativos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas quantias que se estimam pagar ou receber nos termos da legislação aplicável que esteja em vigor ou substancialmente em vigor à data de final do período de reporte.

Tendo em consideração a alteração do regime fiscal aplicável, os efeitos das alterações são reconhecidos em resultados ou em outro rendimento integral consoante se relacionem com itens que seja reconhecidos, no mesmo ou em diferentes períodos, em resultados ou fora dos resultados (em outro rendimento integral ou diretamente em capital próprio).

q) RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

r) DIVIDENDOS RECEBIDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

s) DESPESAS RELATIVAS À CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

A Associação suporta custos com trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral afectos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Gabinete de Responsabilidade Social, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Direcção de Oferta e Modalidades Mutualistas, Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas, Direcção de Comunicação, *Marketing* e Canais, Gabinete Financeiro, Gabinete Imobiliário, Direcção Central Rede Mutualista e Centro Corporativo do Grupo Montepio.

t) PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Associação, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2

NÚMERO
DE ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Associação possuía 625 419 (2016: 632 477) associados efetivos, que efetuaram 1 004 655 inscrições (2016: 1 044 124). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
MODALIDADES INDIVIDUAIS		
Montepio Poupança Complementar	357 233	357 087
Montepio Proteção de Encargos	112 190	116 508
Capitais de previdência diferidos com opção + Montepio 5 em 5	193 576	197 156
Montepio Poupança Reforma	19 486	19 809
Capitais para jovens + Montepio 18-30	13 182	13 500
Capitais de previdência + Montepio Proteção Vida	6 059	5 919
Montepio Capital Certo	102 920	113 600
Pensões de reforma	3 309	3 481
Pensões de sobrevivência e dotes	1 279	1 322
Outros	1 598	1 738
	810 832	830 120
MODALIDADES DE COBERTURAS ADICIONAIS		
Pensões de reforma - restituição de quotas	3 515	3 675
Capital temporário de invalidez	113	123
Pensões de reforma - adicional de invalidez	88	100
Quotas para capitais de garantia	19	21
	3 735	3 919

3

PROVEITOS INERENTES
A ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Jóias	342	362
Quotizações e capitais	712 222	479 335
Outros proveitos inerentes a associados	7 974	6 164
	720 538	485 861

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 n). Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
MODALIDADES ATUARIAIS		
Capitais de previdência diferidos com opção	74 616	63 311
Garantia de pagamento de encargos	24 103	23 876
Capitais para jovens	5 927	4 614
Pensões de reforma	1 271	904
Capitais de previdência	1 047	689
Outras	484	472
	107 449	93 866
OUTRAS MODALIDADES		
Encargos médicos Administrativos	2	2
Capitais de Garantia	185	185
	187	187
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO		
Capitais de reforma	134 437	121 099
Poupança reforma	7 366	4 324
Capitais de reforma de prazo certo	448 574	246 212
Modalidades coletivas	1 473	414
	591 850	372 049
OUTROS		
Benefícios de solidariedade associativa	11 671	11 600
Rendas vitalícias	826	1 539
Rendas temporárias	239	94
	12 736	13 233
	712 222	479 335

4

CUSTOS INERENTES
A ASSOCIADOS

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Prestações e capitais	1 051 527	574 271
Melhorias de benefícios	5 265	5 482
Outros custos inerentes a associados	37 578	28 474
	1 094 370	608 227

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuarias e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1 n). Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2017	2016
MODALIDADES ATUARIAIS		
Capitais de previdência diferidos com opção	51 813	49 955
Capitais para jovens	4 650	5 209
Pensões de reforma	5 626	5 429
Capitais de previdência	305	394
Capitais transferidos para Pensão / Renda	794	821
Outras	1 018	845
	64 206	62 653
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO		
Capitais de reforma	299 981	204 243
Poupança reforma	11 982	6 732
Capitais de reforma de prazo certo	671 910	297 338
Modalidades coletivas	1 068	755
	984 941	509 069
OUTROS		
Benefício de solidariedade associativa	232	286
Rendas vitalícias	2 063	2 191
Rendas temporárias	85	72
	2 380	2 549
	1 051 527	574 271

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
MODALIDADES ATUARIAIS		
Capitais de previdência diferidos com opção	503	653
Capitais para jovens	213	276
Pensões de reforma	2 432	2 444
Capitais de previdência	830	773
Capitais transferidos para Pensão / Renda	48	51
Outras	1 239	1 285
	5 265	5 482

5

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

O valor desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	TOTAL
Provisões matemáticas	354 052	(2 636)	351 416
Melhorias de benefícios	-	2 900	2 900
	354 052	264	354 316

(milhares de euros)

	2016		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	TOTAL
Provisões matemáticas	85 913	(29 932)	55 981
Melhorias de benefícios	-	3 075	3 075
	85 913	(26 857)	59 056

Em 31 de dezembro de 2017, a variação das provisões matemáticas de capitalização inclui um montante negativo de Euros 184 274 000 (2016: negativo de Euros 9 088) referente às modalidades de Capitais de Reforma Prazo Certo.

6

JUROS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2017	2016
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES:		
Juros de depósitos	1 620	3 710
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	49	52
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	195	680
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	7 342	13 640
Juros de investimentos detidos até à maturidade	32 563	43 432
Outros Juros	462	423
	42 231	61 937
JUROS E ENCARGOS SIMILARES:		
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(111)	(492)
	(111)	(492)
	42 120	61 445

7

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2017	2016
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	149	478
Rendimentos de subsidiárias e associadas	429	2 296
	578	2 774

O detalhe do rendimento de subsidiárias e associadas pode ser analisado na nota 33 – Transações com partes relacionadas.

8

RESULTADOS DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	229	(6)	223	472	(248)	224
de outros emissores	37	(33)	4	146	(144)	2
Ações	10	(23)	(13)	34	(5)	29
Unidades Participação	1		1	16	(1)	15
	277	(62)	215	668	(398)	270
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de outros emissores	151	(151)	-	3 593	(1 148)	2 445
	151	(151)	-	3 593	(1 148)	2 445
	428	(213)	215	4 261	(1 546)	2 715

9

RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	228	(426)	(198)	956	(40)	916
De outros emissores	1 162	(404)	758	4 773	(6 998)	(2 225)
Ações	100	-	100	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	861	(2)	859	-	(85)	(85)
	2 351	(832)	1 519	5 729	(7 123)	(1 394)

10

IMPARIDADE DE
ATIVOS FINANCEIROS
LÍQUIDA
DE REVERSÕES

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	16 200	14 140
Dotação do exercício	1 298	8 013
Reversão do exercício	(1 192)	(1 390)
	106	6 623
Utilização	(7 143)	(4 563)
Saldo em 31 de dezembro	9 163	16 200

11

IMPARIDADE
DE OUTROS
ATIVOS LÍQUIDA
DE REVERSÕES

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro	642	423 430	80	424 152
Dotação do exercício	475	234 478	-	234 953
Reversão do exercício	(425)	(1 065)	-	(1 490)
Utilização	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	692	656 843	80	657 614

2016

	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de Janeiro	635	429 536	80	430 251
Dotação do exercício	105	46 708	-	46 813
Reversão do exercício	(98)	(6 779)	-	(6 877)
Utilização	-	(46 035)	-	(46 035)
Saldo em 31 de dezembro	642	423 430	80	424 152

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 22.

12

CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	2 091	2 161
Remunerações do pessoal	763	637
Benefícios pós emprego	1 061	1 018
Encargos sobre remunerações	582	564
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	9	8
Outros gastos com o pessoal	118	62
	4 624	4 450

13

GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2017	2016
Trabalhos especializados	19 406	23 581
Cedência de Pessoal	9 392	7 222
Informática	893	864
Trabalho independente	575	331
Encargos com Inspeções Médicas	232	206
Custos com MGAI	949	1 084
Outros serviços especializados	7 365	13 874
Publicidade e propaganda	1 387	1 657
Vigilância e Segurança	136	122
Comissões	504	74
Conservação e reparação	93	87
Materiais	331	254
Energia e fluidos	78	41
Deslocações, estadas e transportes	119	103
Serviços Diversos	2 761	2 424
Rendas e Alugueres	637	571
Comunicações	1 639	1 040
Seguros	74	62
Contencioso e Notariado	1	346
Despesas de Representação	63	61
Limpeza, higiene e conforto	7	3
Outros serviços	340	341
	24 815	28 343

A rubrica Cedência de pessoal refere-se a custos suportados pela Associação com trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral afetos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Gabinete de Responsabilidade Social, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Direção de Oferta e Modalidades Mutualistas, Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas, Direção de Comunicação, *Marketing* e Canais, Gabinete Financeiro, Gabinete Imobiliário, Direção Central Rede Mutualista e Centro Corporativo do Grupo Montepio.

No exercício de 2017, os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito da revisão legal das contas anuais, excluindo IVA e despesas, ascendem ao montante de Euros 145 000.

14

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2017	2016
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		
Edifícios e outras construções	306	19
Equipamento de transporte	40	31
Equipamento administrativo	151	148
Equipamento básico	41	41
Outros ativos fixos tangíveis	168	166
	706	405
ATIVOS INTANGÍVEIS		
Programas de computador	14	14
	14	14
	720	419

15

OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO		
Rendimentos em propriedade de investimento	11 907	14 279
Ganhos justo valor - propriedades de investimento	8 361	27
Mais valias na alienação de subsidiárias e associadas		4 536
Rendimentos suplementares	338	165
Outros	1 820	48 769
	22 426	67 776
OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO		
Perdas Justo Valor - Propriedades de Investimento	-	-
Despesas com propriedades de investimento	(2 337)	(4 600)
Donativos diversos	(1 273)	(1 275)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(386)	(137)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Pelicas	(1 066)	(1 247)
Programa de educação financeira	(12)	(128)
Despesas com eventos institucionais	(682)	(653)
Serviços bancários	(266)	(103)
Outros	(2 665)	(6 667)
	(8 687)	(14 810)
	13 739	52 966

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros proveitos de exploração incluía o montante de Euros 46 063 000 relativos a mais-valias obtidas no âmbito da alienação de imóveis à Caixa Económica Montepio Geral (ver nota 33).

16

DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desta rubrica ascende a Euros 35 439 000, sendo Euros 35 393 000 de depósitos na Caixa Económica Montepio Geral.

17

APLICAÇÕES
EM INSTITUIÇÕES
DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta rubrica ascende a Euros 181 279 000, correspondendo Euros 181 029 000 a depósitos a prazo na Caixa Económica Montepio Geral.

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2017, vencem juros à taxa média anual de 0,87% (2016: 2,01%).

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(milhares de euros)

	2017	2016
Até 3 meses	209	19 950
3 meses a 6 meses	9 060	82 400
6 meses a 1 ano	169 622	122 542
1 ano a 5 anos	2 388	2 407
Mais de 5 anos	-	-
	181 279	227 299

18

ATIVOS E PASSIVOS
FINANCEIROS
DETIDOS PARA
NEGOCIAÇÃO

A rubrica ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Títulos		
Ações	28	225
Obrigações de Emissores Públicos	1 002	2 503
Obrigações de outros emissores	3 855	1 933
	4 885	4 661

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Os níveis de valorização são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	28	-	-	28
Obrigações de Emissores Públicos	1 002	-	-	1 002
Obrigações de outros emissores	3 855	-	-	3 855
	4 885	-	-	4 885

	2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	225	-	-	225
Obrigações de Emissores Públicos	2 503	-	-	2 503
Obrigações de outros emissores	1 933	-	-	1 933
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-
	4 661	-	-	4 661

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

2017						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO						
Ações	-	-	-	-	28	28
Obrigações de Emissores Públicos	-	-	-	1 002	-	1 002
Obrigações de Outros Emissores	-	-	-	3 855	-	3 855
	-	-	-	4 857	28	4 885

(milhares de euros)

2016						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO						
Ações	-	-	-	-	225	225
Obrigações de Emissores Públicos	-	-	-	2 503	-	2 503
Obrigações de Outros Emissores	-	-	-	1 933	-	1 933
	-	-	-	4 436	225	4 661

19

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS		
Obrigações de Outros Emissores	-	21 629
	-	21 629

Dos quais:

(milhares de euros)

2016

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de Outros Emissores	18 349	3 280	-	21 629
	18 349	3 280	-	21 629

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

(milhares de euros)

2016

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS						
Obrigações de Outros Emissores	-	3 280	18 349	-	-	21 629
	-	3 280	18 349	-	-	21 629

20

ATIVOS FINANCEIROS
DISPONÍVEIS
PARA VENDA

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

2017				
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO				
Obrigações de emissores públicos	14 510	83	-	14 593
Obrigações de outros emissores	483 013	8 045	(2 831)	488 227
Papel comercial	25 019	-	-	25 019
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Ações de empresas	1 816	163	(1 027)	952
Fundos de investimento	15 556	3 181	(5 305)	13 432
	539 914	11 472	(9 163)	542 223

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO				
Obrigações de emissores públicos	14 593	-	-	14 593
Obrigações de outros emissores	39 905	448 322	-	488 227
Papel comercial	-	-	25 019	25 019
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Ações de empresas	4	-	948	952
Fundos de investimento	261	-	13 171	13 432
	54 763	448 322	39 138	542 223

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem o montante de Euros 481 112 000 relativos a ativos emitidos por partes relacionadas (ver nota 33).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

(milhares de euros)

2016

	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO				
Obrigações de emissores públicos	32 975	(2 423)	-	30 552
Obrigações de outros emissores	143 491	(4 717)	(8 790)	129 984
Papel comercial	43 817	-	-	43 817
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Ações de empresas	2 039	237	(1 199)	1 076
Fundos de investimento	19 494	3 933	(6 211)	17 216
	241 816	(2 970)	(16 200)	222 646

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO				
Obrigações de emissores públicos	30 552	-	-	30 552
Obrigações de outros emissores	63 915	66 069	-	129 984
Papel comercial	-	-	43 817	43 817
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Ações de empresas	150	-	927	1 077
Fundos de investimento	3 158	-	14 058	17 216
	97 775	66 069	58 802	222 646

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os ativos classificados no nível 3 incluem unidades de participação em fundos de investimentos fechados, no montante de Euros 13 171 000 (2016: Euros 14 058 000), cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Euros 1 317 000 (2016: Euros 1 406 000) no capital próprio (Reserva de justo valor).

Os ativos classificados no nível 3 incluem adicionalmente, papel comercial e ações de várias entidades nos montantes de Euros 25 019 000 (2016: Euros 43 817 000) e Euros 948 000 (2016: 927 000), respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base dados não observáveis de mercado. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do valor determinado teria um impacto no montante de Euros 2 597 000 (2016: Euros 4 474 000).

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

(milhares de euros)

2017						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO						
Obrigações de emissores públicos	-	-	-	14 593	-	14 593
Obrigações de outros emissores	112 286	153 577	176 580	45 784	-	488 227
Papel comercial	-	25 019	-	-	-	25 019
	112 286	178 596	176 580	60 377	-	527 839
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL						
Ações de empresas	-	-	-	-	952	952
Fundos de investimento	-	-	-	-	13 432	13 432
	-	-	-	-	14 384	14 384
	112 286	178 596	176 580	60 377	14 384	542 223
2016						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO						
Obrigações de emissores públicos	-	-	5 540	25 012	-	30 552
Obrigações de outros emissores	2 007	48 897	26 627	52 454	-	129 985
Papel comercial	13 916	29 900	-	-	-	43 816
	15 923	78 797	32 167	77 466	-	204 353
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL						
Ações de empresas	-	-	-	-	1 077	1 077
Fundos de investimento	-	-	-	-	17 216	17 216
	-	-	-	-	18 293	18 293
	15 923	78 797	32 167	77 466	18 293	222 646

21

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE		
Obrigações de outros emissores	-	1 008 891
	-	1 008 891

A análise dos investimentos detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

(milhares de euros)

	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	TOTAL
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE					
Obrigações de outros emissores	73 139	155 798	779 954	-	1 008 891

A Associação, durante o primeiro semestre de 2017, procedeu à alienação de ativos classificados nesta categoria tendo procedido à reclassificação da restante carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 521 903 milhares de euros, cujo valor de mercado era, na data da transferência, de 535 943 milhares de euros.

De acordo com a IAS 39 instrumentos financeiros a Associação não poderá classificar ativos nesta categoria até ao final de 2019.

22

INVESTIMENTOS
EM SUBSIDIÁRIAS
E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2017							
	Capital	Percentagem de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
SUBSIDIÁRIAS*							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	2 420 000	100,00%	2 375 778	20 214 849	18 437 840	1 777 009	30 075
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	1 200	99,856%	1 331	5 556	1 086	4 470	1 590
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	94 852	50 970	43 882	1 588
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. c)	3 000	99,99%	8 795	6 607	4 452	2 155	167
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2 355	19	2 336	200
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. d)	250	100,00%	8 130	11 007	10 290	717	(105)
Montepio Seguros, SGPS. S.A. Consolidado b)	137 750	89,55%	255 840	1 048 967	938 553	109 414	(2 828)
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 726	1 276	2 450	-
ASSOCIADAS*							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	750	26,40%	308	3 509	857	2 652	1 152
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5 000	34,00%	1 700	20 488	17 134	3 354	1 789
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	500	27,00%	97	1 719	819	900	(4)
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	7 674	2 939	4 735	(491)
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	334	19	315	34
			2 705 150				
IMPARIDADE							
Caixa Económica Montepio Geral			(498 000)				
Montepio Seguros SGPS SA			(149 467)				
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.			(7 413)				
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			(1 352)				
NEBRA, Energias Renovables, SL			(611)				
			(656 843)				
			2 048 307				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 135 500 001 referente a prestações acessórias de capital.

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765 000 referente a prestações acessórias de capital.

e) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 6 625 000 referente a prestações acessórias de capital.

PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2017

Todas as subsidiárias e associadas acima identificadas são sediadas em Portugal, com exceção da Nebra, Energias Renovables, SL.

Em junho de 2017, a Caixa Económica Montepio Geral procedeu a um aumento do capital institucional no montante de Euros 250 000 000 integralmente subscrito e realizado pelo MGAM.

A 4 de julho de 2017 o MGAM efetuou o anúncio preliminar de uma oferta pública geral e voluntária (OPA) de unidades de participação representativas do Fundo de Participação da CEMG, ao preço de Euro 1. Em 11 de agosto foi anunciado o lançamento da OPA e publicado o respetivo prospeto nos termos do qual foi oferecida a contrapartida de Euro 1 por cada uma das 58 275 362 unidades de participação que o MGAM não detinha nessa data. O período da oferta decorreu entre o dia 14 de agosto e o dia 8 de setembro.

Na sessão especial de bolsa realizada em 11 de setembro de 2017 foram conhecidos os resultados desta oferta. O MGAM adquiriu no âmbito da OPA 44 209 580 unidades de participação que, somadas às já detidas e às entretanto compradas em mercado correspondiam, nesta data, a um total de 393 102 992 unidades de participação (98,28% do total de 400 000 000 de unidades de participação emitidas). Consequentemente as unidades de participação deixaram de ser negociadas em bolsa.

Em 14 de setembro de 2017 a CEMG realizou a escritura de alteração dos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 4 de abril de 2017 e ratificados em Assembleia Geral do MGAM em 9 de maio de 2017, e correspondente inscrição no registo comercial, passando a CEMG a ter o estatuto de sociedade anónima. Consequentemente, nesta data o Fundo de Participação da CEMG extinguiu-se por conversão em capital social, pelo que a CEMG passou a deter um capital social de euros 2 420 000 000 representado por 2 420 000 000 ações.

Na sequência da Assembleia Geral Extraordinária da CEMG de 9 de outubro de 2017 onde foi deliberado com 99,75% de votos a favor, aprovar a perda da qualidade de sociedade aberta e o respetivo requerimento a submeter à CMVM, o Conselho de Administração deste supervisor deliberou favoravelmente, em 13 de outubro de 2017, esta pretensão. Nesta data, o MGAM obrigou-se a adquirir pelo preço de Euro 1 a totalidade das ações detidas pelos acionistas que não tinham votado favoravelmente a perda de qualidade de sociedade aberta, para o que transmitiu à CEMG uma ordem permanente de compra com validade de 16 de outubro 2017 a 16 de janeiro de 2018.

Em 8 de novembro de 2017 o MGAM anuncia nos termos e para os efeitos do artigo 490.º n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais a oferta de aquisição, até 16 de novembro, de todas as ações detidas pelos restantes acionistas, ao preço de Euro 1.

Em 17 de novembro de 2017 e detendo já 2 415 256 113 ações da CEMG, o MGAM exerceu, nos termos do n.º 3 do artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais, o seu direito potestativo de aquisição das restantes ações, passando a deter a totalidade do capital social da CEMG, tendo procedido nessa data, ao registo comercial e publicação desta aquisição potestativa, extinguindo-se a ordem permanente de compra de ações oportunamente transmitida à CEMG.

Durante o exercício de 2017, o MGAM adquiriu 115 195 278 unidades de participação do Fundo de Participação da CEMG, entretanto convertidos em ações como anteriormente referido. No mesmo período o investimento global efetuado ascendeu a Euros 359 656 000 no qual se incluem Euros 250 000 000 de aumento de capital realizado em junho de 2017.

No final de 2017 o MGAM detinha 100% do capital social da CEMG correspondente a um investimento total de Euros 2 375 778 000.

No início de 2017, após a aprovação da Autoridade da Concorrência, o MGAM adquiriu ações da Residências Montepio – Serviços de Saúde, S.A., correspondente a 49,01% do capital desta entidade à Lusitana Sénior Vida, SL pelo preço de Euros 6 500 000.

Durante o exercício o MGAM reforçou as prestações acessórias de capital no Montepio Imóveis, S.A. no montante de Euros 6 311 000.

(milhares de euros)

2016

	Capital Social	Percentagem de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
SUBSIDIÁRIAS *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas) c)	1 770 000	100,00%	2 016 122	21 225 918	19 680 528	1 545 390	(67 483)
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	1 200	99,856%	1 331	3 714	588	3 126	306
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	93 390	51 096	42 294	1 281
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. d)	3 000	50,99%	2 295	5 878	3 890	1 988	(134)
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2 143	7	2 136	(69)
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. e)	250	100,00%	1 819	10 243	13 555	(3 312)	(321)
Montepio Seguros, SGPS. S.A. Consolidado b)	137 750	89,55%	255 840	1 063	949	116	(1 830)
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 719	1 269	2 450	-
ASSOCIADAS *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	750	26,40%	309	2 808	708	2 100	600
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5 000	34,00%	1 700	18 370	16 806	1 564	(1 405)
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	500	27,00%	97	1 517	612	905	754
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	7 729	2 454	5 275	(546)
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	333	15	318	42
			2 332 684				
IMPARIDADE							
Caixa Económica Montepio Geral			(350 000)				
Montepio Seguros SGPS SA			(69 300)				
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.			(1 819)				
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			(1 700)				
NEBRA, Energias Renovables, SL			(611)				
			(423 430)				
			1 909 254				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 135 500 001 referente a prestações acessórias de capital.

c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 246 122 238 referente ao Fundo de Participação.

A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto. O interesse económico na CEMG é de 94,73%

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765 000 referente a prestações acessórias de capital.

e) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 314 000 referente a prestações acessórias de capital.

TESTES DE IMPARIDADE

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.e), o MGAM procedeu à análise da imparidade relativamente aos investimentos em subsidiárias e associadas. A análise da imparidade foi efetuada considerando o valor recuperável dos negócios controlados por cada uma destas entidades.

O valor recuperável, de acordo com a política contabilística descrita, foi determinado pelo maior entre o justo valor líquido de custos de venda e o valor em uso.

Com base nos resultados das análises efetuadas, o MGAM reconheceu imparidade, líquida de reversões, no exercício de 2017 no montante de Euros 233 413 000 (2016: Euros 39 930 000), assim distribuídos: constituição de Euros 148 000 000 relativos à CEMG, constituição de Euros 80 167 000 relativos ao Montepio Seguros SGPS, S.A., constituição de Euros 5 594 000 relativos à Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. e reversão de Euros 348 000 relativos à Germont empreendimentos imobiliários S.A. (2016: constituição de Euros 32 840 000 relativos à Lestinvest, constituição de Euros 6 124 000 relativos ao Montepio Seguros SGPS, S.A., constituição de Euros 314 000 relativos ao Montepio Imóveis, Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A., e constituição de Euros 652 000 relativos à Germont empreendimentos imobiliários S.A.).

O valor em uso foi determinado para a Caixa Económica Montepio Geral e Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com os pressupostos e enquadramento seguidamente descritos.

Caixa Económica Montepio Geral

A CEMG foi uma Instituição Anexa ao MGAM desde 1844, data da sua criação. O Decreto-Lei 190/2015 de 10 de setembro veio alterar o regime jurídico da CEMG o que determinou a sua transformação em Caixa Económica Bancária, com um modelo de governo próprio, órgãos sociais próprios e membros de órgãos sociais em exercício exclusivo de funções. A CEMG é detida a 100% pelo MGAM, fazendo parte integrante da sua estratégia para o desenvolvimento da sua atividade associativa e mutualista, porquanto, é o canal de relação privilegiado do MGAM com os seus associados, não se antevendo a possibilidade de dissociar a CEMG do MGAM na relação que esta mantém com os seus associados em toda a cobertura geográfica. Este quadro determina:

a) a perpetuidade de uma relação de domínio sobre o controlo de gestão da CEMG por parte do MGAM quer por razões históricas e fundacionais, quer por razões estratégicas; e que

b) não está no horizonte do MGAM a alienação de uma participação financeira da CEMG que ponha em causa a titularidade da mesma, conforme descrito no Regime Jurídico das Caixas Económicas.

A CEMG é uma Caixa Económica Bancária, cujas características decorrem da legislação aplicável. De modo a garantir o cumprimento da estratégia definida para o MGAM, que determina a sua manutenção na esfera legislativa que emana do Regime Jurídico das Caixas Económicas, a participação que o MGAM detém na CEMG não está exposta ao mercado, e o seu capital não está aberto a detentores de capital fora da esfera da Economia Social.

De acordo com a política contabilística definida, para efeitos do teste de imparidade o valor recuperável foi determinado tendo por base o maior entre o valor de mercado líquido dos custos

de venda e o valor em uso. Para efeitos da determinação do “*value in use*” (valor presente dos futuros *cash flows* que se estima venham a decorrer da sua detenção) da participada CEMG para o MGAM, foi tida em consideração as características descritas e a estratégia seguida e aprovada pela Assembleia Geral de Associados, e que se encontra em vigor.

A CEMG opera no mercado bancário, predominantemente doméstico. As suas características equiparam-se maioritariamente aos “*savings banks*” (instituições financeiras captadoras de poupança) europeus de natureza cooperativa e mutualista. Para efeitos de análise da CEMG, considerou-se as suas características principais, que são: maior perenidade, menor volatilidade face à volatilidade do mercado em que operam, menor exposição aos mercados financeiros, e maior resiliência a ciclos económicos adversos.

Anualmente efetua-se o estudo da recuperabilidade do investimento efetuado na CEMG. Nos quadros seguintes apresenta-se um resumo dos principais pressupostos utilizados, respeitantes ao plano de negócio, crescimento e taxa de desconto, utilizados nos estudos reportados a 2015, 2016 e 2017.

	2015	2016	2017
Percentagem de participação	89,86%	94,69%	100,00%
Resumo dos pressupostos utilizados	Plano de Negócios fornecido pela CEMG, com <i>cash flows</i> estimados para 4 anos, de 2016 a 2019. Crescimento dos <i>cash flows</i> a partir de 2020, inclusive, de acordo com a previsão de crescimento médio da economia nacional e tendo em consideração o objetivo de inflação do BCE de 2%. Consideramos as seguintes limitações à distribuição de resultados: a) dotação de 10% para reservas legais obrigatórias; b) redução de capital para cobertura de prejuízos e resultados transitados negativos; c) rácios CET 1 mínimos legais para distribuição de dividendos (maior que 10,5%)	Plano de Negócios fornecido pela CEMG, com <i>cash flows</i> estimados para 2 anos, de 2017 a 2018. Estimativa de <i>cash flows</i> para 2019-2020, mantendo a estratégia implícita no Plano de Negócios da CEMG 2017-2018. Crescimento dos <i>cash flows</i> a partir de 2021, inclusive, considerando a previsão de crescimento médio da economia nacional no período pré-crise, de 2,4%, o objetivo de inflação do BCE de 2% e a redução do custo do risco da CEMG, em linha com as melhores práticas de mercado. Consideradas as seguintes limitações à distribuição de resultados: a) dotação de 10% para reservas legais obrigatórias; b) redução de capital para cobertura de prejuízos e resultados transitados negativos; c) rácios CET1 mínimos legais para a distribuição de dividendos (maior que 10,5%).	Plano de Negócios fornecido pela CEMG, com <i>cash flows</i> estimados para 3 anos, de 2018 a 2020. Estimativa de <i>cash flows</i> para 2021, mantendo a estratégia implícita no Plano de Negócios da CEMG 2018-2020. Crescimento dos <i>cash flows</i> a partir de 2022, inclusive, considerando a previsão de crescimento médio da economia nacional no período pré-crise, de 2,4%, o objetivo de inflação do BCE de 2% e a redução do custo do risco da CEMG, em linha com as melhores práticas de mercado. Consideradas as seguintes limitações à distribuição de resultados: a) dotação de 10% para reservas legais obrigatórias; b) redução de capital para cobertura de prejuízos e resultados transitados negativos; c) rácios Capital Total mínimos legais para a distribuição de dividendos: de 12,9% em 2018, de 13,625% (SREP de 3%) entre 2019 a 2021 de e de 10,5% nos anos seguintes e, d) emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 250 milhões de euros.
Principais drivers do plano de negócios	Equilíbrio de exploração e geração endógena de capital assente no fortalecimento do modelo de negócio através de a) recuperação do produto bancário <i>core</i>; b) redimensionamento da plataforma operacional e melhoria da eficiência; c) reforço da gestão do risco; d) gestão do capital humano e e) revisão do modelo institucional.	Equilíbrio de exploração e geração endógena de capital assente no fortalecimento do modelo de negócio através de a) recuperação do produto bancário <i>core</i>; b) redimensionamento da plataforma operacional e melhoria da eficiência; c) reforço da gestão do risco; d) gestão do capital humano e e) revisão do modelo institucional.	a) Fortalecimento do modelo de negócio, através i) da recuperação do produto bancário <i>core</i>; ii) do redimensionamento da plataforma e melhoria da eficiência; iii) do reforço da gestão do risco; iv) da recuperação e gestão da liquidez e v) da gestão de talentos; b) adequação do capital às necessidades do Grupo, c) consolidação do modelo corporativo.
Principais pressupostos de crescimento	Abordagem em 3 etapas: a primeira etapa baseia-se no Plano de Negócios da CEMG, a segunda etapa considera a estabilização do crescimento dos <i>cash flows</i> em 1,15% , em linha com as projeções, e a terceira etapa considera o desempenho em velocidade cruzado, com uma perpetuidade crescente de 0,9%.	Abordagem em 3 etapas: a primeira etapa baseia-se no Plano de Negócios da CEMG, a segunda etapa considera a estabilização do crescimento dos <i>cash flows</i>, em linha com as projeções, convergindo para o crescimento na perpetuidade e a terceira etapa considera o desempenho em velocidade cruzado, com uma perpetuidade crescente de 2%.	Abordagem em 3 etapas: a primeira etapa baseia-se no Plano de Negócios da CEMG, a segunda etapa considera a estabilização do crescimento dos <i>cash flows</i>, em linha com as projeções, convergindo para o crescimento na perpetuidade e a terceira etapa considera o desempenho em velocidade cruzado, com uma perpetuidade crescente de 2%.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

As taxas de desconto utilizadas para efeitos do referido teste de imparidade nos últimos 3 anos são como segue:

	2015	2016	2017
Taxa de desconto	10,50%	9,98%	9,88%

A determinação do valor actual dos *cash flows* futuros da CEMG, incorporou os rácios mínimos regulamentares de Capital Total, incorporando o aumento do capital ocorrido em 30 de junho de 2017, no montante de 250 milhões de euros.

Confirmando a evolução positiva da CEMG, em 2017 face a 2016, salienta-se a melhoria das suas classificações de *rating* por parte da Moody's e da Fitch Ratings (Moody's em 7 de novembro de 2017 passou o *Outlook* de negativo para "em desenvolvimento" e a Fitch em 21 de dezembro de 2017 melhorou o *rating* de longo prazo de B para B+, mantendo o *Outlook* estável).

De acordo com aquelas Entidades, esse *upgrade* traduziu a melhoria do perfil de risco da CEMG, devido à melhor qualidade dos ativos, aumento do nível de capitalização, redução dos custos operacionais e melhoria da rendibilidade, no quadro da concretização dos objetivos do seu plano estratégico 2016-2018.

A análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados, mais relevantes na determinação dos valores de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

CAIXA ECONÓMICA - MONTEPIO GERAL				
TAXA DE DESCONTO				
		-1,00%	Cenário Base	1,00%
TAXA DE CRESCIMENTO (g)	-0,25%	267 609	(32 543)	(265 590)
	Cenário Base	313 770	-	(242 305)
	0,25%	363 411	34 090	(217 671)

Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.

A imparidade da Montepio Seguros foi determinada tendo por base (i) o plano de negócios aprovado pela gestão para algumas entidades incluídas nesta subsidiária (Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., N-Seguros, S.A. e Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) para o período de 2018 a 2022), (ii) taxa de desconto entre 8,71% e 10,13% (2016: entre 9,38% e 11,55%), (iii) níveis de solvência II exigidos para a atividade seguradora de 100%, e, (iv) crescimento na perpetuidade 1,85% (2016: 2,15%). Relativamente à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., o valor foi determinado tendo por base o Valor Intrínseco (*Embedded Value*) adicionado do valor de negócio futuro (*goodwill*) (relativamente ao negócio futuro foi utilizada uma taxa de desconto de 10,57%). O Valor Intrínseco corresponde ao somatório do seu *Net asset value* adicionado do *value in force* da carteira incluindo o custo de opções e garantias, sendo que neste último a margem é calculada com base nos requisitos de capital definidos no âmbito do

Solvência II. Adicionalmente, foi igualmente tido em consideração o facto do MGAM ter celebrado um contrato, cujas condições estão ainda em apreciação pelas entidades Reguladoras e órgãos sociais do MGAM, com vista à cedência do controlo da Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. (ver nota 37).

A análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados, na determinação dos valores de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

		MONTEPIO SEGUROS, SGPS S.A.		
		TAXA DE DESCONTO		
TAXA DE CRESCIMENTO (g)		-1,00%	Cenário Base	1,00%
	-0,25%	2 943	(510)	(3 201)
	Cenário Base	3 653	-	(2 803)
	0,25%	4 412	568	(2 385)

A verificação dos pressupostos utilizados e evolução das condições macroeconómicas e do mercado poderão traduzir-se na alteração destes mesmos pressupostos e, consequentemente, no valor recuperável determinado das subsidiárias.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das respetivas operações, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável das suas participações financeiras e do seu plano de atividades futuras.

23

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2017 e 2016, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2017						
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	269 711	6 341	(12 760)	(17 644)	8 361	254 009
	269 711	6 341	(12 760)	(17 644)	8 361	254 009

2016

	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	419 168	6 229	(155 713)	-	27	269 711
	419 168	6 229	(155 713)	-	27	269 711

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Rendimentos	11 907	14 279
	11 907	14 279
Despesas de manutenção e conservação	2 279	2 342
	2 279	2 342

Importa salientar a existência de compromissos firmados ao nível de investimentos futuros nas propriedades de investimento na reabilitação dos prédios de rendimento, nomeadamente obras estruturais e remodelações de frações em diversos imóveis em Lisboa, Porto e Alhandra. Em 31 de dezembro de 2017 estes compromissos ascendem ao montante de Euros 292 000 (2016: Euros 490 000).

24

ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
ATIVOS TANGÍVEIS		
Bens Património Histórico	6 301	1 024
Outros Ativos Fixos Tangíveis	56 156	38 329
Terrenos	32 688	32 688
Edifícios e outras construções	20 430	2 821
Equipamento Básico	204	204
Equipamento de transporte	239	124
Equipamento Administrativo	864	833
Obras em imóveis arrendados	1 731	1 659
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	34	-
	62 491	39 353
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		
Relativas ao exercício corrente	(706)	(405)
Relativas a exercícios anteriores	(857)	(493)
	(1 563)	(898)
IMPARIDADE		
Terrenos	(80)	(80)
	(80)	(80)
	60 848	38 375

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2017 e 2016, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2017					
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
ATIVOS TANGÍVEIS					
Bens Património Histórico	1 024	5 277	-	-	6 301
Outros Ativos Fixos Tangíveis	38 329	303	85	17 609	56 156
Terrenos	32 688	-	-	-	32 688
Edifícios e outras construções	2 821	-	-	17 609	20 430
Equipamento Básico	204	-	-	-	204
Equipamento de transporte	124	200	85	-	239
Equipamento Administrativo	833	31	-	-	864
Obras em imóveis arrendados	1 659	72	-	-	1 731
Outros	-	-	-	-	-
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	-	34	-	-	34
	39 353	5 614	85	17 609	62 491
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Outros ativos tangíveis					
Edifícios e outras construções	(21)	(306)	-	-	(327)
Equipamento Básico	(106)	(41)	-	-	(147)
Equipamento de transporte	(38)	(40)	(41)	-	(37)
Equipamento Administrativo	(388)	(150)	-	-	(538)
Obras em imóveis arrendados	(345)	(169)	-	-	(514)
Outros	-	-	-	-	-
	(898)	(706)	(41)	-	(1 563)
IMPARIDADE					
Terrenos	(80)	-	-	-	(80)
	(80)	-	-	-	(80)
Valor de balanço	38 375	4 908	44	17 609	60 848

Durante o exercício de 2017, o MGAM procedeu à transferência de propriedades de investimento para ativos tangíveis.

25

IMPOSTOS DIFERIDOS E CORRENTES

Tal como referido na nota 1. a) bases de apresentação, o MGAM deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respectivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável. A alteração do enquadramento fiscal verificado em 2017, com a consequente alteração na mensuração dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos, tem impacto no exercício económico de 2017. Nessa base, de acordo o IAS 12 Impostos sobre o rendimento e tal como descrito na política contabilística 1.p), o MGAM procedeu ao reconhecimento dos ativos e passivos por impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2017 como segue:

(milhares de euros)

	ATIVO	PASSIVO	LÍQUIDO	RECONHECIDO NOS RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL
Provisões matemáticas	622 518	-	622 518	622 518	-	622 518
Imparidades	2 810	-	2 810	2 810	-	2 810
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(3 462)	(3 462)	-	(3 462)	(3 462)
Propriedades de investimento e amortizações	-	(22 250)	(22 250)	(22 250)		(22 250)
Benefícios pós emprego	3 282	-	3 282	3 282		3 282
Reporte de prejuízos fiscais	202 261	-	202 261	202 261		202 261
	830 871	(25 712)	805 159	808 621	(3 462)	805 159

Tendo deixado de lhe ser aplicável a isenção de IRC de que beneficiava, e em conformidade com orientações administrativas conhecidas da Autoridade Tributária e Aduaneira ("AT"), o MGAM, (i) por um lado, apurou o seu resultado tributável do período de 2017 considerando a perda da isenção de IRC, tendo para o efeito obtido uma resposta da AT a um pedido de informação vinculativo submetido a respeito da forma de apuramento do resultado tributável e, (ii) por outro lado, reconheceu a existência de diferenças temporárias para efeitos de IRC, considerando o regime que lhe seria aplicável se não tivesse beneficiado de qualquer isenção no passado, em observância dos princípios da continuidade e da especialização dos exercícios e em linha com orientações administrativas conhecidas da AT.

No que respeita às diferenças temporárias que deram origem a Impostos Diferidos, as mesmas decorrem, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas.

Com efeito, aquando do respetivo reconhecimento aquelas provisões não são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável ou prejuízo fiscal do MGAM, na medida em que não têm enquadramento no artigo 39.º do Código do IRC. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que aquelas provisões se destinavam serão, naturalmente, dedutíveis para efeitos daquele resultado fiscal quando venham a ser incorridos, nos termos gerais do Código do IRC.

No mesmo sentido, o MGAM considerou na determinação dos impostos diferidos ativos os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, em observância dos referidos princípios.

Este reconhecimento, cumpre salientar, encontra-se igualmente em linha com as orientações administrativas conhecidas sobre esta matéria, de acordo com as quais os prejuízos fiscais que sejam obtidos no âmbito de uma atividade isenta poderão ser reportáveis aos lucros gerados no conjunto das atividades da entidade uma vez terminada a isenção, desde que observados os limites temporais que permitem o reporte daqueles prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2017, e em função de (i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2018 e (ii) a expectativa de conversão em gastos e rendimentos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, o MGAM utilizou a taxa (taxa base e derramas) no cálculo de impostos diferidos, de 30,18% associada a diferenças temporárias e 21% em relação ao reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros, pelo que qualquer incerteza quanto à sua recuperação é considerada aquando do apuramento do valor dos ativos por impostos diferidos.

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.p), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os impostos diferidos ativos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do MGAM têm subjacente uma expectativa elevada quanto à sua recuperabilidade.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nas demonstrações financeiras previsionais de 2018-2025, aprovadas pelo Conselho de Administração e que foram preparadas no quadro da elaboração do último Plano e “Linhas de Orientação Estratégicas” aprovadas pelo Conselho Geral em 7 de novembro de 2017. Essas demonstrações financeiras previsionais foram preparadas tendo por base as previsões conhecidas para as variáveis do contexto macroeconómico, sociodemográfico e dos mercados financeiros e, tendo em vista a concretização das metas e medidas estratégicas dessas linhas de orientação. O crescimento da atividade e das receitas associativas, a evolução dos investimentos e dos custos operacionais foram projetados de forma consentânea com os respetivos fundamentos socioeconómico e as condições de atuação, e permitem aferir a realização dos ativos por impostos diferidos.

Com base no exercício efectuado, o MGAM não procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados a diferenças temporárias no montante aproximado de Euros 330 000 000.

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

(milhares de euros)

ANO DE CADUCIDADE	2017
2022	74 981
2027	105 701
2028	21 579
	202 261

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	
	%	Valor
Resultado antes de impostos	21	(220 977)
Imposto apurado com base na taxa nominal vigente		46 405
Derrama municipal e estadual		-
Benefícios fiscais		(83)
Efeito da dupla tributação		(90)
Tributações autónomas		90
Outras diferenças permanentes ^(*)		(49 162)
Impostos diferidos não reconhecidos anteriormente		(805 691)
Imposto do exercício		(808 531)

^(*) relativo maioritariamente a imparidade nas subsidiárias.

26

OUTROS ATIVOS
E PASSIVOS

A rubrica Outros ativos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Estado e outros entes públicos	-	444
Associados c/ quotas	396	349
Devedores diversos	8 226	8 474
Empréstimos de financiamento	7 015	6 340
Outros custos diferidos	-	10
	15 637	15 617
Imparidade para outros ativos	(692)	(642)
	14 945	14 975

A análise dos Outros ativos por maturidade, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

(milhares de euros)

2017					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Associados	396	-	-	-	396
Devedores diversos	253	7 696	-	277	8 226
Empréstimos de financiamento	646	2 022	3 697	650	7 015
Outros custos diferidos	-	-	-	-	-
	1 295	9 718	3 697	927	15 637

2016

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	444	-	-	-	444
Associados	349	-	-	-	349
Devedores diversos	1 394	7 080	-	-	8 474
Empréstimos de financiamento	636	1 620	3 577	507	6 340
Outros custos diferidos	10	-	-	-	10
	2 833	8 700	3 577	507	15 617

A rubrica Outros passivos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Fornecedores	1 733	876
Estado e outros entes públicos	1 485	1 506
Beneficiários	4 742	5 361
Credores por acréscimos de gastos	2 682	39 786
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 27)	661	552
Credores diversos	3 161	2 200
	14 464	50 281

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a maturidade dos Outros passivos acima referidos é inferior a 3 meses, exceto o passivo por benefícios pós-emprego.

27

BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Conforme referido na nota 1 l), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica - Montepio Geral ("CEMG") que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
PRESSUPOSTOS FINANCEIROS		
Taxa de evolução salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de rendimento do fundo	1,75%	1,75%
Taxa de desconto	1,75%	1,75%
PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2017	2016
Ativos	5	5
Reformados e sobreviventes	3	3
	8	8

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
ATIVOS/ (RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS RECONHECIDAS EM BALANÇO		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	5 381	4 211
Reformados	5 282	5 550
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Ativos	205	186
Responsabilidades com subsídio por morte		
Ativos	3	2
Reformados	3	3
Total das responsabilidades	10 874	9 952
COBERTURAS		
Valor dos fundos	10 213	9 400
Ativos/ (passivos) líquidos em Balanço (ver nota 26)	(661)	(552)
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	(410)	(12)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2017				2016			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades no início do exercício	9 761	186	5	9 952	8 853	207	5	9 065
Custo do serviço corrente	1 050	-	-	1 050	1 016	-	-	1 016
Custo dos juros	171	3	-	174	177	4	-	181
(Ganhos) e perdas atuariais	87	15	1	103	116	(25)	-	91
Pagamentos	(405)	-	-	(405)	(401)	-	-	(401)
Responsabilidades no fim do exercício	10 664	204	6	10 874	9 761	186	5	9 952

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Saldos do fundo no início do exercício	9 400	8 977
Contribuição	552	731
Rendimento esperado do fundo	165	179
Ganhos e (perdas) atuariais	501	(86)
Pagamentos	(405)	(401)
Saldos do fundo no fim do exercício	10 213	9 400

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Aplicação em bancos e outras	156	971
Obrigações	6 960	5 746
Ações e outros títulos de rendimento variável	3 005	2 581
Imóveis	92	102
	10 213	9 400

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo Montepio ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo Montepio e outras aplicações são detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Aplicação em bancos e outras	156	971
Imóveis	92	102
Obrigações	31	1
Outros	-	17
	279	1 091

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Desvios atuariais no início do exercício	(12)	(189)
(Ganhos) e perdas atuariais		
nas responsabilidades	103	91
nos ativos do plano	(501)	86
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(410)	(12)

Os custos do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Custo do serviço corrente	1 050	1 016
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	9	2
Custo do exercício	1 059	1 018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
No início do exercício	(552)	(88)
Contribuição	552	731
Custo do serviço corrente	(1 050)	(1 016)
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(9)	(2)
Ganhos e (perdas) atuariais e financeiros	398	(177)
No final do exercício	(661)	(552)

Em 31 de dezembro de 2017, a *duration* das responsabilidades ascende a cerca de 15 anos.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	IMPACTO NAS ALTERAÇÕES DOS PRESSUPOSTOS FINANCEIROS RESPONSABILIDADES			
	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%
Taxa de desconto	294	(282)	259	(249)
Taxa de crescimento salarial	(46)	46	(40)	41
Taxa decréscimo das pensões	(241)	249	(213)	220
Contribuição SAMS	(16)	16	(7)	7

(milhares de euros)

	2017		2016	
IMPACTO NAS ALTERAÇÕES DOS PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS NAS RESPONSABILIDADES				
	-1%	1%	-1%	1%
Mortalidade	496	(487)	427	(418)

28

OUTRAS PROVISÕES

A rubrica Outras provisões é analisada como segue:

(milhares de euros)

2017						
	Saldo em 1 de janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Transferências	Saldo em 31 de dezembro
Processos Judiciais em curso	460	59	(212)	(3)	-	304
Responsabilidades com subsidiárias	3 312	-	(3 312)	-	-	-
Provisões Ambientais	1 800	-	-	-	-	1 800
	5 572	59	(3 524)	(3)	-	2 104

2016						
	Saldo em 1 de janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Transferências	Saldo em 31 de dezembro
Processos Judiciais em curso	204	260	(4)	-	-	460
Responsabilidades com subsidiárias	36 810	649	(32 840)	(1 307)	-	3 312
Provisões Ambientais	-	-	-	-	1 800	1 800
	37 014	909	(32 844)	(1 307)	1 800	5 572

No final de 2016, o MGAM procedeu à dissolução da sociedade Lestinvest, SGPS, S.A. Em 2016, na sequência das prestações suplementares concedidas à Lestinvest no montante de Euros 32 840 000, foi revertida a provisão existente para cobertura de capitais próprios negativos no montante de Euros 32 840 000, tendo sido simultaneamente reforçada a imparidade para esta participada em Euros 32 840 000.

29

PROVISÕES TÉCNICAS

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

a) Provisões matemáticas – destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 m).

b) Subvenções e melhorias de benefícios – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

2017			
	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO			
Capitais de reforma	1 053 017	-	1 053 017
Capitais de reforma prazo certo	1 391 100	-	1 391 100
Poupança reforma	79 543	-	79 543
Modalidades Coletivas	9 015	-	9 015
	2 532 675	-	2 532 675
MODALIDADES ATUARIAIS			
Capitais de previdência	14 097	21 680	35 777
Capitais de previdência diferidos com opção	273 396	1 313	274 709
Pensões de reforma	157 293	21 348	178 641
Capitais para jovens	48 688	655	49 343
Pensões de sobrevivência e dotes	7 548	15 455	23 003
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	26 756	-	26 756
Outros	33 416	1 413	34 829
	561 194	61 864	623 058
	3 093 869	61 864	3 155 733
2016			
	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO			
Capitais de reforma /Poupança Complementar	1 206 963	-	1 206 963
Capitais de reforma prazo certo	1 575 374	-	1 575 374
Poupança reforma	83 356	-	83 356
Modalidades coletivas	8 549	-	8 549
	2 874 242	-	2 874 242
MODALIDADES ATUARIAIS			
Capitais de previdência	13 696	22 236	35 932
Capitais de previdência diferidos com opção	266 031	1 888	267 919
Pensões de reforma	154 655	22 007	176 662
Capitais para jovens	50 568	955	51 523
Pensões de sobrevivência e dotes	8 530	16 104	24 634
Rendas vitalícias / Rendas temporárias	28 562	-	28 562
Outros	36 516	1 573	38 089
	558 558	64 763	623 321
	3 432 800	64 763	3 497 563

As provisões matemáticas têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respectivas modalidades, como segue:

2017		
Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 3%	TD 88/90	3%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 3%	TD 88/90	3%
Capitais para Jovens - 3%	TD 88/90	3%
Capitais Temporários por Invalidez - 3%	$TD\ 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW$	3%
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	TD 99/01	3%
Pensões de Poupança de Reforma - 3%	TD 99/01	3%
Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma - 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	$PM\ 60\ G + (Zm + HW)/2 + HW$	6%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	$PM\ 60\ G + (Zm + HW)/2 + HW$	4%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	$PM\ 60\ G + HW$	4%
Capitais Temporários por Invalidez	$PM\ 60\ G + (Zm + HW)/2 + HW$	4%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	$PM\ 60\ G + HW$	4%
Capitais para Estudos	$PM\ 60\ G + HW$	4%
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	PF 60/64	6%
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	PF 60/64	4%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF / RF	4%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF / RF	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%

2017		
Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas vitalícias - 6%	PF 60/64	6%
Rendas vitalícias - 4%	PF 60/64	4%
Rendas vitalícias - 3%	TV 99/01	3%

Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas temporárias - 3%	TV 88/90	3%

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas variam entre 0% e 5,25%.

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Euros 114 431 000 (2016: Euros 117 794 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 m). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2017 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1% e 3% (2016: 1% e 3,15%). Adicionalmente, o teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida.

30

FUNDOS PRÓPRIOS E EXCEDENTES TÉCNICOS

Os **Fundos próprios** são constituídos para as modalidade cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros.

Os **Excedentes técnicos** são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações no capital próprio.

31

RESERVAS DE
JUSTO VALOR,
OUTRAS RESERVAS
E RESULTADOS
TRANSITADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
RESERVAS DE JUSTO VALOR		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	11 472	(2 970)
Impostos diferidos	(3 462)	-
	8 010	(2 970)
RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		
Reserva geral	76 223	123 102
Outras reservas e resultados transitados	37 288	3 091
	113 511	126 193

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2016 inclui transferências entre rubricas da situação líquida da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efectuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos excedentes técnicos e ao Fundo de reserva geral disponível para cobertura: (i) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades de capitalização no montante de Euros 207 000 através do recurso à reserva de estabilização; (ii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Euros 4 655 000 através dos excedentes técnicos, (iii) do saldo negativo do Fundo de benefício de solidariedade associativa e do Fundo Montepio Egitanense no montante de Euros 473 000 por recurso ao seu Fundo próprio e, (iv) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Euros 64 610 000 por recurso à reserva geral.

Em 30 de março de 2017, para além da dotação da Reserva Geral, foi aprovada a reposição a esta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis negativos em exercícios anteriores, o montante de Euros 5 307 000 (2016: Euros 1 873 000).

Tendo em consideração os recursos acima referidos e os resultados do exercício, a Associação deliberou a distribuição ao Fundo de reserva geral de algumas modalidades o montante de Euros 15 766 000, dotação aos fundos próprios de algumas modalidades e outros fundos o montante de 46 492 000, dotação aos excedentes técnicos Euros 8 145 000 e dotação dos fundos permanentes o montante de Euros 6 902 000.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

No decurso do exercício de 2017, a Associação decidiu recorrer à reserva de estabilização, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 12 486 000 (2016: Euros 20 262 000).

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 f).

A movimentação durante o exercício de 2017 desta rubrica é analisada conforme segue:

(milhares de euros)

	2017				
	Saldo em 1 de janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de dezembro
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(2 423)	1 906	600	-	83
Obrigações de outros emissores	(4 718)	14 637	(1 843)	(31)	8 045
Papel comercial	-	-	-	-	-
	(7 141)	16 543	(1 243)	(31)	8 128
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	238	28	(100)	(3)	163
Fundos de investimento	3 933	373	(1 053)	(72)	3 181
	4 171	401	(1 153)	(75)	3 344
	(2 970)	16 944	(2 396)	(106)	11 472

A movimentação durante o exercício de 2016 desta rubrica é analisada conforme segue:

(milhares de euros)

	2016				
	Saldo em 1 de janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de dezembro
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	469	3 291	(481)	(5 702)	(2 423)
Obrigações de outros emissores	(1 343)	(248)	(3 127)	-	(4 718)
Papel comercial	-	-	-	-	-
	(874)	3 043	(3 608)	(5 702)	(7 141)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	341	41	-	(144)	238
Fundos de investimento	3 120	1 856	(266)	(777)	3 933
	3 461	1 897	(266)	(921)	4 171
	2 586	4 940	(3 874)	(6 623)	(2 970)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2017	2016
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	539 914	241 816
Imparidade acumulada reconhecida	(9 163)	(16 200)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	530 751	225 616
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	542 223	222 646
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	11 472	(2 970)

32 JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	2017			2016	
	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	35 439	35 439	24 416	24 416
Aplicações em instituições de crédito	1	181 628	181 279	228 940	227 299
Investimentos detidos até à maturidade	2	-	-	1 064 116	1 008 891
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	14 945	14 945	14 975	14 975
		232 012	231 663	1 332 447	1 275 581
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	14 464	14 464	50 281	50 281

33

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do MGAM as empresas detalhadas abaixo identificadas, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e os elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de 1.ª linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

O conjunto das empresas consideradas como partes relacionadas do MGAM pode ser analisado como segue:

SUBSIDIÁRIAS DO MGAM	ASSOCIADAS DO MGAM
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.	Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	NEBRA, Energias Renovables, SL
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE	

(CONTINUAÇÃO)

OUTRAS PARTES RELACIONADAS

Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)

Montepio Holding, SGPS, S.A.

Montepio Investimento, S.A.

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Finibanco Angola, S.A.

Banco Terra, S.A.

Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

N Seguros, S.A.

Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.

HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.

Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.

Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

Clínica CUF Belém, S.A.

SSag incentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, S.A.

Valor Prime Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (anteriormente designado Finipredial)

Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)

Montepio Arrendamento II – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)

Montepio Arrendamento III – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)

PEF – Portugal Estates Fund

Carteira Imobiliária – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEIIA)

Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração do pessoal chave diz respeito aos custos com pessoal analisados na nota 12, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios a empregados analisados na nota 27.

Transações com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efetuadas transações com os fundos de pensões. A contribuição para o fundo de pensões foi efetuada em dinheiro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

À data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e passivos detidos pelo MGAM com partes relacionadas, bem como rendimentos e gastos, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

	2017			
Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL - CAIXA ECONÓMICA BANCÁRIA, S.A.				
Depósitos à ordem	35 393	-	53	-
Depósitos a prazo	181 029	-	1 567	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	81	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	393 873	-	3 234	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	31 371	-
Outros passivos	-	1 256	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	9 308
Prestação de serviços	-	-	-	3 073
Comissões de custódia	-	-	-	10
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	2 512	-
Outros proveitos exploração	-	-	-	-
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 851	-	1 015	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	15	-
Seguros pagos	-	-	-	62
LUSITANIA VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 959	-	104	-
MONTEPIO GESTÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS, ACE				
Outros passivos	-	285	-	-
Gastos suportados	-	-	-	949
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	287	-
BOLSIMO – GESTÃO DE ACTIVOS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	49 734	-	925	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	451	-
MONTEPIO CRÉDITO - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Outros passivos	-	9	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	61
FINIPREDIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ABERTO				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	280
FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	150
MONTEPIO SEGUROS SGPS SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 695	-	369	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	740	-
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.				
Outros passivos	-	4	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	23
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	3 296	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS (DIVIDENDOS)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	-	-
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	-	270	-
Finibanco - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	-	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	158	-
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	-	-	-	-
Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.	-	-	-	-
	697 534	1 554	46 448	13 916

Durante o exercício de 2017, o MGAM adquiriu à Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. ativos de valor patrimonial com significado histórico e artístico, no montante de Euros 5 276 000.

Durante o exercício a CEMG adquiriu ao MGAM títulos de dívida, no valor global de Euros 384 350 000.

(milhares de euros)

2016

Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL				
Depósitos à ordem	24 166	-	31	-
Depósitos a prazo	227 249	-	3 347	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 153	-	75	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	53 529	-	8 069	-
Investimentos detidos até à maturidade	966 194	-	42 706	-
Outros passivos	-	28 282	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	7 160
Prestação de serviços	-	-	-	1 780
Comissões de custódia	-	-	-	33
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	4 292	-
Outros proveitos exploração	-	-	46 063	-
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 305	-	1 040	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	15	-
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	-
Seguros pagos	-	-	-	62
LUSITANIA VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 986	-	111	-
MONTEPIO HOLDING, SGPS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	-	-
MONTEPIO GESTÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS, ACE				
Outros passivos	-	311	-	-
Gastos suportados	-	-	-	1 084
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	286	-
MONTEPIO INVESTIMENTO, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	-	-
BOLSIMO – GESTÃO DE ACTIVOS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	25 019	-	564	-
Investimentos detidos até à maturidade	25 172	-	702	-
MONTEPIO CRÉDITO - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 127	-	-	-
Outros passivos	-	13	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	15	-
Cedência de pessoal	-	-	-	61
FINIPREDIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ABERTO				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	280
NOVA CÂMBIOS, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	-
FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	150
MONTEPIO SEGUROS SGPS, S.A.				
Investimentos detidos até à maturidade	17 524	-	24	-
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	3 296	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS (DIVIDENDOS)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	-	-
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	-	1 299	-
Finibanco - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	550	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	87	-
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	-	-	360	-
Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.	-	-	-	-
	1 356 423	28 606	112 933	10 610

34

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos que mereçam relevância de divulgação.

35

GESTÃO DE RISCOS

O sistema de gestão de riscos do Montepio - Geral Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MGAM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista mas igualmente as expetativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objecto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

Por fim, a evolução da taxa de juro, variável crítica da atividade do Montepio Geral - Associação Mutualista, é monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a rentabilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

RISCO DE MERCADO

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efetuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflecte a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
TAXA DE JURO +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(10 395)	-	(7 797)
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(353)	(353)	(968)	(968)
	(353)	(10 748)	(968)	(8 765)
TAXA DE JURO -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	10 762	-	(8 135)
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	372	372	1 020	(1 020)
	372	11 134	(1 020)	(9 155)

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
MERCADO MOBILIÁRIO +10%				
Ações	3	98	22	130
Fundos de investimento	-	1 343	-	1 722
	3	1 441	22	1 852
MERCADO MOBILIÁRIO -10%				
Ações	(40)	(98)	(334)	(376)
Fundos de investimento	(134)	(1 343)	(323)	(1 722)
	(174)	(1 441)	(657)	(2 098)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

	2017		2016	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
MERCADO MOBILIÁRIO +10%				
Ativos tangíveis	-	-	35	35
Propriedades de investimento	25 401	25 401	26 971	26 971
	25 401	25 401	27 006	27 006
MERCADO MOBILIÁRIO -10%				
Ativos tangíveis	-	-	(35)	(35)
Propriedades de investimento	(25 401)	(25 401)	(26 971)	(26 971)
	(25 401)	(25 401)	(27 006)	(27 006)

RISCO DE LIQUIDEZ

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros é apresentada nas notas dos ativos respetivos (ver notas 16, 17, 18, 19, 20 e 29).

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral – Associação Mutualista é efetuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspectiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita de uma forma conservadora com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos ativos.

RISCO DE CRÉDITO

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2017 e 2016, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de euros)

2017					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Sector de atividade	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	-	-	-	1 648	-
Atividades financeiras	-	-	-	441 226	(3 103)
Atividades imobiliárias	-	-	-	58 668	(2 439)
Administração e serviços públicos	-	1 002	-	14 593	-
Construção e obras públicas	-	-	-	1 953	-
Eletricidade, gás e água	-	-	-	2 836	(164)
Refinação de petróleo	-	-	-	1 070	-
Indústria	-	2 965	-	8 939	-
Retalho	-	298	-	2 973	-
Transportes	-	592	-	-	-
Outras atividades de serviços coletivos	-	28	-	4 978	(431)
Outros	-	-	-	12 502	(3 026)
TOTAL	-	4 885	-	551 386	(9 163)

2016					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Sector de atividade	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	-	-	-	12 197	(5 344)
Atividades financeiras	983 719	-	3 280	84 834	(4 242)
Atividades imobiliárias	25 172	-	-	34 470	(2 420)
Administração e serviços públicos	-	2 503	-	31 906	-
Construção e obras públicas	-	-	-	5 260	-
Eletricidade, gás e água	-	649	-	4 151	(164)
Outras atividades de serviços	-	51	-	9 986	(431)
Indústria	-	-	6 039	17 183	-
Refinação de petróleo	-	-	12 310	10 542	-
Transportes	-	-	-	5 093	-
Outros	-	1 458	-	23 224	(3 599)
TOTAL	1 008 891	4 661	21 629	238 846	(16 200)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

(milhares de euros)

2017					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Zona geográfica	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Zona Euro					
Portugal	-	28	-	523 280	(6 936)
Espanha	-	496	-	2 573	(164)
Itália	-	506	-	4 484	(1 497)
Áustria	-	-	-	1 480	-
Alemanha	-	394	-	184	(184)
França	-	1 968	-	7 162	-
Holanda	-	-	-	3 148	-
Luxemburgo	-	992	-	1 568	-
Suécia	-	203	-	1 033	-
Bélgica	-	-	-	37	(11)
Irlanda	-	-	-	1 069	-
Outros	-	-	-	-	-
Outros Países					
Reino Unido	-	-	-	1 029	-
Brasil	-	-	-	-	-
Estados Unidos	-	298	-	2 035	-
Outros	-	-	-	2 304	(371)
TOTAL	-	4 885	-	551 386	(9 163)

2016					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Zona geográfica	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Zona Euro					
Portugal	1 008 891	225	15 590	184 567	(8 017)
Espanha	-	-	-	2 693	(780)
Itália	-	476	-	5 146	(1 484)
Alemanha	-	-	-	2 464	(196)
França	-	1 458	6 039	2 962	-
Holanda	-	-	-	3 587	-
Luxemburgo	-	-	-	6 339	-
Suécia	-	-	-	-	-
Bélgica	-	-	-	36	(10)
Outros	-	-	-	2 062	-
Outros Países					
Reino Unido	-	-	-	3 060	-
Brasil	-	-	-	16 227	(5 345)
Estados Unidos	-	-	-	-	-
Outros	-	2 503	-	9 702	(369)
TOTAL	1 008 891	4 661	21 629	238 847	(16 200)

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

(milhares de euros)

2017					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Rating	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
A+	-	198	-	-	-
A-	-	1 474	-	1 966	-
BBB+	-	692	-	3 549	-
BBB	-	1 002	-	-	-
BBB-	-	296	-	16 812	-
<BBB-	-	1 195	-	408 249	-
N.R.	-	-	-	75 075	(2 831)
TOTAL	-	4 857	-	505 651	(2 831)

2016					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Rating	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
AA-	-	-	-	2 842	-
A-	-	-	-	-	-
BBB+	-	2 503	-	3 730	-
BBB	-	1 933	-	1 037	-
BBB-	-	-	-	-	-
<BBB-	966 194	-	3 280	132 033	(5 961)
N.R.	42 697	-	18 349	29 684	(2 829)
TOTAL	1 008 891	4 436	21 629	169 326	(8 790)

RISCO ESPECÍFICO DAS MODALIDADES

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
TAXA DE JURO +1%				
Modalidades atuariais	53 126	53 126	51 553	51 553
Modalidades de capitalização	(4 261)	(4 261)	(4 558)	(4 558)
	48 865	48 865	46 995	46 995
TAXA DE JURO -1%				
Modalidades atuariais	(64 422)	(64 422)	(61 435)	(61 435)
Modalidades de capitalização	-	-	-	-
	(64 422)	(64 422)	(61 435)	(61 435)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
MORTALIDADE +10%				
Modalidades atuariais	17 679	17 679	17 741	17 741
	17 679	17 679	17 741	17 741
MORTALIDADE -10%				
Modalidades atuariais	(25 452)	(25 452)	(25 315)	(25 315)
	(25 452)	(25 452)	(25 315)	(25 315)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
REEMBOLSOS +10%				
Modalidades capitalização	483	483	466	466
	483	483	466	466
REEMBOLSOS -10%				
Modalidades capitalização	(483)	(483)	(466)	(466)
	(483)	(483)	(466)	(466)

A maturidade das responsabilidades com modalidades associativas, em 2017 e 2016, é analisada como segue:

(milhares de euros)

2017						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais	7 023	19 260	89 092	229 860	277 822	623 057
Modalidades capitalização	95 746	266 291	910 614	118 449	1 141 575	2 532 676
	102 769	285 551	999 707	348 309	1 419 397	3 155 732

(milhares de euros)

2016						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais	4 478	17 599	128 367	192 848	280 028	623 320
Modalidades capitalização	75 180	356 768	1 140 637	2 791	1 298 867	2 874 243
	79 658	374 367	1 269 004	195 639	1 578 895	3 497 563

Relativamente às modalidades atuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas. Adicionalmente as modalidades de capitalização com prazo indeterminado corresponde a produtos de reforma sem maturidade definida.

36

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o MGAM aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro).
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações teve impacto nas demonstrações financeiras do MGAM.

O MGAM decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (EMITIDA EM 2009 E ALTERADA EM 2010, 2013 E 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, o MGAM optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Não obstante, dada a natureza das atividades do MGAM, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêdito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito dever ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O MGAM não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRS 16 - LOCAÇÕES

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O MGAM não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o MGAM

IFRS 14 – CONTAS DIFERIDAS REGULATÓRIAS

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável ao MGAM.

IFRIC 22 – TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA E CONTRAPRESTAÇÃO DE ADIANTAMENTOS

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O MGAM não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 – INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO FISCAL DE IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adoptada antecipadamente.

O MGAM não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

OUTRAS ALTERAÇÕES

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).
- Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

37 FACTOS RELEVANTES

Em 30 de junho de 2017 foi assinado um memorando de entendimento, entre o MGAM e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), tendo por objetivo estabelecer uma parceria entre as entidades no âmbito do desenvolvimento nacional da economia social, contemplando a possibilidade de uma participação da SCML na CEMG, abrindo caminho para a participação de outras instituições da economia social no capital da CEMG.

Em 22 de setembro de 2017 o MGAM assinou uma parceria estratégica, de longo prazo, com o CEFC China Energy Company Limited que tem por objetivo explorar e elaborar princípios de benefício mútuo e fortalecimento de vantagens competitivas. Neste contexto, em 20 de outubro de 2017, foi assinado um acordo com vista à participação desta entidade no Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., correspondente a 60% do capital desta entidade. Este acordo está sujeito à aprovação (i) das entidades Reguladoras e, (ii) órgãos sociais do MGAM, estando nesta data em apreciação.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Geral – Associação Mutualista** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.947.127 milhares de euros e um total de capital próprio de 774.736 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 587.554 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Montepio Geral – Associação Mutualista** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para a nota 22 do anexo que inclui informação sobre os investimentos em subsidiárias e associadas (participações financeiras), nomeadamente, sobre o registo de imparidades resultante da aplicação da política contabilística referida na nota 1.e).



Os testes efectuados pelo Montepio Geral – Associação Mutualista relativamente à determinação do valor recuperável das suas participações financeiras tiveram por base pressupostos cuja influência da actual conjuntura económico-financeira e condições gerais do mercado são determinantes. Conforme descrito na referida nota, a verificação dos pressupostos utilizados nos respectivos testes e evolução das condições macro económicas e do mercado em geral poderão traduzir-se na alteração desses mesmos pressupostos e, consequentemente, no valor recuperável determinado das suas participações financeiras.

Chamamos igualmente a atenção para as notas 1.a) bases de apresentação e 25 Impostos diferidos e correntes, em que é referido que o Montepio Geral – Associação Mutualista, em virtude da não verificação dos respectivos requisitos deixou de beneficiar da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), passando a estar sujeito à respectiva tributação.

Em resultado desta alteração foram registados, com referência a 31 de Dezembro de 2017, os respectivos activos e passivos por impostos diferidos e cuja recuperabilidade depende da verificação dos pressupostos assumidos nas demonstrações financeiras previsionais aprovadas pelo Conselho de Administração (ver nota 25).

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das respectivas operações, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável das suas participações financeiras e do seu plano de actividades no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; e,
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 13 de Março de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho', written over a horizontal line.

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

2017 RELATÓRIO
& CONTAS

16

**RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
DO MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

Exmos. Senhores Associados,

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), é da responsabilidade do Conselho Fiscal elaborar um Relatório sobre a sua atividade fiscalizadora e emitir um Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, cuja preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1 - ASPECTOS RELEVANTES

No que se refere aos aspectos mais relevantes, o Conselho Fiscal destaca os seguintes:

- a. Até 2017 o MGAM não estava sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, a Autoridade Tributária informou o MGAM que, em virtude da não verificação da totalidade dos requisitos de isenção, este passou a ser sujeito passivo de IRC a partir de 1 de Janeiro de 2017. Esta situação obrigou ao registo dos impostos sobre o rendimento e ao reconhecimento de Ativos e Passivos por impostos diferidos, nos termos da Norma Internacional de Contabilidade 12 - Impostos sobre o Rendimento, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas na União Europeia, aplicáveis a todos setores de atividade;



- b. Estabilização do quadro de pessoal cedido pela CEMG ao MGAM, que passou de 201 colaboradores no final de 2016 para 204 no final de 2017. Destes, 104 estavam afetos ao Projecto Start e 14 ao Centro Corporativo;
- c. Aquisição à empresa espanhola Lusitana Sénior Vida, SL, dos 49,01% de capital que esta detinha na sociedade Residências Montepio – Serviços de Saúde, SA, que passou a ser exclusivamente detida pelo MGAM;
- d. Reforço do capital da CEMG e lançamento de oferta pública de aquisição das Unidades de Participação do Fundo de Participação da CEMG que se encontravam dispersas em Bolsa;
- e. Transformação da CEMG em sociedade anónima e conversão das UP em ações;
- f. Anúncio de ordem permanente para aquisição potestativa das ações da CEMG que não tinham sido transacionadas em Bolsa, tendo a CEMG passado a ser integralmente detida pelo MGAM;
- g. Sobre a questão das imparidades, o Conselho Fiscal gostaria de realçar que, no seu Relatório e Parecer referente às Demonstrações Financeiras de 2016 se referiu a esta situação, focando que os testes de imparidades efetuados às participações financeiras decorrem da atualização dos *cash-flows* futuros previstos nos Planos de Negócio das empresas participadas e têm como pressuposto a utilização de uma taxa de desconto, a qual, apesar de ser o mais objetiva possível, comporta em si alguma subjetividade. A taxa de desconto utilizada em 2017, de 9,88%, é composta por várias componentes, como sejam a taxa de remuneração de uma aplicação sem risco, o prémio de risco do país, o prémio de risco do sector, bem como o prémio de risco específico da entidade em causa. Sem colocar em causa a adequação de todas as premissas utilizadas e a correção matemática dos cálculos subjacentes, importa ter presente que, variações, ainda que mínimas, podem provocar oscilações significativas no valor das imparidades. O simples aumento de 1% na referida taxa de desconto aplicada às projeções futuras e atualizadas para o momento presente, implicaria um reforço de 242 M€ de imparidades da CEMG, mas, por outro lado, a redução de 1% permitiria libertar 314 M€ de imparidades na CEMG.



2 - TRABALHOS REALIZADOS

De forma a cumprir as suas funções legais e estatutárias, o Conselho Fiscal realizou, de entre outros, os seguintes trabalhos:

- a. Procedeu à leitura das atas das sessões do Conselho de Administração realizadas durante 2017;
- b. Analisou as Demonstrações Financeiras e os Indicadores de Gestão mensais referentes ao exercício de 2017, informação preparada pelos Serviços que relata de forma completa, clara e bem articulada, a evolução mensal das contas do MGAM. A documentação contém toda a informação sobre entradas e saídas de Associados, as subscrições e resgates das modalidades atuariais e de capitalização, os fluxos financeiros detalhados por fundos próprios, variações do Ativo, Passivo e Situação líquida, bem como a evolução das rubricas mais importantes. A informação compara também os desempenhos do período e do período homólogo anterior, bem como os valores previamente orçamentados. Esta informação permite analisar a evolução da execução mensal orçamentada com a que foi realizada e avaliar os desvios verificados;
- c. Reuniu com alguns responsáveis de áreas chave do MGAM, de forma a identificar os problemas mais relevantes de cada uma delas;
- d. Reuniu com o Conselho de Administração e teve oportunidade de se inteirar da evolução dos planos de negócio do Grupo;
- e. Analisou e emitiu parecer favorável aos Programas de Ação e Orçamento para 2017 e para 2018, documentos que mereceram a aprovação do Conselho Geral e da Assembleia Geral da Associação Mutualista;
- f. Reuniu com representantes da KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de forma a assegurar que os procedimentos de auditoria exigidos pelos normativos nacionais e pela boa prática internacional foram aplicados em toda a sua extensão. Foram também abordados, na especialidade, os impactos decorrentes dos testes de imparidade realizados aos principais ativos que integram o Balanço do Grupo, especialmente aos que se referem às suas participações financeiras e carteira de imóveis. Obteve também a confirmação de que os trabalhos realizados permitiram concluir que não ficaram por reportar ou ajustar, quaisquer situações que



pudessem originar a emissão de uma opinião com reservas, quer sobre as contas do MGAM, quer sobre as contas das suas participadas. O Conselho Fiscal também verificou que a alteração de regime fiscal em sede de IRC foi devidamente acompanhada e tomada em consideração, por forma a garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras agora apresentadas.

3 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Da análise efetuada ao Relatório e Contas do MGAM, destacam-se os factos mais significativos ocorridos em 2017:

- a. A atividade mutualista teve um desempenho muito distinto ao longo do ano. Após dois meses de grande crescimento, sofreu três meses de desempenho muito negativo. No entanto, a partir de Junho inverteu a tendência e registou um crescimento pouco expressivo, mas consistente;
- b. A diminuição do número de Associados, de 632 477 em 2016, para 625 419 em 2017;
- c. O número de planos mutualistas subscritos pelos Associados sofreu uma redução, de 1 044 124, em 2016, para 1 004 655, em 2017;
- d. O grau de Cobertura das responsabilidades passou de 105,2% para 105,9%;
- e. O volume anual de Receitas Associativas teve um forte crescimento, de 486 milhões de euros (adiante apenas expressos por M€), para 721 M€, mas foi insuficiente para compensar os reembolsos antecipados e os capitais pagos aos Associados, que aumentaram de 608 M€ para 1 094 M€. Consequentemente, a Margem da Atividade Associativa, i.e. o saldo entre as subscrições e os reembolsos, foi negativa em 374 M€;
- f. A supracitada diminuição de responsabilidades teve como consequência direta a libertação de 354 M€ de Provisões técnicas;
- g. O aumento do Ativo Líquido, em cerca de 200 M€, foi essencialmente decorrente do registo de 805 M€ de Ativos por impostos diferidos, apurados em conformidade com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade 12 – Impostos sobre o Rendimento e que correspondem apenas a 75% da totalidade dos Impostos diferidos que poderiam ter sido registados;



- h.** Os testes de imparidade realizados à atividade bancária, que apuraram um valor líquido da participação da CEMG de 1 878 M€, obrigaram a um reforço da imparidade em 148 M€;
- i.** Os testes de imparidade realizados à atividade seguradora obrigaram a um reforço da imparidade em 80 M€;
- j.** O apuramento de 588 M€ de Resultados líquidos do exercício contribuiu decisivamente para que o Capital Próprio passasse de 188 M€ para 775 M€;
- k.** O decréscimo dos Resultados Operacionais, de 15 M€ para 9 M€, deveu-se basicamente à redução dos resultados financeiros obtidos com Juros e Rendimentos similares;
- l.** A contenção dos Gastos Gerais Administrativos, que baixaram para os 25 M€;
- m.** A obtenção de 12 M€ de Rendimentos em propriedades de Investimento;
- n.** O aumento do Resultado líquido do exercício, de 7 M€ para 588 M€, contribuiu para o reforço da autonomia financeira, de 5,1% para 22,2%.

4 - PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Na apreciação das Demonstrações Financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas do MGAM elaborada pelos auditores externos, KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, entidade que acompanhou e auditou as contas individuais, bem como as contas consolidadas do Grupo. O seu parecer expressa a opinião de que as Demonstrações Financeiras individuais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Montepio. O parecer apresenta, também, uma ênfase, que transcrevemos no essencial: "*Chamamos a atenção para a nota 22 do anexo que inclui informação sobre os investimentos em subsidiárias e associadas (participações financeiras), nomeadamente, sobre o registo de imparidades resultante da aplicação da política contabilística referida na nota 1.e). (...) Chamamos igualmente a atenção para as notas 1.a) bases de apresentação e 25 Impostos diferidos e correntes, em que é referido que o Montepio Geral – Associação Mutualista, em virtude da não verificação dos*



respectivos requisitos deixou de beneficiar da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), passando a estar sujeito à respectiva tributação. Em resultado desta alteração foram registados, com referência a 31 de Dezembro de 2017, os respectivos activos e passivos por impostos diferidos e cuja recuperabilidade depende da verificação dos pressupostos assumidos nas demonstrações financeiras previsionais aprovadas pelo Conselho de Administração (ver nota 25)."

5 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM OS SERVIÇOS DO MGAM

O Conselho Fiscal gostaria de realçar o bom relacionamento e toda a colaboração prestada pelos vários Serviços com que se relacionou no decurso das suas tarefas de fiscalização. Aqui fica registado o nosso agradecimento por todo o apoio recebido e que muito contribuiu para que este Conselho Fiscal cumprisse plenamente a sua missão estatutária.

6 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM OS AUDITORES EXTERNOS

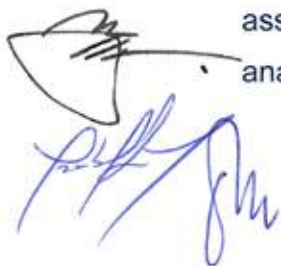
Na apreciação das demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas elaborada pelos auditores externos, KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, entidade que acompanhou e auditou as contas do Grupo.

7 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho Fiscal manteve um constante diálogo com o Conselho de Administração no sentido de obter as informações e outros elementos de análise considerados relevantes ao desenvolvimento do seu trabalho. O Conselho Fiscal contou sempre, em termos que lhe apraz registar, com toda a disponibilidade e colaboração do Conselho de Administração.

8 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM O CONSELHO GERAL

O Conselho Fiscal que, por inerência do cargo, integra o Conselho Geral, esteve presente em todas as reuniões deste Conselho que foram realizadas em 2017. De realçar que o Conselho Geral constitui um fórum privilegiado onde todos os assuntos relevantes para vida do Grupo são apresentados, discutidos e analisados com detalhe.



PARECER

Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do MGAM em 31 de Dezembro de 2017, o Resultado das suas operações, o Rendimento integral, as Alterações na situação líquida e os Fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras do **Montepio Geral Associação Mutualista**, referentes a 31 de Dezembro de 2017, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

- a. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, apresentados pelo Conselho de Administração; e
- b. A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Lisboa, 13 de Março de 2018

O CONSELHO FISCAL

Manuel Rui dos Santos Caseirão – Presidente



Isabel Cidrais Guimarães – Vogal



António Mendes de Almeida – Vogal

17

ANEXOS

17.1 RELATÓRIO ATUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E DAS RENDAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades individuais atuariais do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM), bem como as rendas vitalícias e as rendas temporárias. A informação apresentada reporta a 31 de dezembro de 2017.

As reservas matemáticas das modalidades atuariais e das rendas são calculadas com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Tutela¹. As reservas matemáticas calculadas desta forma, adiante denominadas por Reservas Matemáticas Estatutárias, são as únicas que o MGAM tem obrigatoriedade de constituir.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 508,63 milhões de euros, tendo registado um aumento de 3,10 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2016.

Por iniciativa do MGAM, efetuam-se periodicamente testes à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, os quais consistem no seu recálculo utilizando tábuas de mortalidade e taxas técnicas de juro mais ajustadas à realidade atual.

Estes testes, realizados desde 2005, permitem avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias. Este valor de provisão adicional é adiante denominado por Reservas Matemáticas Atuariais.

Na sequência dos testes à adequação das responsabilidades realizados durante o ano de 2017, o MGAM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 3,20 milhões de euros e libertou 6,56 milhões de euros da provisão adicional constituída. Em 31 de dezembro de 2017, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 114,43 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 3,36 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2016.

O total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu, em 31 de dezembro de 2017, os 623,06 milhões de euros, ou seja, menos 0,26 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2016.

¹ Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

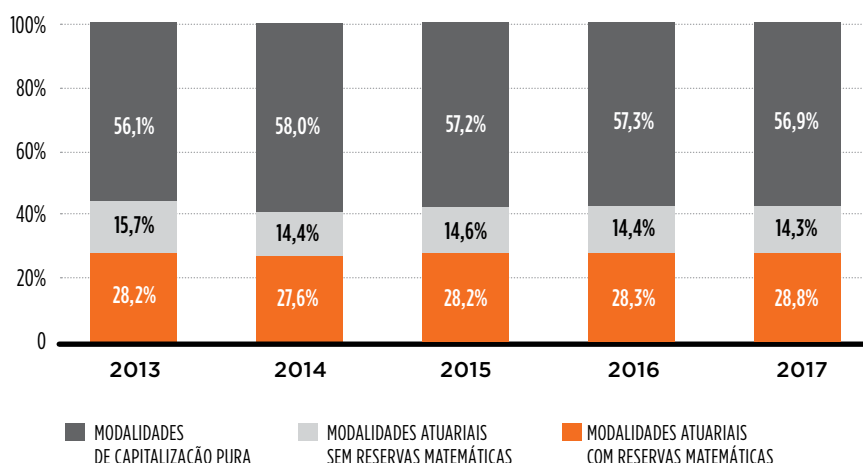
2.1 ANÁLISE GLOBAL

Em 31 de dezembro de 2017, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 1 008 745, o que representa um decréscimo de 3,8% relativamente a 31 de dezembro de 2016. Neste número estão incluídas 4 090 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades atuariais com reservas matemáticas²;
- Modalidades atuariais sem reservas matemáticas³;
- Modalidades de capitalização pura⁴.

/ SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES



Da sua análise constata-se que o peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições manteve, em 2017, a tendência de crescimento verificada desde 2015, representando atualmente 28,8% do total de subscrições (face a 28,3% em 2016).

No que se refere às modalidades atuariais sem reservas matemáticas, o peso das subscrições destas modalidades no total de subscrições registou uma ligeira diminuição, tendo atualmente um peso de 14,3% no total de subscrições (face a 14,4% em 2016).

Também as modalidades de capitalização pura diminuíram o seu peso no total de subscrições, representando atualmente 56,9% do total de subscrições (face a 57,3% em 2016).

² Nesta análise gráfica não estão incluídas as rendas vitalícias e as rendas temporárias, por não serem modalidades associativas.

³ Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual.

⁴ Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

2.2 MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual), o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano situou-se nos 24,10 milhões de euros enquanto os pagamentos efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano atingiram os 7,56 milhões de euros.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS - ANO 2017

(euros)

MODALIDADES	QUOTIZAÇÕES RECEBIDAS PELO MGAM	CAPITAIS PAGOS PELO MGAM	SALDO
Montepio Proteção - Crédito Habitação	23 633 221,24	7 246 438,16	16 386 783,08
Montepio Proteção - Outros Encargos	466 499,88	316 785,00	149 714,88
Montepio Proteção - Crédito Individual	3 715,99	0,00	3 715,99
TOTAL	24 103 437,11	7 563 223,16	16 540 213,95

2.3 MODALIDADES ATUARIAIS COM RESERVAS MATEMÁTICAS

A modalidade atuarial com reservas matemáticas mais subscrita em 2017, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), com, respetivamente, 90,9% e 88,0% do total.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES		CAPITAIS SUBSCRITOS	
Modalidades	%	Modalidades	%
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	90,9	Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	88,0
Montepio Proteção 18-30 - 3%	6,9	Montepio Proteção 18-30 - 3%	7,8
Outras Modalidades	2,2	Outras Modalidades	4,2

Apresenta-se, na tabela seguinte, o número de subscrições, valores subscritos e valores de quotização anual, em 31 de dezembro de 2017, destacando-se a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), com 188 705 subscrições e 61,78 milhões de euros de quotização anual.

SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES

(euros)

	N.º SUBSCRIÇÕES	SUBSCRIÇÃO		QUOTIZAÇÃO ANUAL	
		Total	Média	Total	Média
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA					
Montepio Proteção Vida - 3%	1 176	9 069 484,51	7 712,15	542 239,14	461,09
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 261	1 051 309,70	833,71	1 270 801,87	1 007,77
Restituição de Quotas - 3%	1 131	6 741 827,13	5 960,94	179 856,89	159,02
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	188 705	494 828 207,38	2 622,23	61 779 864,07	327,39
Montepio Proteção 18-30 - 3%	15 805	57 592 237,29	3 643,93	4 956 483,72	313,60
Montepio Proteção Invalidez - 3%	82	186 215,81	2 270,92	1 029,89	12,56
Subtotal	208 160	569 469 281,82	2 735,73	68 730 275,58	330,18
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS ^(a)					
Capitais de Previdência - 4%	5 787	18 522 294,38	3 200,67	504 676,29	87,21
Subsídio por Morte - 4%	1 174	1 190 163,81	1 013,77	24 272,09	20,67
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	64 209	213 984 924,94	3 332,63	12 836 500,87	199,92
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	55	942 530,42	17 136,92	23 039,42	418,90
Capitais para Jovens - 4%	3 524	19 030 162,83	5 400,16	970 962,85	275,53
Pensões para Deficientes - 4%	21	68 576,48	3 265,55	23 249,03	1 107,10
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	43	202 918,51	4 719,04	1 200,99	27,93
Rendas de Sobrevivência - 4%	30	74 197,81	2 473,26	29 005,38	966,85
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	12	38 160,47	3 180,04	3 002,16	250,18
Capitais para Estudos - 4%	461	268 419,34	582,25	193 746,06	420,27
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 546	25 708,14	16,63	5 956,05	3,85
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5 861,88	1 465,47	111,32	27,83
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subtotal	76 870	254 354 014,79	3 308,89	14 615 757,91	190,14
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS ^(b)					
Pensões de Reforma - 6%	531	805 976,77	1 517,85	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4%	870	688 481,02	791,36	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	1 012	576 266,65	569,43	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 6%	607	4 820 456,08	7 941,44	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 4%	2 117	12 133 762,45	5 731,58	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 6%	40	265 427,49	6 635,69	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 4%	51	61 958,17	1 214,87	0,00	0,00
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	91,48	0,00	0,00
Subtotal	5 285	19 357 542,95	3 662,73	0,00	0,00
TOTAL	290 315	843 180 839,56	2 904,37	83 346 033,49	287,09

(a) Nas modalidades de subscrição fechada com entregas, não é possível realizar novas subscrições, sendo, no entanto, possível aos subscritores existentes procederem às entregas de capitais previstas aquando da data da subscrição.

(b) Nas modalidades de subscrição fechada sem entregas, não é possível realizar novas subscrições nem proceder a novas entregas no âmbito dessas subscrições.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam 8 036 pensões em pagamento⁵, a que corresponde um encargo médio anual de 1 442,12 euros por pensão. O encargo anual com pensões em pagamento atinge os 7 299 859,57 euros referentes a pensões subscritas, aos quais acrescem 4 289 008,28 euros correspondentes a subvenções e melhorias, totalizando 11 588 867,85 euros.

PENSÕES EM PAGAMENTO

(euros)

MODALIDADES	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL ^(a)		ENCARGO MÉDIO POR PENSÃO	RELAÇÃO ENTRE SUBV. + MELH. E PENSÕES SUBSCRITAS
		PENSÕES	SUBVENÇÕES E MELHORIAS ^(b)		
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2,04	163,80	0,01
Capitais de Previdência - 4%	1 554	245 902,80	612 268,20	552,23	2,49
Montepio Pensões de Reforma - 3%	5	1 626,12	28,08	330,84	0,02
Pensões de Reforma - 6%	2 160	4 065 409,92	2 379 787,44	2 983,89	0,59
Pensões de Reforma - 4%	1 059	1 269 885,84	94 775,16	1 288,63	0,07
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	437	433 277,28	432,72	992,47	0,00
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2	9 539,52	326,88	4 933,20	0,03
Capitais para Jovens - 4%	76	149 937,72	17 964,12	2 209,23	0,12
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	1 469,52	1 309,08	0,39
Rendas de Sobrevivência - 4%	4	10 601,40	736,32	2 834,43	0,07
Capitais para Estudos - 4%(c)	465	290 620,85	23 425,36	675,37	0,08
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	79,20	233,04	0,51
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	147	318 344,88	34 246,08	2 398,58	0,11
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	187	457 704,72	12 811,56	2 516,13	0,03
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	5 823,84	78,84	983,78	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 894	30 365,04	1 105 087,44	599,50	36,39
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	30	545,64	5 489,32	201,17	10,06
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	6 191,60	0,00	1 547,90	0,00
TOTAL	8 036	7 299 859,57	4 289 008,28	1 442,12	0,59

(a) O Encargo anual corresponde ao somatório das Pensões e das Subvenções e Melhorias atribuídas.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

(c) O valor da pensão de Capitais para Estudos (4%) refere-se a uma semestralidade.

2.4 RENDAS VITALÍCIAS

Em 31 de dezembro de 2017, existiam 680 rendas vitalícias e 420 rendistas. Estes valores incluem 8 rendas vitalícias diferidas, e respetivos rendistas, cujo pagamento ainda não se iniciou. Incluem também 2 rendas vitalícias imediatas sobre uma vida constituídas no mês de dezembro, e respetivos rendistas, cujo pagamento tem início em janeiro de 2018.

O valor anual de pagamentos no âmbito das rendas vitalícias atingiu os 2 062 921,30 euros, correspondendo a uma renda anual média de 3 033,71 euros.

⁵ Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

Durante o ano de 2017, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 825 652,88 euros.

(euros)

RENDAS VITALÍCIAS	NÚMERO		VALOR ANUAL	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias - 6%	68	31	117 435,60	1 726,99
Rendas Vitalícias - 4%	347	194	1 318 226,03	3 798,92
Rendas Vitalícias - 3%	265	195	627 259,67	2 367,02
TOTAL	680	420	2 062 921,30	3 033,71

2.5 RENDAS TEMPORÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2017, existiam 22 rendas temporárias e 26 rendistas. Durante o ano de 2017, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas temporárias foi de 239 092,51 euros, tendo sido realizados pagamentos no montante de 84 390,60 euros a que corresponde um valor médio anual de 3 835,94 euros.

(euros)

RENDAS TEMPORÁRIAS	NÚMERO		VALOR ANUAL	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Temporárias - 3%	22	26	84 390,60	3 835,94
TOTAL	22	26	84 390,60	3 835,94

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias do MGAM são calculadas mensalmente com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Tutela.

Por questões prudenciais, são efetuados periodicamente testes à adequação das responsabilidades das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias. Estes testes, realizados desde 2005, permitem avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Do ponto de vista metodológico, o teste de adequação das responsabilidades é efetuado, para cada modalidade e tipo de renda, da seguinte forma:

- Calculam-se as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Tutela (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos atuariais mais ajustados à realidade atual, em termos de esperança de vida e de taxa técnica de juro a utilizar no desconto das responsabilidades;
- Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas na alínea anterior for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas (caso existam):
 - se o valor da insuficiência for inferior ao valor da Reserva Matemática Atuarial constituída, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - se o valor da insuficiência for superior ao valor da Reserva Matemática Atuarial constituída, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.

d) Caso a modalidade ou renda não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Assim, e resumidamente, desde 2005 que o MGAM reflete no seu Balanço dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Tutela;
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem ao reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante dos testes à adequação das responsabilidades realizados.

3.1 RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 508 625 661,52 euros, tendo aumentado 3 099 431,47 euros (+0,6%) em relação ao ano anterior.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

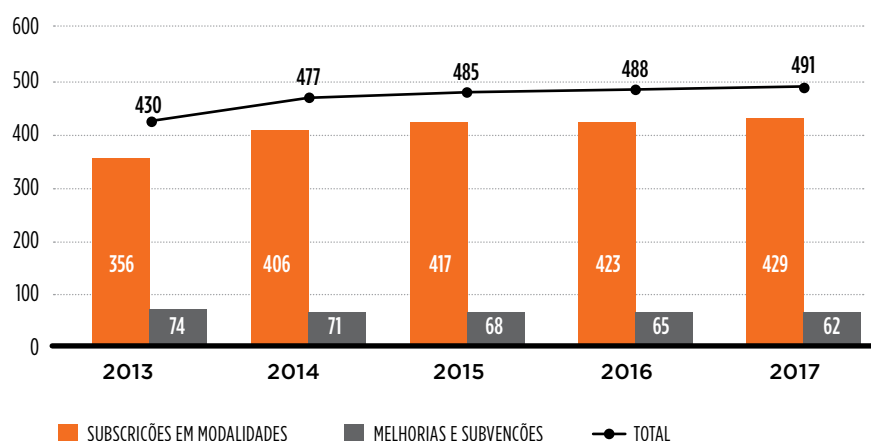
(euros)

	SUBSCRIÇÕES	MELHORIAS E SUBVENÇÕES	SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR
Benefícios em formação	368 485 134,12	33 424 887,81	
Modalidades de subscrição aberta	253 315 103,01	889 768,44	
Modalidades de subscrição fechada com entregas	90 397 584,55	29 230 363,09	
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	24 772 446,56	3 304 756,28	
Benefícios em curso	60 556 769,84	28 429 124,89	9 625,33
Rendas Vitalícias	16 870 220,98		
Rendas Temporárias	849 898,55		
TOTAL	446 762 023,49	61 854 012,70	9 625,33

O gráfico seguinte ilustra a evolução das Reservas Matemáticas Estatutárias nos últimos cinco anos. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS - EVOLUÇÃO ANUAL

(milhões de euros)



Refira-se que nos últimos cinco anos, o total das Reservas Matemáticas Estatutárias registou um crescimento de 14,2%, tendo, no entanto, a componente referente às Melhorias e Subvenções registado, novamente, uma ligeira descida, mantendo a tendência observada nos últimos anos.

Apresenta-se, nas tabelas seguintes, as Reservas Matemáticas Estatutárias, das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2017, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2016.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES – BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO (euros)

	N.º SUBSCRIÇÕES	CAPITAIS E PENSÕES ANUAIS SUBSCRITOS	RESERVAS MATEMÁTICAS
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA			
Montepio Proteção Vida - 3%	1 176	9 069 484,51	1 364 774,97
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 261	1 051 309,70	8 126 813,81
Restituição de Quotas - 3%	1 131	6 741 827,13	876 971,48
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	188 705	494 828 207,38	212 431 598,00
Montepio Proteção 18-30 - 3%	15 805	57 592 237,29	30 510 651,23
Montepio Proteção Invalidez - 3%	82	186 215,81	4 293,52
Subtotal	208 160	569 469 281,82	253 315 103,01
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS			
Capitais de Previdência - 4%	5 787	18 522 294,38	11 240 336,51
Subsídio por Morte - 4%	1 174	1 190 163,81	908 169,42
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	64 209	213 984 924,94	56 726 465,40
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	55	942 530,42	812 087,28
Capitais para Jovens - 4%	3 524	19 030 162,83	16 278 306,23
Pensões para Deficientes - 4%	21	68 576,48	547 581,68
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	43	202 918,51	7 663,17
Rendas de Sobrevivência - 4%	30	74 197,81	715 772,43
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	12	38 160,47	16 968,97
Capitais para Estudos - 4%	461	268 419,34	2 843 643,68
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 546	25 708,14	296 557,68
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5 861,88	3 395,66
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	636,44
Subtotal	76 870	254 354 014,79	90 397 584,55
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS			
Pensões de Reforma - 6%	531	805 976,77	8 108 656,76
Pensões de Reforma - 4%	870	688 481,02	7 605 320,32
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	1 012	576 266,65	7 885 913,54
Restituição de Quotas - 6%	607	4 820 456,08	224 964,55
Restituição de Quotas - 4%	2 117	12 133 762,45	916 950,55
Adicional de Invalidez - 6%	40	265 427,49	17 758,77
Adicional de Invalidez - 4%	51	61 958,17	7 800,00
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	5 082,07
Subtotal	5 285	19 357 542,95	24 772 446,56
TOTAL	290 315	843 180 839,56	368 485 134,12

**RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS SUBSCRIÇÕES
EM MODALIDADES - BENEFÍCIOS EM CURSO**

(euros)

	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
MODALIDADES			
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2 609,95
Capitais de Previdência - 4%	1 554	245 902,80	1 489 669,02
Montepio Pensões de Reforma - 3%	5	1 626,12	25 355,11
Pensões de Reforma - 6%	2 160	4 065 409,92	32 586 989,67
Pensões de Reforma - 4%	1 059	1 269 885,84	11 724 670,62
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	437	433 277,28	5 583 273,38
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2	9 539,52	38 265,96
Capitais para Jovens - 4%	76	149 937,72	280 437,05
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	56 923,75
Rendas de Sobrevivência - 4%	4	10 601,40	165 254,31
Capitais para Estudos - 4%	465	290 620,85	1 627 829,38
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	611,92
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	147	318 344,88	2 029 138,73
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	187	457 704,72	4 575 042,01
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	5 823,84	68 560,34
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 894	30 365,04	188 414,14
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	30	545,64	3 009,97
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	6 191,60	110 714,53
TOTAL	8 036	7 299 859,57	60 556 769,84

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM RENDAS

(euros)

	N.º RENDAS	VALOR ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
RENDAS VITALÍCIAS			
Rendas Vitalícias - 6%	68	117 435,60	437 336,01
Rendas Vitalícias - 4%	347	1 318 226,03	7 397 478,83
Rendas Vitalícias - 3%	265	627 259,67	9 035 406,14
Subtotal	680	2 062 921,30	16 870 220,98
RENDAS TEMPORÁRIAS			
Rendas Temporárias - 3%	22	84 390,60	849 898,55
SUBTOTAL	22	84 390,60	849 898,55
TOTAL	702	2 147 311,90	17 720 119,53

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS
E SUBVENÇÕES - BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO

(euros)

	N.º SUBSCRIÇÕES	MELHORIAS E SUBVENÇÕES	RESERVAS MATEMÁTICAS
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA			
Montepio Proteção Vida - 3%	669	18 349,10	10 039,71
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 066	4 111,32	53 849,69
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	101 301	1 207 744,67	609 021,12
Montepio Proteção 18-30 - 3%	10 285	256 979,65	216 801,67
Montepio Proteção Invalidez - 3%	75	896,38	56,25
Subtotal	113 396	1 488 081,12	889 768,44
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS			
Capitais de Previdência - 4%	5 787	27 507 503,16	18 278 310,52
Subsídio por Morte - 4%	1 171	821 485,96	627 571,09
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	49 854	2 327 508,91	703 859,29
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	55	31 332,21	26 763,07
Capitais para Jovens - 4%	3 523	443 458,24	407 529,35
Pensões para Deficientes - 4%	21	12 370,82	102 606,15
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	43	14 857,47	1 922,84
Rendas de Sobrevivência - 4%	30	5 483,91	57 848,09
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	12	519,22	295,78
Capitais para Estudos - 4%	461	5 196,41	52 035,11
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 546	725 074,02	8 953 039,81
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	17 707,85	11 870,80
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	934,89	6 711,19
Subtotal	62 511	31 913 433,07	29 230 363,09
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS			
Pensões de Reforma - 6%	531	400 851,66	2 957 120,31
Pensões de Reforma - 4%	870	37 500,74	327 772,28
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	74	174,95	1 978,94
Adicional de Invalidez - 6%	40	88 385,49	5 290,08
Adicional de Invalidez - 4%	49	1 303,71	132,70
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	12 786,32	12 461,97
Subtotal	1 621	541 002,87	3 304 756,28
TOTAL	177 528	33 942 517,06	33 424 887,81

**RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS
DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES - BENEFÍCIOS EM CURSO**

(euros)

	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
MODALIDADES			
Montepio Proteção Vida - 3%	1	2,04	32,91
Capitais de Previdência - 4%	1 554	611 870,52	3 388 234,05
Montepio Pensões de Reforma - 3%	5	28,08	430,91
Pensões de Reforma - 6%	2 160	2 379 787,44	17 169 020,85
Pensões de Reforma - 4%	1 059	94 775,16	831 168,69
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	56	432,72	6 671,92
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2	326,88	1 204,76
Capitais para Jovens - 4%	76	17 964,12	29 926,49
Pensões para Deficientes - 4%	4	1 469,52	21 868,46
Rendas de Sobrevivência - 4%	4	736,32	11 351,12
Capitais para Estudos - 4%	465	23 425,36	103 903,16
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	79,20	315,03
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	126	34 246,08	189 471,16
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	187	12 811,56	149 242,18
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	78,84	903,87
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 894	1 103 493,84	6 495 261,22
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	30	5 489,32	30 188,11
TOTAL	7 630	4 287 017,00	28 429 124,89

**RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS
DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR**

(euros)

	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
MODALIDADES			
Capitais de Previdência - 4%	25	397,68	3 265,93
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	167	1 593,60	6 359,40
TOTAL	192	1 991,28	9 625,33

Em 31 de dezembro de 2017, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições era de 446 762 023,49 euros, tendo-se registado um aumento de 5 999 109,29 euros (+1,4%) relativamente ao ano anterior.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO ANUAL
Benefícios em formação	368 485 134,12	362 998 109,69	5 487 024,43
Benefícios em curso ^(a)	60 556 769,84	59 594 091,14	962 678,70
Rendas Vitalícias	16 870 220,98	17 499 193,99	- 628 973,01
Rendas Temporárias	849 898,55	671 519,38	178 379,17
TOTAL	446 762 023,49	440 762 914,20	5 999 109,29

(a) Inclui as rendas certas de Santo António e as pensões provenientes de inscrições em modalidades coletivas.

Por outro lado, as Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 898 937,33 euros (-4,5%) relativamente ao ano anterior, situando-se em 31 de dezembro de 2017 nos 61 854 012,70 euros.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO ANUAL
Benefícios em formação	33 424 887,81	35 647 052,63	-2 222 164,82
Benefícios em curso	28 429 124,89	29 105 897,40	- 676 772,51
TOTAL	61 854 012,70	64 752 950,03	-2 898 937,33

As Reservas Matemáticas Estatutárias dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2017, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO ANUAL
Benefícios em curso	9 625,33	10 365,82	- 740,49
TOTAL	9 625,33	10 365,82	- 740,49

3.2 RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS

Na sequência dos testes à adequação das responsabilidades realizados durante o ano de 2017, o MGAM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 3 198 293,34 euros e libertou 6 561 814,11 euros. Em 31 de dezembro de 2017, o valor acumulado da provisão adicional (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 114 430 866,08 euros, tendo diminuído 3 363 520,77 euros (-2,9%) em relação ao ano anterior.

Apresenta-se, na tabela seguinte, as Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2017, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2016.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS

(euros)

	RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS		VARIAÇÃO ANUAL	
	31/12/2017	31/12/2016	Libertação	Reforço
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA				
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	9 767 923,10	10 924 316,32	-1 156 393,22	
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2 069 841,68	2 606 206,63	- 536 364,95	
Restituição de Quotas - 3%	13 862,84	31 739,71	- 17 876,87	
Montepio Proteção Invalidez - 3%	371,83	385,03	- 13,20	
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	316 896,02	357 752,97	- 40 856,95	
Pensões de Poupança Reforma - 3%	4 591,82	5 038,51	- 446,69	
Rendas Certas de Santo António - 3%	0,00	2,71	- 2,71	
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	7 496,42	5 480,27		2 016,15
Subtotal	12 180 983,71	13 930 922,15	-1 751 954,59	2 016,15
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS				
Capitais de Previdência - 4%	448 042,52	0,00		448 042,52
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	4 238 374,39	5 582 653,81	-1 344 279,42	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	102 892,94	144 806,73	- 41 913,79	
Capitais para Jovens - 4%	1 580 133,85	2 125 780,62	- 545 646,77	
Pensões para Deficientes - 4%	403 920,18	272 006,32		131 913,86
Rendas de Sobrevivência - 4%	202 138,05	60 709,72		141 428,33
Capitais para Estudos - 4%	511 055,67	629 665,38	- 118 609,71	
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	7 063 255,12	8 028 230,37	- 964 975,25	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	45 389,05	50 071,08	- 4 682,03	
Subtotal	14 595 201,77	16 893 924,03	-3 020 106,97	721 384,71
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS				
Pensões de Reforma - 6%	61 576 086,48	60 122 782,47		1 453 304,01
Pensões de Reforma - 4%	11 497 150,59	10 622 594,82		874 555,77
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	2 572 336,74	2 436 014,92		136 321,82
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1 419,05	15 695,64	- 14 276,59	
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 373 332,25	2 622 494,88	- 249 162,63	
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	166,50	203,25	- 36,75	
Subtotal	78 020 491,61	75 819 785,98	- 263 475,97	2 464 181,60
RENDAS				
Rendas Vitalícias - 6%	648 079,72	715 811,78	- 67 732,06	
Rendas Vitalícias - 4%	8 387 302,53	9 674 987,99	-1 287 685,46	
Rendas Vitalícias - 3%	532 851,88	703 710,94	- 170 859,06	
Rendas Temporárias - 3%	65 954,86	55 243,98		10 710,88
Subtotal	9 634 188,99	11 149 754,69	-1 526 276,58	10 710,88
TOTAL	114 430 866,08	117 794 386,85	-6 561 814,11	3 198 293,34

3.3 TOTAL DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

No final de 2017, o total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 623 056 527,60 euros, menos 264 089,30 euros do que em 2016.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA	RESERVAS MATEMÁTICAS		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Montepio Proteção Vida - 3%	1 377 457,54		1 377 457,54
Montepio Pensões de Reforma - 3%	8 206 449,52		8 206 449,52
Restituição de Quotas - 3%	876 971,48	13 862,84	890 834,32
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	213 040 619,12	9 767 923,10	222 808 542,22
Montepio Proteção 18-30 - 3%	30 766 923,62	2 069 841,68	32 836 765,30
Montepio Proteção Invalidez - 3%	4 349,77	371,83	4 721,60
Pensões de Capitais de Reforma - 3% ^(a)	4 724 284,19	316 896,02	5 041 180,21
Pensões de Poupança de Reforma - 3% ^(a)	69 464,21	4 591,82	74 056,03
Pensões de Modalidades Coletivas - 3% ^(b)	110 714,53	7 496,42	118 210,95
TOTAL	259 177 233,98	12 180 983,71	271 358 217,69

(a) De notar que as Pensões de Capitais de Reforma e as Pensões de Poupança Reforma não se tratam propriamente de modalidades, mas sim de rendas vitalícias imediatas sobre uma vida, adquiridas por reembolso das modalidades Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma (modalidades de capitalização). Desde novembro de 2013, com a entrada em vigor do atual Regulamento de Benefícios, as rendas adquiridas por reembolso das modalidades de capitalização são geridas na carteira de Rendas.

(b) Também as Pensões de Modalidades Coletivas não são propriamente modalidades, mas sim pensões vitalícias sobre uma vida provenientes de inscrições em Modalidades Coletivas.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2017 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS

(euros)

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS	RESERVAS MATEMÁTICAS		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência - 4%	34 399 816,03	448 042,52	34 847 858,55
Subsídio por Morte - 4%	1 535 740,51		1 535 740,51
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	57 430 324,69	4 238 374,39	61 668 699,08
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	838 850,35	102 892,94	941 743,29
Capitais para Jovens - 4%	16 996 199,12	1 580 133,85	18 576 332,97
Pensões para Deficientes - 4%	728 980,04	403 920,18	1 132 900,22
Capitais Temporários de Invalidez - 4%	9 586,01		9 586,01
Rendas de Sobrevivência - 4%	950 225,95	202 138,05	1 152 364,00
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	17 264,75		17 264,75
Capitais para Estudos - 4%	4 627 411,33	511 055,67	5 138 467,00
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	15 939 632,25	7 063 255,12	23 002 887,37
Capitais de Previdência Favor Pessoas Certas - 4%	15 266,46		15 266,46
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas - 4%	40 475,71	45 389,05	85 864,76
TOTAL	133 529 773,20	14 595 201,77	148 124 974,97

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2017 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS

(euros)

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA
SEM ENTREGAS

RESERVAS MATEMÁTICAS

	Estatutárias	Atuariais	Totais
Pensões de Reforma - 6%	60 821 787,59	61 576 086,48	122 397 874,07
Pensões de Reforma - 4%	20 488 931,91	11 497 150,59	31 986 082,50
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	13 477 837,78	2 572 336,74	16 050 174,52
Restituição de Quotas - 6%	224 964,55		224 964,55
Restituição de Quotas - 4%	916 950,55		916 950,55
Adicional de Invalidez - 6%	23 048,85		23 048,85
Adicional de Invalidez - 4%	7 932,70		7 932,70
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	926,95	1 419,05	2 346,00
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 218 609,89	2 373 332,25	4 591 942,14
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	17 544,04	166,50	17 710,54
TOTAL	98 198 534,81	78 020 491,61	176 219 026,42

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2017 - RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

RENDAS VITALÍCIAS

RESERVAS MATEMÁTICAS

	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias - 6%	437 336,01	648 079,72	1 085 415,73
Rendas Vitalícias - 4%	7 397 478,83	8 387 302,53	15 784 781,36
Rendas Vitalícias - 3%	9 035 406,14	532 851,88	9 568 258,02
TOTAL	16 870 220,98	9 568 234,13	26 438 455,11

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2017 - RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

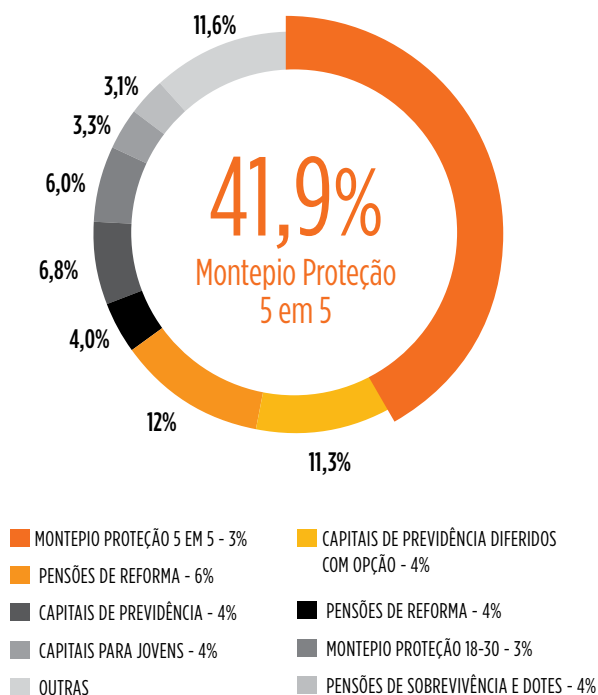
RENDAS TEMPORÁRIAS

RESERVAS MATEMÁTICAS

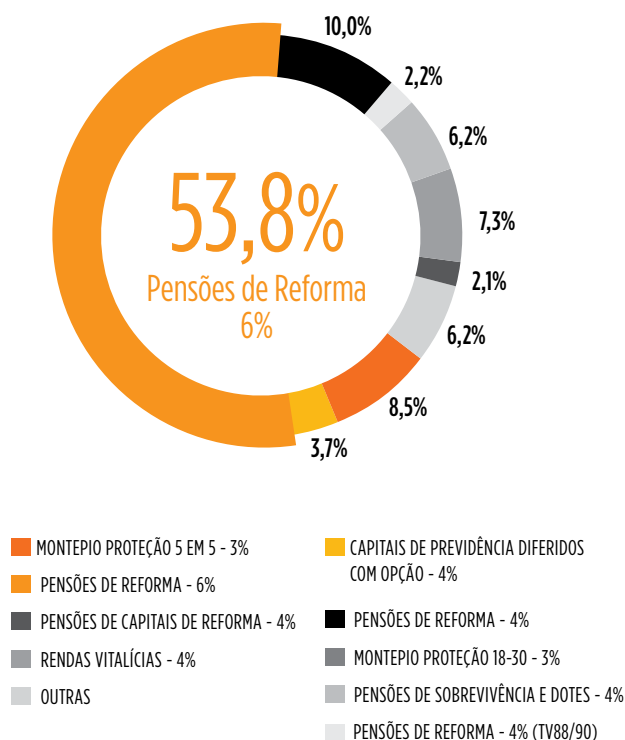
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias - 3%	849 898,55	65 954,86	915 853,41
TOTAL	849 898,55	65 954,86	915 853,41

Os gráficos seguintes ilustram a distribuição percentual das Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) à data de 31 de dezembro de 2017.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Pensões de Reforma (6%), cuja provisão adicional constituída representa 53,8% no total das Reservas Matemáticas Atuariais.

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ATUARIAL DO MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas pela Área de Atuariado do Gabinete Financeiro, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais mais ajustados à realidade atual, tendo-se procedido, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional de reservas matemáticas.

Assim, e tendo em consideração a informação disponível nesta data, considera-se que o montante total das Reservas Matemáticas constituídas é suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas com os subscritores e beneficiários das modalidades e rendas do MGAM, pelo que o MGAM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial numa perspetiva de cálculo das responsabilidades.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2018

A Atuária,
Teresa Sofia de Sousa Fernandes
Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

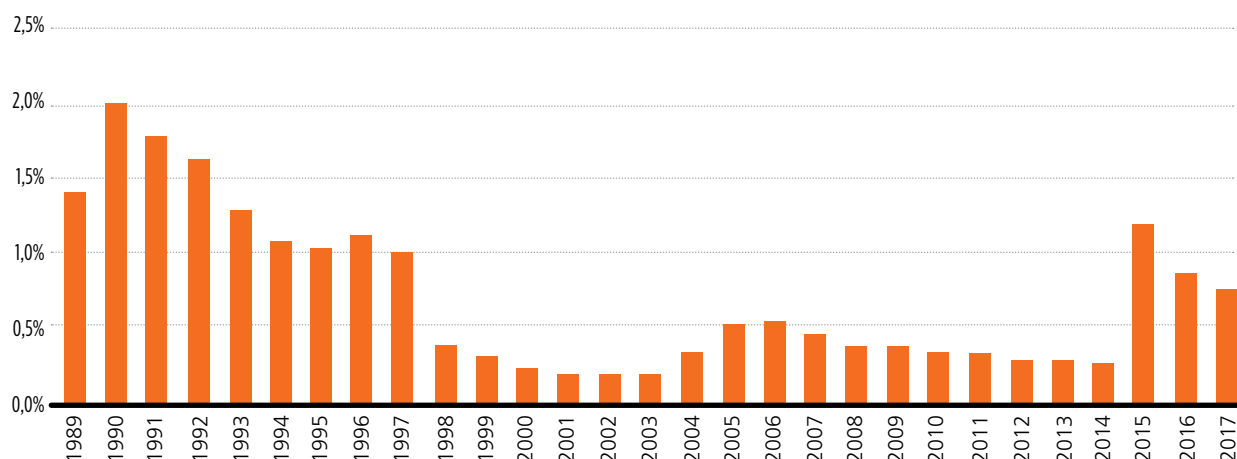
17.2 IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS

No ano de 2017, a Associação Mutualista (MGAM) suportou um total de custos administrativos (gastos gerais administrativos e custos com o pessoal) de 29,439 M€, ou seja, um montante inferior ao que tinha sido apurado no ano anterior (32,793 M€). No final do ano, aquele valor representava cerca de 0,75% do volume total do ativo líquido, uma percentagem abaixo do valor apurado em 2016 (0,88%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS NO TOTAL DO ATIVO

(GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS E CUSTOS COM O PESSOAL)

Peso dos Custos no total do Ativo (%)



Nota 1: A partir do ano de 2010, inclusive, o valor do Ativo encontra-se reexpresso.

Nota 2: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de englobar os "Outros Encargos Operacionais".

A estrutura de Custos Administrativos, em 2017, subdivide-se da seguinte forma:

- Gastos Gerais Administrativos (GGA) – 24,815 M€ (28,343 M€ em 2016);
- Custos com Pessoal (CP) – 4,624 M€ (4,450 M€ em 2016)

(a partir do ano de 2012 e na sequência da reclassificação contabilística que foi efetuada, os "encargos com cedência de pessoal" passaram a ser registados na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos no final de 2017, estes encargos atingiram: 9,392 milhões de euros e, em 2016, 7,222 M€).

Tendo em consideração a natureza e a especificidade de alguns destes custos, eles são reconhecidos como custos próprios das modalidades, rendas e fundos e, por conseguinte, registados nas respetivas contas de exploração (em 2017, foram considerados 8,867 M€ de custos próprios e, em 2016, cerca de 6,777 M€). Por outro lado, existe, também, um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns a todas as modalidades, rendas e fundos (20,572 milhões de euros em 2017 e 26,016 M€ em 2016) e, por conseguinte, são suportados pelo Fundo de Administração.

Por questões de gestão financeira, todos estes custos continuam a ser imputados às modalidades, rendas e fundos com base nos seguintes critérios de referência:

- Custos Gerais - 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho - calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho, as modalidades e rendas são agrupadas nas seguintes categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar (ex-Capitais de Reforma); Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção das Modalidade de Proteção Encargos (Crédito à Habitação, Crédito Individual e Outros Encargos).

Os Custos Gerais e os Custos com o Trabalho apresentaram, no último triénio, o seguinte comportamento:

TABELA 1 – COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

ANO	PONDERADOR ⁽¹⁾	FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO + RESERVA ESTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS (€)			CUSTOS GERAIS (€)			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Total
2015	0,10%	1 591 000 000	1 471 000 000	681 000 000	1 591 000	1 471 000	681 000	3 743 000
2016	0,10%	1 578 000 000	1 302 000 000	650 000 000	1 578 000	1 302 000	650 000	3 530 000
2017	0,10%	1 394 000 000	1 178 000 000	651 000 000	1 394 000	1 178 000	651 000	3 223 000

⁽¹⁾ Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento.

TABELA 2 – COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

ANO	CUSTO TRABALHO (€)	CONSUMO TRABALHO (% DO TOTAL)				CUSTO TRABALHO (€)			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos
2015	24 041 000	53,08%	36,93%	7,19%	2,81%	12 760 500	8 878 000	1 727 500	675 000
2016	21 876 000	43,80%	47,20%	7,57%	1,43%	9 582 000	10 325 000	1 657 000	312 000
2017	17 155 000	42,88%	48,11%	7,54%	1,47%	7 356 000	8 254 000	1 293 000	252 000

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades está relacionada com a gestão operacional dos processos que envolvem as modalidades e rendas e é, normalmente, estimada com base na informação recolhida junto dos serviços que estão diretamente envolvidos neste tipo de tarefa, pelo que os valores devem ser encarados como uma aproximação à realidade.

De referir, também, que: (i) em 2015, o elevado volume de reembolsos verificado na generalidade das modalidades materializou-se num aumento significativo da carga operacional com processos administrativos, em particular, nas modalidades de capitalização; (ii) em 2016, a redução do montante de reembolsos livres de capital, na generalidade das modalidades de capitalização, traduziu-se numa redução processual, sobretudo, evidente na modalidade de Montepio Capital Certo; (iii) em 2017, não obstante o acréscimo processual inerente ao maior volume de reembolsos verificado em quase todas as modalidades, verificou-se uma menor imputação de custos administrativos comuns pelas várias modalidades, rendas e fundos, sobretudo, porque o montante total de custos administrativos suportado pelo MGAM foi, também, menor.

No último triénio, a contribuição de cada classe de modalidades, rendas e fundos, para o montante total de Custos Administrativos comuns, foi a seguinte:

TABELA 3 - CONTRIBUIÇÃO DE CADA MODALIDADE PARA O TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (CUSTOS GERAIS E CUSTOS DO TRABALHO)

(euros)

ANO	MCC - MONTEPIO CAPITAL CERTO	CAPITALIZAÇÃO (EXCETO MCC)	PREVIDÊNCIA	PROTEÇÃO ENCARGOS	TOTAL
2015	14 351 500	10 349 000	2 408 500	675 000	27 784 000
2016	11 160 000	11 627 000	2 307 000	312 000	25 406 000
2017	8 750 000	9 432 000	1 944 000	252 000	20 378 000

A partir do ano de 2008, com o início do processo de segregação patrimonial das modalidades, rendas e fundos, a cobertura dos custos administrativos comuns passou a ser assegurada, em linha com as Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios, através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual do Fundo Permanente de cada modalidade e renda).

Nos últimos anos, a percentagem de contribuição para o fundo de administração foi a seguinte:

TABELA 4 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO VALOR MÉDIO ANUAL DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

ANO	MCC - MONTEPIO CAPITAL CERTO	CAPITALIZAÇÃO (EXCETO MCC)	PREVIDÊNCIA	PROTEÇÃO ENCARGOS
2015	0,825%	0,700%	0,350%	1,000%
2016	0,750%	0,887%	0,350%	1,000%
2017	0,661%	0,800%	0,300%	1,000%

i) Dada a natureza e a particularidade das modalidades Montepio Proteção Encargos (por exemplo, não distribuírem melhorias de benefícios e não terem responsabilidades futuras), considera-se ajustado continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

17.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	PENSÃO DE REFORMA + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS 4%	PENSÃO DE REFORMA TV 88/90 + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS 4%	PENSÃO DE REFORMA + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS 6%	MONTEPIO PENSÃO DE REFORMA + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS 3%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS				1 451
Jóias				
Quotizações				1 451
Capitais Recebidos				
Rendas Vitalícias				
Outros Proveitos Inerentes a Associados				
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>				
Rendas Temporárias				
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	1 505	598	6 716	267
Prestações a Associados nas Modalidades	1 240	409	3 977	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				
Melhorias de Benefícios	93		2 339	
Rendas Vitalícias				
Outros Custos Inerentes Associados	172	189	400	267
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração(*)</i>	96	49	366	25
Rendas Temporárias				
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(1 505)	(598)	(6 716)	1 184
Redução Provisões Matemáticas	1 937	1 287	4 747	393
Aumento de Provisões Matemáticas	2 487	1 312	4 715	1 740
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	(550)	(25)	32	(1 347)
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	5		20	
Outros Rendimentos e Ganhos	102	143	1 259	48
Outros Gastos e Perdas	12	17	153	6
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	90	126	1 106	42
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	111	80	931	27
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	2		27	1
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	7	2	135	
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	31	11	(95)	14
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS				
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES	34	7		
11. CUSTOS COM O PESSOAL		1	6	
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	4	5	42	2
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	3	5	41	2
RESULTADO OPERACIONAL	(1 854)	(422)	(4 703)	(85)
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQ. DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	1 961	927	6 497	337
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(3 815)	(1 349)	(11 200)	(422)
15. IMPOSTO CORRENTE				
16. IMPOSTO DIFERIDO				
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(3 815)	(1 349)	(11 200)	(422)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	P. R. – ADICIONAL DE INVALIDEZ 4%	P. R. – ADICIONAL DE INVALIDEZ – TV 88/90 4%	P. R. – ADICIONAL DE INVALIDEZ 6%	PENSÃO P/ DEFICIENTES 4%	PENSÃO SOBREVIVÊNCIA E DOTES 4%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS				23	6
Joias					
Quotizações				23	6
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS			1	8	1 229
Prestações a Associados nas Modalidades				4	35
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades					
Melhorias de Benefícios				1	1 109
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados			1	3	85
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>			1	3	73
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA			(1)	15	(1 225)
Redução Provisões Matemáticas		1	6	1	1 970
Aumento de Provisões Matemáticas				164	339
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS		1	6	(163)	1 631
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL					4
Outros Rendimentos e Ganhos		1	3	11	185
Outros Gastos e Perdas				1	23
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO			3	10	162
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	1			5	68
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES					
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS					2
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA					14
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS					
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES					16
11. CUSTOS COM O PESSOAL					1
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS					9
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO					6
RESULTADO OPERACIONAL	1	2	8	(133)	626
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(2)	(2)	(58)	49	1 691
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3	4	66	(182)	(1 065)
15. IMPOSTO CORRENTE					9
16. IMPOSTO DIFERIDO					6
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	3	4	66	(182)	(1 065)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	RENDAS VITALÍCIAS FAVOR PESSOAS CERTAS 4%	RENDAS SOBREVIVÊNCIA 4%	CAPITAIS DE PREVIDÊNCIA 4%	MONTEPIO PROTEÇÃO VIDA 3%	CAPITAIS DIFERIDOS C/ OPÇÃO 4%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		29	505	542	12 839
Joias					
Quotizações		29	505	542	12 837
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	6	16	1 999	83	28 760
Prestações a Associados nas Modalidades	1	11	244		
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades			60		24 440
Melhorias de Benefícios	5	1	830		365
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados		4	865	83	3 955
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>		4	127	4	229
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(6)	13	(1 494)	459	(15 921)
Redução Provisões Matemáticas	9	5	2 008	87	30 037
Aumento de Provisões Matemáticas		170	1 867	521	15 119
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	9	(165)	141	(434)	14 919
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL			6		18
Outros Rendimentos e Ganhos	1	19	283	14	722
Outros Gastos e Perdas		2	34	2	88
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	1	17	249	12	634
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2	5	66	7	172
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES					
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS					7
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA		1	(15)	(2)	(6)
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS					
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES			23		111
11. CUSTOS COM O PESSOAL			1		3
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS		1	10		24
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		1	9		23
RESULTADO OPERACIONAL	6	(131)	(1 090)	42	(339)
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	5	47	3 076	53	5 258
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1	(178)	(4 166)	(11)	(5 597)
15. IMPOSTO CORRENTE					
16. IMPOSTO DIFERIDO					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	1	(178)	(4 166)	(11)	(5 597)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	MONTEPIO PROTEÇÃO 5 EM 5 3%	CAPITAIS PREVIDÊNCIA A PRAZO 4%	CAPITAIS PREV. FAVOR PESSOAS CERTAS 4%	CAPITAIS P/ JOVENS 4%	MONTEPIO PROTEÇÃO 18-30 3%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	61 786	23		971	4 956
Jóias					
Quotizações	61 780	23		971	4 956
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	44 341	310	5	4 925	3 815
Prestações a Associados nas Modalidades				161	10
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	27 373	173	1	3 007	1 472
Melhorias de Benefícios	138	16	4	193	20
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	16 830	121		1 564	2 313
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	635	6		83	97
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	17 445	(287)	(5)	(3 954)	1 141
Redução Provisões Matemáticas	47 009	364	4	5 627	4 512
Aumento de Provisões Matemáticas	67 562	59		1 656	5 767
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	(20 553)	305	4	3 971	(1 255)
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	4			6	
Outros Rendimentos e Ganhos	948	41		403	96
Outros Gastos e Perdas	122	5		44	12
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	826	36		359	84
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	841	4	2	19	129
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	8				2
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	35				
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	122	(2)		(6)	6
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS					
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES		1		22	
11. CUSTOS COM O PESSOAL	4			2	
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	32	1		12	3
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	31	1		12	3
RESULTADO OPERACIONAL	(1 355)	53	1	347	97
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	14 581	162		1 992	2 283
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(15 936)	(109)	1	(1 645)	(2 186)
15. IMPOSTO CORRENTE					
16. IMPOSTO DIFERIDO					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(15 936)	(109)	1	(1 645)	(2 186)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	CAPITAIS DIFERIDOS COBERTURA ADICIONAL 4%	CAPITAIS P/ ESTUDOS 4%	CAPITAIS TEMPORÁRIOS INVALEZ 4%	MONTEPIO PROTEÇÃO INVALEZ 3%	SUBSÍDIO P/ MORTE 4%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	3	194	1	1	24
Jóias					
Quotizações	3	194	1	1	24
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	12	980	1		152
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	12	687			89
Melhorias de Benefícios		54			50
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados		239	1		13
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>		17	1		6
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(9)	(786)		1	(128)
Redução Provisões Matemáticas	13	1 549	1		127
Aumento de Provisões Matemáticas	3	782			49
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	10	767	1		78
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Outros Rendimentos e Ganhos	1	30	4		21
Outros Gastos e Perdas		4			3
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	1	26	4		18
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	3	14	2		7
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES					
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS					
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA		2			(4)
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS					
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES		4	1		4
11. CUSTOS COM O PESSOAL					
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS		1			1
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		1			1
RESULTADO OPERACIONAL	5	17	6	1	(35)
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	2	511	3	(1)	171
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3	(494)	3	2	(206)
15. IMPOSTO CORRENTE					
16. IMPOSTO DIFERIDO					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	3	(494)	3	2	(206)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	SUBSÍDIO P/ MORTE-LUTUOSA NACIONAL 4%	RENDAS CERTAS/ PENSÃO DE MODALIDADES COLETIVAS 4%	RENDAS VITALÍCIAS + PENSÕES MODALID. CAPITALIZAÇÃO 4%	MONTEPIO PROTEÇÃO 18-30 3%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		24	239	
Joias				
Quotizações				
Capitais Recebidos		24		
Rendas Vitalícias				
Outros Proveitos Inerentes a Associados				
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>				
Rendas Temporárias			239	
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS		8	86	1 733
Prestações a Associados nas Modalidades		7		314
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				
Melhorias de Benefícios				34
Rendas Vitalícias				1 318
Outros Custos Inerentes Associados		1	2	67
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>		1	2	67
Rendas Temporárias			84	
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA		16	153	(1 733)
Redução Provisões Matemáticas		27	71	2 680
Aumento de Provisões Matemáticas		50	260	3
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS		(23)	(189)	2 677
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL				3
Outros Rendimentos e Ganhos		9	3	238
Outros Gastos e Perdas		1		29
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		8	3	209
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2	1	5	63
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES				
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS				3
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA				(8)
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS				
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES				9
11. CUSTOS COM O PESSOAL				1
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS				8
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO				8
RESULTADO OPERACIONAL	2	2	(28)	1 188
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	1	3	81	1 488
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1	(1)	(109)	(300)
15. IMPOSTO CORRENTE				
16. IMPOSTO DIFERIDO				
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	1	(1)	(109)	(300)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	RENDAS VITALÍCIAS + PENSÕES MODALID. DE CAPITALIZAÇÃO 6%	RENDAS VITALÍCIAS + PENSÕES MODALID. CAPITALIZAÇÃO 3%	SUBTOTAL	FUNDO MONTEPIO EGITANIENSE	MONTEPIO PROTEÇÃO CRÉDITO À HABITAÇÃO
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	826		84 443	2	23 633
Joias					
Quotizações			83 346	2	23 633
Capitais Recebidos			24		
Rendas Vitalícias	826		826		
Outros Proveitos Inerentes a Associados			8		
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias			239		
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	123	1 153	98 832		7 465
Prestações a Associados nas Modalidades	1	468	6 882		
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades			57 314		
Melhorias de Benefícios	1	12	5 265		
Rendas Vitalícias	117	628	2 063		
Outros Custos Inerentes Associados	4	45	27 224		7 465
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	4	45	1 941		219
Rendas Temporárias			84		
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(123)	(327)	(14 389)	2	16 168
Redução Provisões Matemáticas	129	1 133	105 734		
Aumento de Provisões Matemáticas		844	105 469		
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	129	289	265		
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL			66		70
Outros Rendimentos e Ganhos	11	105	4 701	4	
Outros Gastos e Perdas	1	13	572		9
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	10	92	4 129	4	(9)
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	27	59	2 653	1	13
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES		1	41		
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	1		192		23
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	(3)	(37)	23		507
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS					
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES			232		50
11. CUSTOS COM O PESSOAL			19		
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS		3	158	35	197
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		3	150		
RESULTADO OPERACIONAL	41	69	(7 679)	(28)	16 525
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	60	1 100	42 276	6	(8 840)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(19)	(1 037)	(49 937)	(34)	25 365
15. IMPOSTO CORRENTE					
16. IMPOSTO DIFERIDO					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(19)	(1 037)	(49 937)	(34)	25 365

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	MONTEPIO PROTEÇÃO OUTROS ENCARGOS	MONTEPIO PROTEÇÃO CRÉDITO INDIVIDUAL	SUBTOTAL	MONTEPIO POUPANÇA COMPLEMENTAR	CAPITAIS DE GARANTIA
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	466	4	24 105	137 498	184
Joias					
Quotizações	466	4	24 105		184
Capitais Recebidos				134 437	
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados				3 061	
<i>Dos quais: Participação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	350	3	7 818	308 715	13
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				299 981	10
Melhorias de Benefícios					
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	350	3	7 818	8 734	3
<i>Participação p/ Fundo de Administração (*)</i>	33		252	8 726	3
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	116	1	16 287	(171 217)	171
Redução Provisões Matemáticas				299 981	
Aumento de Provisões Matemáticas				134 437	
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS				165 544	
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL			70	359	
Outros Rendimentos e Ganhos	100		104	15 719	
Outros Gastos e Perdas			9	1 913	
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	100		95	13 806	
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	15	1	30	944	6
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES				34	
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	1		24	76	
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA			507	498	(2)
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS					
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES			50	(186)	5
11. CUSTOS COM O PESSOAL				71	
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS			232	520	
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO				510	
RESULTADO OPERACIONAL	232	2	16 731	9 061	170
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(3 267)	(7)	(12 108)	70 416	(104)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3 499	9	28 839	(61 349)	274
15. IMPOSTO CORRENTE					
16. IMPOSTO DIFERIDO					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	3 499	9	28 839	(61 349)	274

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	BENEFÍCIO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	MONTEPIO POUPANÇA REFORMA	MODALIDADES COLETIVAS	MONTEPIO CAPITAL CERTO	INVALIDEZ MODALIDADES COLETIVAS
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	11 674	7 393	1 450	453 449	
Jóias					
Quotizações	11 672				
Capitais Recebidos		7 365	1 450	448 574	
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados	2	28		4 875	
<i>Dos quais: Participação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	1 845	12 614	1 142	683 760	
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	232	11 983	1 067	671 910	
Melhorias de Benefícios					
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	1 613	631	75	11 850	
<i>Participação p/ Fundo de Administração (*)</i>		631	75	8 750	
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	9 829	(5 221)	308	(230 311)	
Redução Provisões Matemáticas		11 982	1 067	671 910	
Aumento de Provisões Matemáticas		7 366	1 450	487 636	
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS		4 616	(383)	184 274	
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	6	10			
Outros Rendimentos e Ganhos	74	507	65		
Outros Gastos e Perdas	5 680	62	8	1	
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	(5 606)	445	57	(1)	
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	156	230	91	37 823	
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES				36	
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	7			(115)	
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA		81	14	370	
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS				631	
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES		8	(3)		
11. CUSTOS COM O PESSOAL		2			
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	7 795	17	2	3	
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		16	2		
RESULTADO OPERACIONAL	(3 403)	118	88	(7 368)	
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(3 085)	5 229	444	111 762	(1)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(318)	(5 111)	(358)	(119 130)	1
15. IMPOSTO CORRENTE					
16. IMPOSTO DIFERIDO					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(318)	(5 111)	(358)	(119 130)	1

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	FUNDO BOLSAS DE ESTUDO	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	FUNDO DE RESERVA	TOTAL
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		20 720		740 916
Jóias		342		342
Quotizações				119 307
Capitais Recebidos				591 850
Rendas Vitalícias				826
Outros Proveitos Inerentes a Associados		20 378		28 352
<i>Dos quais: Participação Recebida das modalidades(*)</i>		20 378		20 378
Rendas Temporárias				239
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS		9		1 114 748
Prestações a Associados nas Modalidades				6 882
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				1 042 497
Melhorias de Benefícios				5 265
Rendas Vitalícias				2 063
Outros Custos Inerentes Associados		9		57 948
<i>Participação p/ Fundo de Administração (*)</i>				20 378
Rendas Temporárias				84
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA		20 711		(373 834)
Redução Provisões Matemáticas				1090 674
Aumento de Provisões Matemáticas				736 358
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS				354 316
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL			67	578
Outros Rendimentos e Ganhos	11	18	1 227	22 426
Outros Gastos e Perdas	2	290	150	8 687
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	9	(272)	1 077	13 739
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2	12	284	42 231
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES				111
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS			31	215
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	(1)		29	1 519
9. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS				631
10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES				106
11. CUSTOS COM O PESSOAL		4 524	8	4 624
12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS		16 048	40	24 815
13. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO			42	720
RESULTADO OPERACIONAL	10	(121)	1 398	9 021
14. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	58	(138)	15 249	229 998
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(48)	17	(13 845)	(220 977)
15. IMPOSTO CORRENTE			(90)	(90)
16. IMPOSTO DIFERIDO			808 621	808 621
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(48)	17	794 680	587 554

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

17.4 CARTEIRA DE IMÓVEIS

(milhares de euros)

IMÓVEIS AGREGADOS POR CONCELHO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
1. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO		
ALMADA	577	9
ANGRA DO HEROÍSMO	13	
AVEIRO	423	49
BARREIRO	93	-2
BRAGA	1 125	-1
CALDAS DA RAINHA	564	-9
CASTELO BRANCO	781	28
CASCAIS	15 664	624
COIMBRA	11 691	780
ÉVORA	1 517	64
FARO	676	24
GUARDA	1 053	27
LISBOA	151 560	5 074
MAFRA	60	-2
MAIA	10	4
MONTIJO	10 341	630
ODIVELAS	172	11
PONTA DELGADA	2 415	59
PORTO	29 373	1 204
SANTARÉM	1 364	99
SETÚBAL	4 286	248
SINES	100	
SINTRA	322	-4
TROFA	40	5
VAGOS	137	-1
VILA FRANCA DE XIRA	1 620	-135
VILA NOVA DE GAIA	9 056	534
VISEU	3 463	309
SUBTOTAL (1)	248 497	9 628
2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO EM CURSO		
LISBOA	5 512	-1
SUBTOTAL (2)	5 512	-1
TOTAL	254 009	9 628

17.5 CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	VALOR NOMINAL /QUANTIDADE	JUROS CORRIDOS	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
Ativos Financeiros Detidos para Negociação		7	4 929	4 878		4 885
Ações	7 900		50	28		28
Dívida Pública	1 000	5	1 003	997		1 002
Obrigações Diversas	3 900	2	3 876	3 853		3 855
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	509 700	11 271	527 997	530 952	-9 163	542 223
Obrigações Diversas	472 291	10 926	471 330	477 301	-2 831	488 227
Dívida Pública	12 409	326	14 295	14 267	0	14 593
Papel Comercial	25 000	19	25 000	25 000		25 019
Ações	354 451		1 816	952	-1 027	952
Fundos de Investimento	8 892 089		15 556	13 432	-5 305	13 432
TOTAL	-	11 278	532 926	535 830	-9 163	547 108

17.6 CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

(euros)

BALANÇO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	536 736	488 313
	536 736	488 313
Ativo corrente		
Caixa e depósitos bancários	881 633	982 291
	881 633	982 291
TOTAL DO ATIVO	1 418 369	1 470 604
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos	498 798	498 798
Reservas e Resultados Transitados	720 583	621 693
Resultado líquido do período	25 581	98 890
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	1 244 962	1 219 381
Passivo		
Outras contas a pagar	173 407	251 223
TOTAL DO PASSIVO	173 407	251 223
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	1 418 369	1 470 604

(euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31/12/2017	31/12/2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Subsídios, doações e legados à exploração	1 000 000	1 000 000
Fornecimentos e serviços externos	(6 175)	(6 175)
Outros rendimentos e ganhos	473 844	373 623
Outros gastos e perdas	(1 461 992)	(1 268 054)
Aumentos/Reduções de justo valor	14 441	(5 552)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20 118	98 842
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	20 118	93 842
Juros e rendimentos similares obtidos	5 491	5 064
Juros e gastos similares obtidos	(28)	(16)
Resultado líquido do período	25 581	98 890

OUTRAS FUNDAÇÕES

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(euros)

	VALLE-FLOR	PADRE JOSÉ FILIPE RODRIGUES	MOGA	ROGÉRIO CARDOSO	FRANCISCO FINO
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	-	11 321	-	-	-
Investimentos financeiros	52 990	500 065	10 168	7 804	28 035
Ativo corrente					
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	6 053	108 236	1 535	1 057	5 825
TOTAL DO ATIVO	59 043	619 622	11 703	8 861	33 860
PASSIVO					
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	30
TOTAL DO PASSIVO	-	-	-	-	30
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	48 318	550 520	9 235	6 762	13 336
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-
Resultados transitados	(1 389)	-	(446)	(688)	(488)
Resultado líquido do período	6 527	60 124	1 418	1 211	3 524
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	59 043	619 622	11 703	8 861	33 830
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	59 043	619 622	11 703	8 861	33 860

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(euros)

	VALLE-FLOR	PADRE JOSÉ FILIPE RODRIGUES	MOGA	ROGÉRIO CARDOSO	FRANCISCO FINO
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos	(11)	(587)	(11)	(11)	(11)
Aumentos / Reduções de justo valor	5 047	50 801	1 112	981	2 881
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	-	(4 803)	-	-	(239)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 036	45 411	1 101	970	2 632
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	(255)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 036	45 156	1 101	970	2 632
Juros e rendimentos similares obtidos	1 498	15 039	317	241	893
Juros e gastos similares suportados	(7)	(71)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6 527	60 124	1 418	1 211	3 524

PRÉMIOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(euros)

	SANTA JOANA	HERMÍNIA TASSARA	BRITO SUBTIL	JOSÉ CARDOSO	D. DINIS	BAILIM PISSARA	ÁLVARO MACHADO	ALBERTO CONCEIÇÃO JORGE
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	10 281	26 098	70 568	56 723	70 364	-	78 132	86 668
Ativo corrente								
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	2 340	3 986	17 450	6 990	6 472	3 211	72 194	6 455
TOTAL DO ATIVO	12 621	30 084	88 018	63 713	76 836	3 211	150 326	93 123
PASSIVO								
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	21	19	42	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	21	19	42	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	38 308	7 482	-	-
Reservas	9 296	18 346	66 122	32 556	31 486	-	7 724	417
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	(3 785)	(1 403)	(675)	(1 356)	(3 932)	133 765	83 723
Resultado líquido do período	1 309	3 034	8 293	6 892	8 398	(339)	8 837	8 983
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	12 600	30 065	87 976	63 713	76 836	3 211	150 326	93 123
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	12 621	30 084	88 018	63 713	76 836	3 211	150 326	93 123

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(euros)

	SANTA JOANA	HERMÍNIA TASSARA	BRITO SUBTIL	JOSÉ CARDOSO	D. DINIS	BAILIM PISSARA	ÁLVARO MACHADO	ALBERTO CONCEIÇÃO JORGE
RENDIMENTOS E GASTOS								
Fornecimentos e serviços externos	(11)	(11)	(11)	(11)	(11)	-	(11)	(14)
Aumentos / Reduções de justo valor	1 087	2 463	6 699	5 282	6 412	-	6 738	7 253
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	(82)	(186)	(600)	-	(44)	(353)	(1 043)	(549)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	994	2 266	6 088	5 271	6 357	(353)	5 684	6 690
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	994	2 266	6 088	5 271	6 357	(353)	5 684	6 690
Juros e rendimentos similares obtidos	315	768	2 205	1 628	2 048	14	3 153	2 321
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	(7)	(7)	-	-	(28)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 309	3 034	8 293	6 892	8 398	(339)	8 837	8 983

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO: Direção de Comunicação, *Marketing* e Canais

EDIÇÃO E DESIGN: Plot Content Agency, S. A.

FOTOGRAFIAS: Montepio Geral - Associação Mutualista

IMPRESSÃO: Ondagrafe

DEPÓSITO LEGAL: 447264/18



RELATORIO E CONTAS 2017